



PAUTA DA 23ª SESSÃO ORDINÁRIA DA QUARTA SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA
– Art. 150 DO REGIMENTO INTERNO – A SER REALIZADA NO DIA 30 DE AGOSTO DE 2024.

I – EXPEDIENTE:

Item 1: Projeto de Resolução nº 004/2024, de autoria da Mesa Diretora da Câmara, que institui o Regimento Interno da Câmara Municipal de Altaneira, Estado do Ceará.

Item 2: Ofício nº 149/2024, da Secretaria de Administração e Finanças, encaminhando a documentação da prestação de Contas, referente ao mês de Julho de 2024, de todas as Secretarias Municipais.

TEMA LIVRE: Palavra livre dos Vereadores.

II – ORDEM DO DIA:

Item 1: Requerimento nº 039/2024, de autoria do Vereador Ariovaldo Soares, solicitando manifestação por escrito acerca da situação do açude Pajeú, que atualmente se encontra com seu espelho de água totalmente coberto por uma "planta aquática".

Câmara Municipal de Altaneira

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 004/2024

**INSTITUI O REGIMENTO INTERNO DA
CÂMARA MUNICIPAL DE ALTANEIRA,
ESTADO DO CEARÁ.**

A **MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ALTANEIRA, ESTADO DO CEARÁ**, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 38, II da Lei Orgânica Municipal, propõe para apreciação e deliberação do Plenário, a seguinte Resolução:

TÍTULO I DO PODER LEGISLATIVO

CAPÍTULO I DA CÂMARA MUNICIPAL

Art. 1º O Poder Legislativo Municipal é exercido pela Câmara Municipal, que se regerá por este Regimento quanto à sua estrutura, organização e funcionamento.

Seção I Da Composição

Art. 2º A Câmara Municipal de Altaneira é composta por 9 (nove) Vereadores, representantes do povo, eleitos no município em pleito direto pelo sistema proporcional na forma da legislação eleitoral vigente, para um mandato de 04 (quatro) anos.

Parágrafo único. Sobrevindo emenda constitucional que altere o art. 29, IV da Constituição Federal, de modo a modificar os critérios vigentes, a Câmara Municipal promoverá a observância das novas regras.



Câmara Municipal de Altaneira

Seção II

Da Sede

Art. 3º A Câmara Municipal de Altaneira tem sua sede no prédio situado a Rua Padre Luiz Antônio, nº 389, Centro, neste município.

Art. 4º No recinto de reuniões do Plenário não poderão ser afixados quaisquer símbolos, quadros, faixas, cartazes ou fotografias que impliquem em propaganda político-partidária, ideológica ou de cunho promocional de pessoas vivas ou de entidades de qualquer natureza.

Parágrafo único. O disposto neste artigo não se aplica à colocação de brasão ou bandeira do País, do Estado ou do Município, bem como de obra artística de autor consagrado, e ainda à colocação de quadros contendo fotografias de Vereadores e outras autoridades municipais, para fim de registro histórico.

Art. 5º O recinto da Câmara não poderá ser usado para fins estranhos às suas funções, podendo, todavia, ser cedido para manifestações cívicas, culturais e para a realização de eventos e reuniões de entidades sem fins lucrativos e grupos de cidadãos, inclusive de convenções partidárias, mediante autorização do Presidente, condicionada à existência de interesse público e desde que observada a regulamentação constante de Ato da Presidência.

Seção III

Das Reuniões

Art. 6º As reuniões da Câmara deverão ser realizadas no recinto destinado ao seu funcionamento, considerando-se nulas as que se realizarem fora dele, exceto nos casos previstos neste Regimento e na Lei Orgânica do Município.

§ 1º Nos casos de guerra, calamidade pública ou de grave ocorrência que impossibilite o acesso à Câmara ou o funcionamento normal em sua sede, as reuniões poderão ser realizadas em outro local do Município, por decisão da Mesa Diretora, mediante Ato da Presidência.

Câmara Municipal de Altaneira

§ 2º Havendo impossibilidade de acesso à sede da Câmara Municipal ou outra causa que impeça sua utilização, as sessões poderão ser realizadas através de sessões virtuais, por meio eletrônico, por decisão da Mesa Diretora, mediante Ato da Presidência.

§ 3º A Mesa da Câmara adotará todas as medidas e providências necessárias a fim de cientificar à coletividade quanto à mudança provisória de sua sede ou na forma de sua realização, de modo a garantir a higidez do princípio constitucional da publicidade, bem como a integridade física dos Vereadores nas suas deliberações.

Art. 7º A Câmara poderá realizar reuniões fora de sua sede, mediante aprovação da maioria simples dos Vereadores, para realização de:

- I – sessão solene para prestar homenagem ou comemorativa promover comemorações especiais;
- II – audiências públicas para discussão de temas pré-determinados;
- III – sessões itinerantes em bairros, distritos e comunidades rurais para discussão de problemas e reivindicações locais.

§ 1º As sessões itinerantes poderão ser realizadas em qualquer dia da semana, inclusive sábados, domingos e feriados, em locais de livre acesso ao público, desde que haja convocação com, no mínimo, 10 (dez) dias de antecedência e seja dada ampla divulgação do ato.

§ 2º A realização de sessão itinerante dependerá da aprovação por maioria simples dos membros da Câmara Municipal.

§ 3º As datas e locais de realização de sessão itinerante serão fixados através de ato da Presidência baixado em até 5 dias antes da realização da reunião.

§ 4º As sessões solenes ou comemorativas terão rito específico a ser estabelecido neste Regimento Interno.

Art. 8º As sessões da Câmara Municipal, sejam elas preparatórias, ordinárias, extraordinárias, solenes, comemorativas ou itinerantes, serão abertas ao público.

§ 1º As sessões somente poderão ser abertas com a presença de, no mínimo, 1/3 dos seus membros, excetuando-se os casos expressamente previstos neste Regimento.

Câmara Municipal de Altaneira

§ 2º Considera-se presente à sessão o Vereador que comparecer à Câmara e assinar o livro de presença, participar dos trabalhos do Plenário e das votações.

Art. 9º Poderá ser realizada mais de uma sessão ordinária ou extraordinária por dia, desde que haja relevante interesse público, devendo este constar de forma expressa do Ato convocatório.

Art. 10. São nulas as sessões da Câmara Municipal que se realizarem em desacordo com as normas contidas neste Regimento e na Lei Orgânica.

Seção IV

Das Funções da Câmara

Art. 11. A Câmara Municipal tem funções legislativas, de fiscalização financeira e de controle externo do Poder Executivo, de julgamento político-administrativas, desempenhando, ainda, as atribuições que lhe são próprias atinentes à gestão dos assuntos de sua economia interna.

§ 1º A função legislativa consiste em deliberar por meio de emendas à Lei Orgânica Municipal, leis, decretos legislativos e resoluções sobre todas as matérias de competência do Município, respeitadas as reservas constitucionais da União e do Estado.

§ 2º A função de fiscalização, compreendendo a contábil, financeira, orçamentária e patrimonial do Município e das entidades da Administração indireta municipal, é exercida com o auxílio do Tribunal de Contas do Estado ou órgão equivalente que venha a substituí-lo, compreendendo:

I – julgar as contas prestadas pelo Chefe do Poder Executivo Municipal, tenham elas a denominação que tiverem, anuais ou de gestão, após, respectivamente, a emissão de parecer prévio ou deliberação externada por meio de acórdão do órgão auxiliar de controle externo, o Tribunal de Contas do Estado ou órgão equivalente ou outros órgãos que venha a substituí-lo;

II – acompanhar a fiscalização financeira do Município, que consiste no exercício do controle da Administração local, principalmente quanto à execução orçamentária.

Câmara Municipal de Altaneira

§ 3º A função julgadora precípua é exercida por meio do julgamento das contas do Prefeito, respeitados a manifestação prévia do Tribunal de Contas do Estado ou órgão substitutivo, o devido processo legal, o contraditório, a ampla defesa, a motivação e a publicidade do ato, sem prejuízo do julgamento do Prefeito e dos Vereadores por, respectivamente, infração político-administrativa e falta ético-parlamentar, nos termos deste Regimento Interno.

§ 4º A função administrativa restringe-se à sua organização interna, à regulamentação de seu funcionamento e à estruturação e direção de seus serviços auxiliares.

§ 5º A função de assessoramento consiste em sugerir ao Executivo, medidas de interesse público, mediante indicações.

Art. 12. A Câmara exercerá suas funções com independência, autonomia e harmonia em relação ao Executivo, deliberando sobre todas as matérias de sua competência.

Seção V

Da Competência da Câmara

Art. 13. Compete, exclusivamente, à Câmara Municipal, exercer, dentre outras, as seguintes atribuições:

- I – eleger sua Mesa Diretora bem como destituí-la na forma da Lei Orgânica e deste Regimento Interno;
- II – elaborar o Regimento Interno;
- III – organizar os serviços administrativos internos e prover os cargos respectivos;
- IV – propor a criação ou a extinção dos cargos dos seus serviços administrativos internos e a fixação dos respectivos vencimentos;
- V – fixar, no fim de cada legislatura, para vigorarem na seguinte, os subsídios do Prefeito, do Vice-Prefeito, Secretários Municipais, Procurador Geral do Município e Vereadores, através de Projeto de Lei;
- VI – conceder licença ao Prefeito, ao Vice-Prefeito e aos Vereadores;
- VII – julgar as contas do Prefeito e da Mesa Diretora da Câmara;

Câmara Municipal de Altaneira

VIII – decretar a perda do mandato do Prefeito e dos Vereadores nos casos indicados na Constituição Federal, na Constituição Estadual, na Lei Orgânica e na Legislação Federal aplicável;

IX – autorizar a realização de empréstimo, operação ou acordo externo de qualquer natureza de interesse do Município;

X – tomar as contas do Prefeito, através de Comissão Especial, quando não apresentadas em tempo hábil;

XI – constituir Comissão Especial para examinar, acompanhar e dar parecer sobre os atos do Prefeito relativamente a execução da Lei de Orçamento;

XII – autorizar a celebração de convênio pelo Prefeito Municipal com entidade de direito público ou privado e ratificar o que, por motivo de urgência, ou de interesse público, for efetivado sem essa autorização, desde que encaminhada à Câmara Municipal nos dez dias úteis subsequentes à sua celebração.

XIII – estabelecer e mudar provisoriamente os locais de suas reuniões;

XIV – convocar o Secretário Municipal, Diretor equivalente ou o Procurador Geral do Município para prestar pessoalmente, informação sobre assunto previamente determinado sob pena de responsabilidade no caso de ausência injustificada;

XV – deliberar sobre o adiamento e a suspensão de suas reuniões;

XVI – criar Comissão Parlamentar de Inquérito sobre fato determinado e prazo certo, mediante requerimento de 1/3 (um terço) de seus membros;

XVII – conceder título de cidadão honorário ou conferir homenagem a pessoas que reconhecidamente tenham prestado relevantes serviços ao Município, ou nele se destacado pela atuação exemplar de vida pública e particular, mediante proposta aprovada pelo voto de 2/3 (dois terços) dos membros da Câmara;

XVIII – elaborar o Orçamento da Câmara Municipal para o exercício seguinte e encaminhá-lo ao Chefe do Executivo para ser inserido na Lei Orçamentária;

XIX – solicitar a intervenção do Estado no Município;

XX – julgar o Prefeito, o Vice-Prefeito e os Vereadores, nos casos previstos em lei.

XXI – autorizar o Executivo Municipal a promover, no prazo da lei, a abertura de créditos adicionais suplementares e especiais ao orçamento da Câmara.

Câmara Municipal de Altaneira

Art. 14. Compete à Câmara Municipal, com a sanção do Prefeito, legislar sobre todas as matérias de interesse do Município, especialmente aquelas previstas na Constituição Federal, Constituição Estadual e na Lei Orgânica do Município.

Seção VI

Da Secretaria Administrativa

Art. 15. Os serviços administrativos da Câmara far-se-ão através de sua Secretaria Administrativa e reger-se-ão por ato regulamentar próprio baixado pelo Presidente.

Art. 16. Todos os serviços da Secretaria Administrativa serão dirigidos e disciplinados pela Presidência da Câmara, que contará com o auxílio do Assessor Administrativo.

Parágrafo único. As determinações do Presidente à Secretaria sobre expediente serão objeto de ordem de serviço e as instruções aos servidores sobre o desempenho de duas atribuições constarão de portarias.

Art. 17. A Secretaria manterá os registros necessários aos serviços da Câmara.

Parágrafo único. São obrigatórios os seguintes livros:

- I – Livro de atas das sessões ordinárias, extraordinárias e solenes;
- II – Livro de atas das reuniões das Comissões Permanentes;
- III – Livro de registro de leis;
- IV – Livro de registro de Decretos legislativos;
- V – Livro de registro de Resoluções;
- VI – Livro de Atos da Mesa e Atos da Presidência;
- VII – Livro de termo de posse dos Vereadores, do Prefeito e do Vice-Prefeito;
- VIII – Livro de termo de contrato;
- IX – Livro de precedentes legislativos;

Câmara Municipal de Altaneira

X – Livro de registro de declaração de bens dos Vereadores, do Prefeito e do Vice-Prefeito.

Art. 18. A correspondência oficial da Câmara será elaborada pela Secretaria Administrativa, sob a responsabilidade da Presidência.

Parágrafo único. Os papéis da Câmara serão confeccionados no tamanho oficial e timbrados com símbolo identificativo, conforme Ato da Presidência.

Art. 19. Os processos serão organizados pela Secretaria Administrativa, conforme disposto em Ato da Presidência.

Parágrafo único. Quando por extravio, dano ou retenção indevida, tornar-se impossível o andamento de qualquer proposição, a Secretaria Administrativa providenciará a reconstituição do processo respectivo, por determinação do Presidente, que deliberará de ofício ou a requerimento de qualquer Vereador.

Art. 20. As dependências da Secretaria Administrativa, bem como seus serviços, equipamentos e materiais serão de livre utilização pelos Vereadores.

Art. 21. A Secretaria Administrativa, mediante autorização expressa do Presidente, fornecerá a qualquer pessoa, para defesa de direitos e esclarecimento de situações de interesse pessoal, no prazo de 15 (quinze) dias, certidão de atos, contratos e decisões, sob pena de responsabilidade administrativa da autoridade ou do servidor que negar ou retardar a sua expedição.

Parágrafo único. A fotocópia de documentos públicos será permitida, desde que os autos ou documentos sejam descarregados por funcionário público que acompanhará o requerente até o local de tiragem das respectivas reprográficas, que deverão ser pagas pelo interessado, após requerimento devidamente protocolizado na Secretaria Administrativa indicando quais as páginas, o processo e o motivo pelo qual deseja ter em mãos tais documentos.

Art. 22. Incumbe à Secretaria preparar os expedientes de atendimento às requisições judiciais, independentemente de despacho, no prazo de 05 (cinco) dias, se outro não tiver sido fixado no expediente requisitório.

Câmara Municipal de Altaneira

Art. 23. Os Vereadores poderão interpelar a Presidência, mediante requerimento, sobre os serviços da Secretaria Administrativa ou sobre a situação do respectivo pessoal, bem como apresentar sugestões para melhor andamento dos serviços, através de indicação fundamentada.

Art. 24. Os ocupantes do cargo de assessor parlamentar deverão usar fardamento adequado, o qual será fornecido pela Câmara Municipal.

Parágrafo único. O custeio do fardamento previsto no *caput* deverá ser provido pela dotação orçamentária atinente a Outros Serviços de Terceiros.

Art. 25. Nenhuma proposição que modifique os serviços administrativos da Câmara ou as condições de seu pessoal poderá ser submetida à deliberação do Plenário sem prévio parecer da Mesa, que terá, para tal fim, o prazo de 10 (dez) dias, prorrogável por igual período.

Seção VII

Da Administração e Fiscalização Contábil, Orçamentária, Financeira, Operacional e Patrimonial

Art. 26. A administração contábil, orçamentária, financeira, operacional patrimonial e o sistema de controle interno serão coordenados e executados por órgão próprios, integrantes da estrutura dos serviços administrativos da Casa.

§ 1º Serão encaminhados mensalmente à Mesa, para apreciação os balancetes analíticos e demonstrativos complementares da execução orçamentária, financeira e patrimonial.

§ 2º Até dez de abril de cada ano, o Presidente da Câmara encaminhará ao Tribunal de Contas do Estado ou órgão equivalente, a prestação de contas relativas ao exercício anterior.

§ 3º A gestão patrimonial e orçamentária obedecerá às normas gerais do direito financeiro e sobre licitações e contratos administrativos em vigor para os dois poderes, e à legislação interna aplicável.

Art. 27. O patrimônio da Câmara é constituído de bens móveis e imóveis do Município, que adquirir ou forem colocados à sua disposição.

Câmara Municipal de Altaneira

Art. 28. As despesas da Câmara, dentro dos limites das disponibilidades orçamentárias consignadas no orçamento analítico, devidamente aprovados pela Mesa, serão ordenados pelo Presidente.

Parágrafo único. A movimentação financeira dos recursos orçamentários da Câmara será efetuada junto a Instituição Oficial de Crédito, consoante determina a Constituição Federal.

CAPÍTULO II

DA INSTALAÇÃO, POSSE DOS VEREADORES, PREFEITO, VICE-PREFEITO E ELEIÇÃO E RENOVAÇÃO DA MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL

Art. 29. A Câmara Municipal reunir-se-á em sessão preparatória, a partir das 17 (dezesete) horas do dia 1º (primeiro) de janeiro, no primeiro ano da legislatura, para dar posse ao Prefeito, ao Vice-Prefeito, aos Vereadores e para eleição da Mesa.

§ 1º A sessão a que se refere este artigo poderá ocorrer em local diverso do da sede da Câmara Municipal.

§ 2º A sessão a que se refere este artigo se realizará independentemente de número, sob a presidência do Vereador mais votado dentre os presentes.

§ 3º O Vereador que não tomar posse, na sessão prevista no parágrafo anterior, deverá fazê-lo dentro do prazo de quinze dias do início do funcionamento normal da Câmara, sob pena de perda do mandato, salvo motivo justo, aceito pela maioria absoluta dos membros da Câmara.

§ 4º Sob a presidência do Vereador mais votado entre os presentes, os demais Vereadores prestarão compromisso e tomarão posse, cabendo ao Presidente prestar o seguinte compromisso:

“Prometo exercer com dignidade, lealdade e dedicação, o mandato que me foi confiado pelo povo altaneirense, respeitando a Constituição do Brasil, a Constituição do Estado do Ceará e a Lei Orgânica Municipal e trabalhar pelo engrandecimento do Município de Altaneira e para o bem geral de seu povo”.

§ 5º Prestado o compromisso pelo Presidente, o Secretário que for designado para esse fim fará a chamada nominal de cada Vereador, pela ordem alfabética, que declarará: “Assim o prometo”.

Câmara Municipal de Altaneira

§ 6º No ato da posse e ao término do seu mandato, os Vereadores deverão fazer declaração de seus bens, as quais ficarão arquivadas na câmara, constando nas respectivas atas o seu resumo.

Art. 30. Imediatamente após a posse do Prefeito, os Vereadores reunir-se-ão sob a presidência do mais votado dentre os presentes e, havendo maioria absoluta dos membros da Câmara, elegerão os componentes da Mesa, em votação aberta, que serão automaticamente empossados.

§ 1º A eleição se dará de forma aberta, primeiro para o cargo de Presidente, em seguida para o cargo de Vice-Presidente e, após para o cargo de Secretário.

§2º Não é necessária a inscrição prévia de candidatura, sendo todos os vereadores empossados, candidatos naturais a qualquer dos cargos da Mesa, inclusive ser votados para todos os cargos, caso, já não tenha sido eleito para algum cargo na respectiva eleição.

§3º O Presidente em exercício fará os esclarecimentos necessários conforme este artigo, e em seguida chamará nominalmente os vereadores pela ordem alfabética do Nome Parlamentar para dizer ao microfone em quem vota para o cargo em disputa.

§4º Se nenhum dos vereadores obtiver maioria absoluta dos votos, ou se houver empate, proceder-se-á, imediatamente, a novo escrutínio por maioria simples, e, se ocorrer novo empate, considerar-se-á eleito o vereador que tiver sido o mais votado na eleição municipal entre os empatados.

§5º Na hipótese de não se realizar a eleição da Mesa Diretora por ausência de quórum, quando do início da legislatura, o Vereador que houver presidido a sessão de instalação e posse permanecerá na Presidência e convocará sessões diárias, até que seja eleita a Mesa.

Art. 31. Os partidos políticos deverão indicar, por ocasião da sessão que se destina a instalação da legislatura, os respectivos líderes de suas bancadas.

Art. 32. A Mesa Diretora da Câmara Municipal compõe-se do Presidente, Vice-Presidente, e Secretário, os quais se substituirão nesta ordem.

§ 1º Na constituição da Mesa será assegurado, tanto quanto possível, a representação proporcional dos partidos ou dos blocos parlamentares que participaram da Câmara Municipal.

§ 2º Na ausência dos membros da Mesa, o Vereador mais votado nas eleições municipais assumirá a Presidência.

Câmara Municipal de Altaneira

§ 3º Qualquer componente da Mesa poderá ser destituído desta pelo voto de dois terços dos membros da Câmara, quando faltoso, omissivo ou ineficiente no desempenho de suas atribuições regimentais, elegendo-se outro Vereador para a complementação do mandato.

§ 4º No caso de vacância de cargos da Mesa Diretora, será realizada eleição para preenchimento de vaga dentro do prazo de cinco dias úteis.

§ 5º Cabe ao regimento interno da Câmara Municipal dispor sobre o processo de destituição e sobre a substituição do membro da Mesa destituído.

Art. 33. O mandato da Mesa será de dois anos, permitida a recondução para os mesmos cargos.

Parágrafo único. A eleição para renovação da Mesa Diretora realizar-se-á na última sessão ordinária da sessão legislativa em que se finda o mandato, observando o disposto no art. 30 deste Regimento e com a posse no dia dois de janeiro da terceira sessão legislativa.

Art. 34. Da sessão de instalação da Câmara lavrar-se-á ata em livro próprio, enviando-se cópia ao Juiz Eleitoral da Comarca.

CAPÍTULO III DA MESA DIRETORA

Art. 35. A Mesa é o órgão diretor dos trabalhos legislativos e administrativos da Câmara Municipal.

Parágrafo único. A Mesa decidirá por maioria de seus membros.

Seção I Da Formação da Mesa Diretora

Art. 36. A Mesa da Câmara compõe-se dos cargos de Presidente, Vice-Presidente e Secretário, com mandato de 2 (dois) anos, permitida a reeleição para o mesmo cargo na eleição imediatamente subsequente, na mesma legislatura.

Parágrafo único. Na composição da Mesa é assegurada, tanto quanto possível, a participação dos partidos com representação na Câmara Municipal.

Câmara Municipal de Altaneira

Seção II

Da Competência da Mesa

Art. 37. À Mesa Diretora compete, dentre outras atribuições estabelecidas na Lei Orgânica Municipal, as seguintes:

I – promulgar, através do seu Presidente, Decretos Legislativos e Resoluções, dentro de quarenta e oito horas após a aprovação, e emendas à Lei Orgânica;

II – propor ação de direta inconstitucionalidade, por iniciativa própria, ou a requerimento de Vereador ou Comissão da Câmara;

III – dirigir todos os serviços da Câmara Municipal, durante as sessões legislativas e seus interregnos, e tomar as providências necessárias à regularidade dos trabalhos legislativos e administrativos;

IV – dar parecer sobre as emendas propostas a este Regimento ou que visem modificar os serviços administrativos da Câmara, sem prejuízo do parecer da Comissão pertinente;

V – propor, privativamente, ao Plenário, projetos de resolução dispendo sobre organização, funcionamento, regime jurídico de pessoal da Câmara, bem como sobre a criação de cargos e sua respectiva remuneração;

VI – prover os cargos, empregos e funções dos serviços administrativos da Casa, bem como conceder licença e vantagens devidas aos servidores, e colocá-los em disponibilidade assinando os respectivos Atos pela maioria de seus membros;

VII – apresentar a proposta orçamentária da Câmara e encaminhá-la ao Poder Executivo, em tempo hábil para ser incluído na proposta orçamentária do município;

VIII – solicitar ao Poder Executivo os créditos adicionais necessários ao funcionamento da Câmara e de seus serviços;

IX – conceder licença a Vereador, ouvindo o Plenário;

X – determinar a abertura de sindicância ou inquérito administrativo;

XI – elaborar o regulamento dos serviços administrativos da Câmara e decidir conclusivamente, em grau de recurso, as matérias referentes ao ordenamento jurídico do pessoal da Casa;

XII – fixar as diretrizes para a divulgação das atividades da Câmara;

Câmara Municipal de Altaneira

XIII – adotar as providências cabíveis, por solicitação do interessado, para a defesa judicial e extrajudicial de Vereadores, contra ameaça ou prática de ato atentatório ao livre exercício do mandato e das prerrogativas constitucionais;

XIV – adotar as medidas adequadas para promover e valorizar o Poder Legislativo e resguardar o seu conceito perante a opinião pública;

XV – oferecer parecer a todas as proposições em tramitação, no início de cada legislatura, enquanto não se instalarem a Comissão Permanente da Câmara;

XVI – expedir, pela maioria de seus membros:

- a) Atos Normativos que regulem normas em caráter geral da competência interna do Poder Legislativo;
- b) Atos Deliberativos sobre matéria de natureza administrativa.

Art. 38. Nenhuma proposição que modifique os serviços administrativos da Câmara ou as condições de seu pessoal poderá ser submetida à deliberação do Plenário, sem prévio parecer da Mesa, que terá o prazo de 10 (dez) dias para tal fim.

Art. 39. Os membros da Mesa reunir-se-ão, ordinariamente, pelo menos uma vez por mês e, extraordinariamente, sempre que convocados pelo Presidente ou pela maioria de seus membros, a fim de deliberar sobre os assuntos de administração da Câmara Municipal ou sobre qualquer assunto de sua competência, bem como, em caso de urgência ou interesse público relevante.

§ 1º O Presidente da Mesa não poderá tomar parte em nenhuma Comissão da Câmara Municipal.

§ 2º As deliberações da Mesa Diretora deverão ser formalizadas através do competente ato, desde que não sujeitas ao Plenário.

Seção III

Das Atribuições Específicas dos Membros da Mesa

Subseção I

Do Presidente

Câmara Municipal de Altaneira

Art. 40. O Presidente da Câmara é a mais alta autoridade da Mesa, dirigindo-a e ao Plenário, em conformidade com as atribuições que lhe confere este Regimento Interno.

Art. 41. Compete ao Presidente da Câmara, dentre outras atribuições, as seguintes:

I – representar a Câmara Municipal, inclusive prestando informações em mandado de segurança contra ato da Mesa ou do Plenário, sobre assuntos pertinentes à Câmara Municipal, no curso de feitos judiciais;

II – dirigir, executar e disciplinar os trabalhos legislativos e administrativos da Câmara Municipal;

III – interpretar e fazer cumprir este Regimento Interno;

IV – promulgar as resoluções e os decretos legislativos, bem como as leis que receberem sanção tácita e as cujo veto tenha sido rejeitado pelo Plenário e não tenham sido promulgadas pelo Prefeito Municipal;

V – fazer publicar os atos da Mesa, bem como as resoluções, os decretos legislativos e as leis por ele promulgadas;

VI – requisitar o numerário destinado às despesas da Câmara;

VII – exercer, em substituição, a chefia do Executivo Municipal nos casos previstos em lei;

VIII – mandar prestar informações por escrito e expedir certidões requeridas para a defesa de direitos e esclarecimento de situações;

IX – administrar os serviços da Câmara Municipal, fazendo lavrar os atos pertinentes a essa área de gestão;

X – representar a Câmara junto ao Plenário, às autoridades Federais, Estaduais e Distritais e perante as entidades privadas em geral;

XI – credenciar agente de imprensa e rádio para o acompanhamento dos trabalhos legislativos;

XII – fazer expedir convites para as reuniões solenes da Câmara Municipal as pessoas que, por qualquer título, mereçam a honraria;

XIII – autorizar a realização de audiências públicas em dias e horas prefixados;

XIV – requisitar força policial, quando necessária à preservação da regularidade de funcionamento da Câmara;

Câmara Municipal de Altaneira

XV – empossar os Vereadores retardatários e suplentes e declarar empossados o Prefeito e o Vice-Prefeito, depois de investidos nos respectivos cargos perante o Plenário;

XVI – declarar extintos os mandatos do Prefeito, do Vice-Prefeito, do Vereador e do Suplente, nos casos previstos em lei ou em decorrência de decisão judicial, em face de deliberação do Plenário, e expedir decreto legislativo de perda do mandato;

XVII – declarar destituído membro na Mesa ou de comissão permanente, nos casos previstos neste Regimento;

XVIII – designar os membros das comissões especiais e os seus substitutos e preencher vagas na comissão permanente;

XIX – convocar, verbalmente ou por escrito, os membros da Mesa para as reuniões previstas neste Regimento;

XX – dirigir as atividades legislativas da Câmara em conformidade com as normas legais deste Regimento Interno, praticando todos os atos que, explícita ou implicitamente, não caibam ao Plenário, à Mesa, às Comissões ou qualquer de seus integrantes, individualmente considerados, e, em especial, exercendo as seguintes atribuições:

- a) convocar as sessões extraordinárias da Câmara, na forma deste Regimento Interno;
- b) superintender a organização da pauta dos trabalhos legislativos;
- c) abrir, presidir e encerrar as reuniões da Câmara e suspendê-las, quando necessário;
- d) determinar a leitura, pelo Vereador Secretário, das atas, pareceres, requerimentos e outras peças escritas sobre as quais deva deliberar o Plenário, na conformidade do expediente de cada reunião;
- e) administrar o tempo de duração do expediente e da ordem do dia e o tempo dos oradores inscritos, anunciando-lhe o término;
- f) manter a ordem no recinto da Câmara, concedendo a palavra aos oradores inscritos, cassando-a, disciplinando os apartes e advertindo todos os que incidirem em excessos;
- g) interromper o orador que se desviar da questão em debate ou falar sem devido respeito à Câmara ou a qualquer de seus membros, advertindo-o, chamando-o à ordem e, em caso de insistência, cassando-lhe a

Câmara Municipal de Altaneira

palavra, podendo, ainda, suspender a sessão, quando não atendido e as circunstâncias o exigirem;

- h) levar os precedentes regimentais à Plenário e resolver as questões de ordem;
- i) interpretar o Regimento Interno, sem prejuízo de competência do Plenário para deliberar a respeito, se o requerer qualquer Vereador;
- j) anunciar a matéria a ser votada e proclamar o resultado da votação;
- k) proceder à verificação de quórum, nos termos deste Regimento Interno;
- l) encaminhar os processos e os expediente à Comissão Permanente, para parecer, controlando lhes o prazo, o qual, acaso esgotado, sem pronunciamento, nos casos previstos neste Regimento Interno, ensejará a nomeação de relator *ad hoc*.

XXI – praticar os atos essenciais de intercomunicação com o Executivo, notadamente:

- a) receber as mensagens de propostas legislativas, fazendo-as protocolizar;
- b) encaminhar ao Prefeito, por ofício, os projetos de leis aprovados e comunicar-lhe os projetos de sua iniciativa não aprovados, bem como os vetos rejeitados ou mantidos;
- c) solicitar ao Prefeito as informações pretendidas pelo Plenário e convidá-lo a comparecer ou fazer que compareçam à Câmara os seus auxiliares para explicações, quando haja convocação de edilidade em forma regular;
- d) solicitar mensagem com proposição de autorização legislativa para suplementação dos recursos da Câmara, quando necessário;
- e) Proceder a devolução à tesouraria da Prefeitura de saldo do caixa existente na Câmara ao final de cada exercício.

XXII – ordenar as despesas da Câmara Municipal e assinar cheques nominativos ou ordem de pagamento;

XXIII – determinar licitação para contratação administrativa de competência da Câmara Municipal;

XXIV – administrar o pessoal da Câmara fazendo lavrar e assinando os atos de nomeação, promoção reclassificação, exoneração, aposentadoria, concessão

Câmara Municipal de Altaneira

de férias e de licença, atribuindo aos servidores do legislativo vantagens legalmente autorizadas, determinando apuração de responsabilidades administrativas civil e criminal de servidores faltosos, aplicando-lhes penalidades, julgando os recursos hierárquicos de servidores da Câmara, praticando quaisquer outros atos atinentes a essa área de sua gestão;

XXV – exercer atos de poder de polícia em quaisquer matérias relacionadas com as atividades da Câmara Municipal dentro ou fora do recinto da Câmara;

XXVI – dar provimento aos recursos que forem da sua competência, de acordo com este Regimento Interno;

XXVII – fazer publicar, ao final de cada quadrimestre, relatório de gestão, na forma da legislação pertinente.

XXVIII – zelar pelo cumprimento dos deveres dos Vereadores, bem como tomar as providências necessárias à defesa dos seus direitos.

Art. 42. Sempre que o Presidente não se achar presente no Plenário à hora regimental do início dos trabalhos, substituí-lo-á, no desempenho de suas funções, o Vice-Presidente, cabendo-lhe o lugar da Presidência.

Parágrafo único. Ingressando em Plenário, em qualquer fase da sessão, o Presidente deverá assumir a direção dos trabalhos.

Art. 43. O Presidente da Câmara ou seu substituto terá direito a voto:

I – na eleição da Mesa;

II – quando a matéria para sua aprovação exija o voto favorável de 2/3 (dois terços) dos Membros da Câmara;

III – quando houver empate em qualquer votação do Plenário.

Art. 44. O Presidente poderá delegar ao Vice-Presidente atribuições que lhe sejam próprias.

Art. 45. O Presidente, em qualquer momento, poderá fazer ao Plenário, comunicação de interesse público ou diretamente relacionada com a Câmara Municipal.

Câmara Municipal de Altaneira

Art. 46. O Presidente da Câmara, quando estiver substituindo o Prefeito nos casos previstos em Lei, ficará impedido de exercer qualquer atribuição ou praticar qualquer ato que tenha implicação com a função legislativa.

Subseção II

Do Vice-Presidente

Art. 47. Compete ao Vice-Presidente da Câmara, dentre outras atribuições, as seguintes:

I – substituir o Presidente em suas ausências, licenças ou impedimentos, ficando, nas duas últimas hipóteses, investido na plenitude das respectivas funções enquanto durar a licença ou o impedimento, lavrando-se termo de posse;

II – promulgar e fazer publicar, obrigatoriamente e no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, as leis, resoluções e decretos legislativos, quando o Prefeito e o Presidente da Câmara, respectiva e sucessivamente, tenham deixado de fazê-lo nos prazos fixados em lei e neste Regimento;

III – exercer atos de competência do Presidente da Câmara que lhe tenham sido por este delegados, na forma deste Regimento.

IV – executar os atos administrativos, quando extrapolados os prazos previstos e não cumpridos pela Presidência, sob pena de perda de mandato como membro da Mesa Diretora.

Subseção III

Do Secretário

Art. 48. Compete ao Secretário, dentre outras atribuições, as seguintes:

I – proceder à chamada dos Vereadores nas ocasiões determinadas pelo Presidente e nos casos previstos neste Regimento, assinando as respectivas folhas;

II – ler a ata e a matéria do expediente, bem como as proposições e demais papéis sujeitos ao conhecimento ou deliberações do Plenário;

Câmara Municipal de Altaneira

III – determinar o recebimento e zelar pela guarda das proposições e documentos entregues à Mesa, para conhecimento e deliberação do Plenário;

IV – constatar a presença dos Vereadores no momento da abertura da reunião, confrontando-a com o livro de presença, anotando os presentes e os ausentes com causa justificada ou não, e consignando, ainda, outras ocorrências sobre o assunto, assim como encerrar o referido livro ao final de cada reunião;

V – fazer a inscrição dos oradores;

VI – superintender a redação da ata, resumindo os trabalhos da reunião e assinando-a juntamente com o Presidente;

VII – secretariar as reuniões da Mesa, redigindo em livro próprio as respectivas atas;

Subseção IV Da Substituição

Art. 49. Na ausência do Presidente da Câmara as sessões serão presididas pelo Vice-Presidente e, na ausência deste, pelos demais membros da Mesa, observada a respectiva ordem.

Art. 50. Na hora determinada para o início da reunião, verificada a ausência de todos os membros da Mesa, assumirá a presidência o Vereador mais votado dentre os presentes, que escolherá um entre os Vereadores presentes para ser Secretário *ad hoc*.

Parágrafo único. A Mesa, composta na forma deste artigo, dirigirá os trabalhos até o comparecimento de algum membro titular da Mesa.

Seção V Da Extinção do Mandato da Mesa

Subseção I Disposições Preliminares

Câmara Municipal de Altaneira

Art. 51. As funções dos membros da Mesa cessarão pela:

- I – posse da Mesa eleita para o mandato subsequente;
- II – renúncia, apresentada por escrito;
- III – destituição;
- IV – cassação ou extinção do mandato de Vereador;
- V – morte.

Art. 52. Vagando qualquer cargo da Mesa será realizada eleição para completar o mandato na primeira sessão ordinária seguinte, obedecendo-se, no que couber, o disposto neste Regimento.

§ 1º Em caso de renúncia ou destituição total da Mesa, proceder-se-á a nova eleição para completar o período do mandato, sob a presidência do Vereador mais votado dentre os presentes, que ficará investido na plenitude das funções até a posse da nova Mesa.

§ 2º A eleição a que se refere o *caput* e o parágrafo primeiro deste artigo realizar-se-á em até 10 (dez) dias após a verificação da vacância.

Subseção II Da Renúncia

Art. 53. A renúncia do Vereador ao cargo que ocupa na Mesa, dar-se-á por ofício a ela dirigido e efetivar-se-á independentemente de deliberação do Plenário, a partir do momento em que for lido em reunião ordinária.

Art. 54. Em caso de renúncia total da Mesa o ofício respectivo será levado ao conhecimento do Plenário pelo Vereador mais votado dentre os presentes, que exercerá as funções de Presidente, nos termos deste Regimento Interno.

Subseção III Da Destituição

Câmara Municipal de Altaneira

Art. 55. Qualquer componente da Mesa poderá ser destituído, quando faltoso, omissivo ou ineficiente no desempenho de suas atribuições legais e regimentais.

Subseção IV

Do Processo de Destituição do Membro da Mesa

Art. 56. Sempre que qualquer Vereador propuser a destituição de membro da Mesa, o Plenário, conhecendo da representação, deliberará, preliminarmente, em face da prova documental oferecida por antecipação pelo representante, sobre o processamento da matéria.

Parágrafo único. A representação deverá conter, de forma expressa, o membro ou os membros da Mesa representados, a descrição circunstanciada da irregularidade cometida e as provas que se pretenda produzir.

Art. 57. Apresentada a representação, deverá ser lida pelo seu autor em qualquer fase da reunião ordinária, após autorização do Presidente, independentemente de prévia inscrição.

§ 1º Caso a denúncia de que trata o *caput* deste artigo recaia sobre o Presidente, será submetida ao Plenário por seu substituto legal ou, se este também for envolvido, essa medida caberá ao Vereador mais votado dentre os presentes.

§ 2º O denunciante e o denunciado são impedidos de deliberar sobre o recebimento da denúncia, não sendo necessário nesse caso a convocação do suplente.

§ 3º O membro da Mesa envolvido nas acusações não poderá presidir nem secretariar os trabalhos quando e enquanto estiver sendo discutido ou deliberado qualquer ato relativo ao processo de sua destituição.

Art. 58. Caso o Plenário se manifeste contrário ao recebimento da denúncia, o Presidente determinará o seu arquivamento não podendo ser apresentada nova representação sobre os mesmos fatos, na mesma sessão legislativa.

Câmara Municipal de Altaneira

Art. 59. Caso o Plenário se manifeste pelo processamento da representação, pelo voto de 2/3 (dois terços) dos Vereadores, adotar-se-ão as seguintes medidas:

I – serão sorteados 4 (quatro) Vereadores para compor Comissão de Investigação e Processante (CIP), da qual não poderão fazer parte o denunciante e o denunciado, observando-se na sua formação o disposto neste Regimento;

II – constituída a Comissão, seus membros reunir-se-ão para eleger o Presidente, o Relator, o Secretário e o Suplente, designando-se, em seguida, reunião a ser realizada dentro das 48 (quarenta e oito) horas seguintes.

Parágrafo único. O suplente somente participará dos atos da Comissão quando convocado, o que se dará nos casos de ausência, licença ou impedimento do membro titular.

Art. 60. A representação será autuada pelo Secretário da Comissão de Investigação e Processante, e, em seguida, seu Presidente determinará a notificação do acusado para oferecer defesa no prazo de 10 (dez) dias e arrolar testemunhas até o máximo de 3 (três), sendo-lhe enviada cópia da peça acusatória e dos documentos que a tenham instruído.

§ 1º O representado será notificado, pessoalmente ou pelo correio com aviso de recebimento, dentro de 3 (três) dias, a contar da primeira reunião da Comissão.

§ 2º Se o representado tiver ausente do Município, a notificação far-se-á por edital, que deverá ser publicado em jornal de circulação local, se houver, ou afixado no painel da Câmara, publicado duas vezes, com intervalo de 3 (três) dias, pelo menos, contado o prazo da primeira publicação;

§ 3º Não apresentada a defesa pelo representado, caberá ao Presidente, ou seu substituto, nomear defensor *ad hoc* para oferece-la, no prazo a que se refere o *caput* deste artigo.

Art. 61. Apresentada a defesa, o Presidente mandará anexá-la aos autos com os documentos que a acompanham, determinando, no prazo de 2 (dois) dias, a notificação do representante para confirmá-la ou retirá-la, fixando para tanto, prazo de 5 (cinco) dias.

Câmara Municipal de Altaneira

§ 1º Se o representante confirmar a acusação, a Comissão de Investigação e Processante (CIP) emitirá parecer dentro de 5 (cinco) dias, opinando pelo prosseguimento ou arquivamento da representação.

§ 2º Opinando pelo prosseguimento, a Comissão deverá apresentar na primeira reunião subsequente, projeto de resolução propondo destituição do representado.

§ 3º O projeto de resolução de que trata o parágrafo anterior, será submetido à discussão e votação nominal únicas.

§ 4º O relator da Comissão de Investigação e Processante e o representado ou seu defensor, terão cada um trinta minutos para se manifestarem sobre o projeto de resolução, vedada a cessão de tempo.

§ 5º Terão preferência, na ordem de inscrição, respectivamente, o relator da Comissão de Investigação e Processante e o representado ou seu defensor.

§ 6º Após a manifestação inicial a que se refere o § 4º deste artigo, o relator, que se assessorará de servidores da Câmara, inquirirá, perante o Plenário, as testemunhas de defesa e de acusação, até o máximo de 3 (três) para cada lado, podendo qualquer Vereador lhes formular perguntas, do que se lavrará assentada.

§ 7º Finda a inquirição, o Presidente da Câmara concederá 30 (trinta) minutos para se manifestarem individualmente o representante, o acusado e o relator, seguindo-se a votação da matéria pelo Plenário.

Art. 62. A aprovação do projeto de Resolução, pelo quórum de 2/3 (dois terços) dos Vereadores, implicará no imediato afastamento do representado, devendo a respectiva resolução ser publicada pelo Presidente da Câmara dentro do prazo de 48 (quarenta e oito) horas, contado da deliberação do Plenário.

Parágrafo único. Se o resultado da votação for absolutório, o Presidente determinará o arquivamento do processo.

Art. 63. Se da apuração restar configurado ilícito civil ou penal, deverá ser remetida cópia do processo ao Ministério Público para que proceda à apuração pertinente.

Art. 64. O processo de destituição deverá ser concluído dentro de 90 (noventa) dias, contados da data em que se efetivar a notificação do representado.

Câmara Municipal de Altaneira

CAPÍTULO IV DO PLENÁRIO

Art. 65. O Plenário é o órgão deliberativo e soberano da Câmara Municipal, constituído pelo conjunto de Vereadores em exercício, em local, forma e número estabelecimento neste Regimento.

§ 1º O local é o recinto de sua sede e só por motivo de força maior o Plenário se reunira, por decisão própria, em local diverso.

§ 2º A forma legal para deliberar é a sessão, regida nos termos deste Regimento.

§ 3º Quórum é o número determinado na Lei Orgânica Municipal ou neste Regimento para a realização das sessões e para as deliberações.

§ 4º Integra o Plenário o suplente de Vereador regularmente convocado, enquanto dure a convocação.

§ 5º Não integra o Plenário o Presidente da Câmara, quando se achar em substituição ao Prefeito.

Art. 66. As deliberações do Plenário dar-se-ão sempre por voto aberto.

Art. 67. As reuniões das sessões legislativas ordinárias e extraordinárias da Câmara realizar-se-ão na sala do Plenário, podendo realizar-se fora do recinto da Câmara, nos termos previstos neste Regimento, obrigatoriamente, em local amplo, com as portas abertas e com ampla divulgação.

Art. 68. Durante as sessões, somente os Vereadores poderão permanecer no recinto do Plenário, ressalvadas as exceções previstas neste Regimento.

§ 1º A critério do Presidente, serão convocados para permanecer no recinto do Plenário os funcionários da Secretaria Administrativa, necessários ao andamento dos trabalhos.

§ 2º A convite da Presidência, por iniciativa própria ou sugestão de qualquer Vereador, poderão assistir os trabalhos, no recinto do Plenário, autoridades federais, estaduais e municipais, personalidades homenageadas e

Câmara Municipal de Altaneira

representantes credenciados da imprensa escrita e falada, que terão lugar reservado para esse fim.

§ 3º A saudação oficial ao visitante será feita, em nome da Câmara, pelo Presidente ou por Vereador que o Presidente designar para esse fim.

§ 4º Os visitantes poderão, a critério da Presidência e pelo tempo por esta determinado, discursar para agradecer a saudação que lhe for feita.

Art. 69. Os profissionais de imprensa poderão permanecer no recinto do Plenário durante as reuniões desde que estejam previamente cadastrados junto à Secretaria Administrativa da Câmara, que emitirá credenciais, sendo-lhes vedado circular no recinto do Plenário durante quaisquer votações.

Parágrafo único. O Presidente da Câmara poderá limitar o acesso dos profissionais de imprensa por motivo de lotação ou por outra necessidade.

Art. 70. Os Vereadores ficam obrigados ao uso de paletó e gravata para homens e traje formal para as mulheres, de modo a primar pela boa apresentação de seus membros.

Art. 71. São atribuições do Plenário, entre outras, as seguintes:

- I – elaborar as leis municipais sobre matérias de competência do Município;
- II – discutir e votar o plano, as diretrizes orçamentárias e o orçamento anual;
- III – apreciar os vetos, rejeitando-os ou mantendo-os;
- IV – aprovar resolução que fixe ou revise o subsídio do Prefeito, Vice-Prefeito, Secretários Municipais e Vereadores;
- V – autorizar, sob a forma de lei, observadas as normas constantes na Constituição Federal e Estadual, Lei Orgânica Municipal e demais leis incidentes, os seguintes atos e negócios administrativos, dentre outros:
 - a) abertura de crédito adicional;
 - b) realização de operação de crédito;
 - c) alienação e concessão de direito real de uso de bens imóveis municipais;
 - d) concessão e permissão de serviço público, exceto nos casos de serviço de saneamento e limpeza urbana;

Câmara Municipal de Altaneira

VI – expedir decretos legislativos quanto aos assuntos de sua competência privativa, notadamente nos casos de:

- a) perda do mandato do Prefeito e de Vereador;
- b) aprovação ou rejeição das contas do município;
- c) consentimento para o Prefeito se ausentar do município por prazo superior a 15 (quinze) dias e em viagem para o exterior, por qualquer prazo;
- d) atribuições de homenagem a pessoas que, reconhecidamente, tenham prestado relevantes à comunidade.

VIII – expedir resoluções sobre assuntos de *interna corporis*, notadamente quanto aos seguintes:

- a) alteração deste Regimento interno;
- b) julgamento de recursos de sua competência, nos casos previstos neste regimento;
- c) fixação ou atualização da remuneração dos Vereadores;

IX – processar e julgar o Vereador pela prática de falta ético-parlamentar;

X – processar e julgar o Prefeito pela prática de infração político-administrativa;

XI – solicitar informações ao Prefeito sobre assuntos da Administração, sempre que se fizer necessário, independentemente de deliberação;

XII – convocar os secretários municipais ou responsáveis pela administração indireta para prestar informações, nos termos deste Regimento Interno;

XIII – eleger a Mesa e a Comissão Permanente, bem como destituir os seus membros, na forma e nos casos previstos neste Regimento;

XIV – autorizar a transmissão das sessões da Câmara.

CAPÍTULO V DA COMISSÕES

Seção I

Câmara Municipal de Altaneira

Das Disposições Preliminares

Art. 72. As Comissões são órgãos técnicos com a finalidade de examinar matéria de tramitação na Câmara e emitir parecer sobre a mesma, de proceder a estudos sobre natureza essencial ou, ainda, de investigar e apresentar conclusões ou sugestões sobre fatos determinados de interesse da Administração.

Art. 73. As Comissões da Câmara Municipal serão:

I – permanente, que subsiste através da legislatura;

II – temporárias, as que são constituídas com finalidades especiais e se extinguem quando preenchido o fim a que se destina.

Art. 74. Na constituição das Comissões é assegurada, tanto quanto possível, a representação proporcional dos partidos políticos com representação na Câmara Municipal.

Seção II

Da Comissão Permanente

Art. 75. A Comissão Permanente é a que subsiste através da legislatura e têm por objetivo estudar os assuntos submetidos ao seu exame e sobre eles exarar parecer para orientação do Plenário.

Subseção I

Da Formação da Comissão Permanente

Art. 76. A Comissão Permanente é composta de 3 (três) membros titulares e dois suplentes.

Art. 77. Os membros da Comissão Permanente serão eleitos na primeira sessão ordinária seguinte à da eleição da Mesa Diretora, para um mandato de

Câmara Municipal de Altaneira

02 (dois) anos, mediante votação aberta, contendo os nomes dos Vereadores indicados pelos seus partidos e a legenda partidária.

Art. 78. O Presidente da Câmara não poderá fazer parte da Comissão Permanente.

Art. 79. O Vice-Presidente da Mesa, no exercício da Presidência nos casos previstos neste Regimento Interno, não poderá atuar como membro na Comissão Permanente que pertencer, enquanto persistir a substituição.

Subseção II

Da Competência da Comissão Permanente

Art. 80. A Comissão Permanente, em razão da matéria de sua competência, cabe, dentre outras atribuições previstas neste Regimento Interno:

I – analisar proposições e outras matérias submetidas ao seu exame, apresentando, conforme o caso:

- a) parecer;
- b) substitutivo ou emenda;
- c) relatório conclusivo sobre averiguações e inquéritos.

II – promover estudos, pesquisas e investigações sobre assuntos de interesses públicos;

III – tomar a iniciativa de elaboração de proposições ligadas ao estudo de assuntos de interesse público decorrentes de indicação da Câmara ou de dispositivos regimentais;

IV – redigir o voto vencido em primeira discussão ou em discussão única e oferecer redação final aos projetos, de acordo com seu mérito, bem como, quando for o caso, propor a reabertura da discussão nos termos regimentais;

V – realizar audiências públicas, nos termos deste Regimento interno;

VI – convocar os Secretários Municipais para prestar informações sobre assuntos inerentes às suas atribuições, no exercício de suas funções fiscalizadoras, nos termos deste Regimento Interno;

Câmara Municipal de Altaneira

VII – receber petições, reclamações, representações ou queixas de associações e entidades comunitárias ou de qualquer pessoa contra atos e omissões de autoridades ou entidades públicas municipais;

VIII – fiscalizar, nos termos deste Regimento Interno, a regularidade, a eficiência e a eficácia dos seus órgãos no cumprimento dos objetivos institucionais;

IX – acompanhar junto ao Executivo, os atos de regulamentação, velando por sua completa adequação;

X – acompanhar junto ao Executivo, a elaboração das propostas das leis orçamentárias, bem como a sua posterior execução;

XI – solicitar informações e depoimentos de autoridade ou cidadãos;

XII – apreciar programas de obra, planos regionais e setoriais de desenvolvimento e sobre eles emitir parecer;

Parágrafo único. Os projetos e demais proposições distribuídas à Comissão, serão examinados pelo relator, que emitirá parecer sobre o mérito.

Subseção III

Das atribuições do Presidente, Relator e Secretário

Art. 81. A Comissão Permanente, logo que constituída, reunir-se-ão para eleger seu respectivo Presidente, Relator e Secretário.

Art. 82. Ao Presidente da Comissão Permanente compete:

I – convocar todos os integrantes da Comissão para as reuniões, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas;

II – convocar audiências públicas, ouvida a Comissão;

III – presidir as reuniões e zelar pela ordem dos trabalhos;

IV – convocar reuniões extraordinárias de ofício ou a requerimento da maioria dos membros da comissão;

V – receber as matérias de competências da comissão e encaminhá-las ao Relator, observada a ordem cronológica de apresentação;

Câmara Municipal de Altaneira

VI – submeter à votação as questões da competência da Comissão, debater e proclamar o resultado das eleições;

VII – zelar pela observância dos prazos concedidos à Comissão;

VIII – conceder vista das proposições em regime de tramitação ordinária aos membros da Comissão pelo prazo máximo de 2 (dois) dias;

IX – representar a Comissão nas relações com a Mesa e com o Plenário;

X – resolver, na forma regimental, todas as questões de ordem suscitadas nas reuniões da Comissão;

XI – enviar à Mesa as matérias de competência da Comissão destinadas ao conhecimento do Plenário;

XII – solicitar ao Presidente da Câmara, mediante ofício, providências junto às lideranças partidárias, no sentido de serem indicados substitutos para os membros da Comissão em caso de vaga, licença ou impedimento;

XIII – anotar no livro de presença da Comissão o nome dos membros presentes e faltosos, o resumo da matéria tratada e a conclusão a que tiver chegado a comissão, rubricando a folha ou folhas respectivas.

XIV – avocar o expediente, para a emissão do parecer em 48 (quarenta e oito) horas, quando não o tenha feito o Relator no prazo regimental.

Parágrafo único. Encaminhada qualquer matéria ao Presidente de Comissão Permanente, este designar-lhe-á tramitação imediata.

Art. 83. O Secretário auxiliará o Presidente sempre que por ele convocado, cabendo-lhe representar a Comissão por delegação pessoal do Presidente.

Parágrafo único. O Presidente será substituído, em suas ausências, pelo Secretário e este pelo Relator.

Art. 84. Ao Relator da Comissão Permanente compete:

I – fazer observar os prazos regimentais dos processos que tramitam na Comissão;

II – providenciar a publicação dos extratos das atas e dos pareceres da Comissão, na imprensa oficial ou no mural da Câmara;

III – proceder à leitura das atas e correspondências recebidas pela Comissão.



Câmara Municipal de Altaneira

Subseção IV

Das Reuniões da Comissão Permanente

Art. 85. A Comissão Permanente reunir-se-á:

I – ordinariamente, às quintas-feiras, na sede da Câmara Municipal, com a presença da maioria de seus membros.

II – extraordinariamente, sempre que necessário, mediante convocação de ofício pelo Presidente ou a requerimento da maioria dos membros da Comissão, mencionando-se, em ambos os casos, a matéria a ser apreciada.

§ 1º Quando a Câmara estiver em recesso, a Comissão só poderá se reunir em caráter extraordinário para tratar de assunto relevante e inadiável.

§ 2º Os horários das reuniões ordinárias da Comissão previstos neste Regimento poderão sofrer alterações, mediante consenso entre todos os membros da Comissão, constando a deliberação em ata.

§ 3º Quando, por qualquer motivo, a reunião tiver de se realizar em outro local, é indispensável a comunicação, por qualquer meio, a todos os membros da Comissão.

Art. 86. As reuniões da Comissão Permanente serão públicas.

Parágrafo único. Das reuniões da Comissão lavrar-se-ão atas com o sumário do que nela houver ocorrido, assinadas pelos membros presentes.

Art. 87. Poderão participar das reuniões da Comissão Permanente técnicos de reconhecida competência na matéria ou representante de entidades idôneas, em condições de propiciar esclarecimentos sobre o assunto submetido à sua apreciação.

Parágrafo único. O convite de que trata o *caput* será formulado pelo Presidente da Comissão, por iniciativa própria ou a requerimento de qualquer Vereador.

Subseção V

Dos Trabalhos da Comissão Permanente

Câmara Municipal de Altaneira

Art. 88. A Comissão somente deliberará com a presença da maioria de seus membros.

Art. 89. Salvo as exceções previstas neste Regimento Interno, a Comissão terá o prazo de 15 (quinze) dias para emitir parecer sobre qualquer matéria, prorrogável por igual período pelo Presidente da Câmara, mediante requerimento devidamente fundamentado.

§ 1º O prazo previsto neste artigo começará a correr na data em que o processo der entrada na Comissão.

§ 2º O relator terá o prazo improrrogável de 10 (dez) dias para se manifestar, por escrito, a partir da data do recebimento da proposição, que será encaminhada à este pelo Presidente da Comissão.

§ 3º Em caso de pedido de vista, será concedido vista pelo prazo máximo e improrrogável de 2 (dois) dias corridos, observado o limite dos prazos estabelecidos no *caput* deste artigo.

§ 4º O pedido de vista do processo só será concedido depois de devidamente relatado.

§ 5º Não serão aceitos pedidos de vista de processos em fase de redação, de acordo com o voto vencido em primeira discussão, nem em fase de redação final.

Art. 90. Decorridos os prazos previstos no artigo anterior, deverá o processo ser devolvido à Secretaria, com ou sem parecer e, na falta deste, o Presidente da Comissão declarará o motivo.

Art. 91. Dependendo o parecer de exame de qualquer outro processo ainda não entregue à Comissão, deverá o Presidente da Comissão requisitá-lo ao Presidente da Câmara.

§ 1º Na hipótese prevista no *caput* deste artigo, os prazos estabelecidos neste Regimento Interno ficarão sem fluência, por 10 (dez) dias corridos, no máximo, a partir da data da requisição.

§ 2º A entrada do processo requisitado pela Comissão antes de decorrido o prazo a que se refere o parágrafo anterior dará continuidade à fluência do prazo interrompido.

Câmara Municipal de Altaneira

Art. 92. Caso o parecer dependa da realização de audiência pública, os prazos estabelecidos neste Regimento Interno ficam sobrestados por 10 (dez) dias úteis, para a sua realização.

Art. 93. Decorridos os prazos da Comissão, poderão os processos ser incluídos na ordem do dia, com ou sem parecer, pelo Presidente da Câmara, de ofício, ou a requerimento de qualquer Vereador, independentemente do pronunciamento do Plenário.

Parágrafo único. Para os fins do disposto neste artigo, o Presidente da Câmara, se necessário, determinará a pronta tramitação do processo.

Art. 94. A Comissão Permanente deverá solicitar do Executivo, por intermédio do Presidente da Câmara, todas as informações julgadas necessárias, desde que se refiram a proposições sob a sua apreciação.

§ 1º O pedido de informações dirigido ao Executivo interrompe os prazos previstos neste Regimento Interno.

§ 2º A interrupção mencionada no parágrafo anterior cessará ao final de 10 (dez) dias corridos, contados da data em que for expedido o respectivo ofício, se o Executivo, dentre deste prazo, não tiver prestado as informações requisitadas.

§ 3º A remessa das informações antes de decorridos os 10 (dez) dias dará continuidade ao prazo interrompido.

§ 4º Além das informações prestadas e de outros documentos que se fizerem necessários, serão incluídos no processo sob exame da Comissão Permanente os respectivos pareceres e as transcrições ou gravações das audiências públicas realizadas.

Art. 95. A Comissão Permanente poderá se reunir durante as sessões ordinárias e extraordinárias da Câmara, suspendendo-se os trabalhos pelo tempo máximo de 30 (trinta) minutos.

Art. 96. Dos atos do Presidente da Comissão Permanente cabe, a qualquer membro, recurso ao Plenário obedecendo-se o previsto neste Regimento Interno.

Câmara Municipal de Altaneira

Art. 97. O Presidente da Comissão Permanente poderá se reunir mensalmente, sob a presidência do Presidente da Câmara, para examinar assuntos de interesse comum da Comissão e determinar providências para o melhor e mais rápido andamento das proposições.

Subseção VI

Do Parecer da Comissão

Art. 98. Parecer é o pronunciamento da Comissão sobre qualquer matéria sujeita ao seu estudo ou que lhe haja sido regimentalmente distribuída.

§ 1º O parecer será escrito ou verbal e constará de 3 (três) partes:

I – relatório, em que se fará exposição da matéria em exame;

II – conclusão, em que o relator, em termos sintéticos, expressará sua opinião sobre a conveniência da aprovação ou rejeição, total ou parcial, da matéria, e quando for o caso, oferecer-lhe-á substitutivo ou emenda;

III – decisão, em que a Comissão, por meio da assinatura de seus os membros, votará a favor ou contra a matéria.

§ 2º É dispensável o relatório nos pareceres substitutivos, emendas ou subemendas.

§ 3º O Presidente da Câmara devolverá à Comissão o parecer escrito que não atenda às exigências deste artigo, para o fim de ser devidamente redigido.

§ 4º O Parecer poderá ser acompanhado de projeto substitutivo ao projeto de lei, ao decreto legislativo ou a resolução que suscitarem a manifestação da comissão.

Art. 99. É obrigatório o parecer da Comissão Permanente nos assuntos de sua competência, ressalvados os casos previstos neste Regimento.

Parágrafo único. Somente será dispensado o parecer da Comissão, por deliberação do Plenário, mediante requerimento de Vereador ou do Presidente da Câmara, quando se tratar de proposição colocada em regime de urgência.

Art. 100. O parecer verbal dado em Plenário, bem como suas retificações, nos casos expressos neste Regimento Interno, obedecerá às seguintes normas:

Câmara Municipal de Altaneira

I – o Presidente da Câmara convidará o Relator, o Presidente da Comissão ou seu substituto, nesta ordem, para emitir o parecer e, se não houver qualquer manifestação contrária por parte dos demais membros da Comissão presentes no plenário, será tido como a decisão final sobre a matéria;

II – Havendo manifestação contrária imediata, de qualquer membro da Comissão presente no Plenário, o Presidente da Câmara tomará os votos dos membros da Comissão presentes, sendo considerado como parecer o resultado da maioria dos votos obtidos;

III – na hipótese do inciso anterior, será assegurado ao membro da comissão o tempo de 15 (quinze) minutos para prolatar seu voto em separado.

IV – no caso de empate prevalecerá o voto do Presidente da Comissão.

Art. 101. Os membros da Comissão Permanente emitirão seu juízo sobre a manifestação do Relator, mediante voto.

§ 1º A simples aposição da assinatura, sem qualquer outra observação, implicará a concordância total do signatário com a manifestação do relator.

§ 2º Poderá o membro da Comissão Permanente exarar voto fundamentado em separado:

I – pelas conclusões, quando favorável às conclusões do relator, mas com diversa fundamentação;

II – aditivo, quando favorável às conclusões do relator, mas acrescente novos argumentos à sua fundamentação;

III – contrário às conclusões do relator.

§ 3º O voto do Relator não acolhido pela maioria dos membros da Comissão constituirá voto vencido.

§ 4º O voto em separado, divergente ou não das conclusões do Relator, desde que acolhido pela maioria da Comissão, passará a constituir seu parecer.

Art. 102. Para emitir parecer verbal, nos casos previstos neste Regimento, o Relator, ao fazê-lo, indicará sempre os nomes dos membros da Comissão ouvidos e declarará quais os que se manifestaram favoráveis e quais os contrários à proposição.

Câmara Municipal de Altaneira

Art. 103. É vedado à Comissão Permanente ao apreciar proposição ou qualquer matéria submetida ao seu exame, opinar sobre aqueles que não sejam de suas atribuições específicas.

Subseção VII

Da Vacância, Licença e Impedimento do membro da Comissão

Art. 104. A Vacância da Comissão Permanente verificar-se-á com a:

- I – renúncia;
- II – destituição;
- III – perda de mandato do Vereador.

Art. 105. A renúncia de qualquer membro da Comissão Permanente será ato irrevogável, desde que formulada por escrito e dirigida à Presidência da Câmara.

Art. 106. Os Membros da Comissão Permanente serão destituídos caso deixem de comparecer, injustificadamente, a (três) reuniões consecutivas ou a 5 (cinco) intercaladas, não mais podendo participar da Comissão Permanente até o final da sessão legislativa.

Parágrafo único. As faltas às reuniões da Comissão Permanente poderão ser justificadas até o horário de início da reunião, aplicando-se as regras e penalidades regimentais sobre as faltas dos Vereadores.

Art. 107. A destituição do cargo na Comissão Permanente dar-se-á por representação de qualquer Vereador, dirigida ao Presidente da Câmara que, após comprovar a ocorrência das faltas e a ausência de justificção em tempo hábil, observado o devido processo legal, declará-lo-á vago.

Art. 108. O Presidente de Comissão Permanente poderá ser destituído quando deixar de cumprir decisão plenária relativa a recurso contra ato seu, mediante processo sumário que respeitará o devido processo legal, iniciado por representação subscrita por qualquer Vereador, cabendo a decisão final ao Presidente da Câmara.

Câmara Municipal de Altaneira

Art. 109. O Presidente da Câmara preencherá, por nomeação, as vagas verificadas na Comissão Permanente, não podendo a nomeação recair sobre o renunciante ou o destituído.

§ 1º No caso de licença ou impedimento de qualquer membro da Comissão Permanente, caberá ao Presidente da Câmara a designação do substituto. A substituição perdurará enquanto persistir a licença ou o impedimento.

§ 2º O Vereador que se recusar a participar da Comissão Permanente ou for renunciante ou destituído dela, não poderá ser nomeado para integrar Comissão de Representação ou Especial até o final da sessão legislativa.

Seção III

Das Comissões Temporárias

Subseção I

Das Disposições Preliminares

Art. 110. Comissões Temporárias são aquelas constituídas com finalidades especiais e que se extinguem com o término da legislatura ou antes dela, quando atingidos os fins para os quais foram constituídas.

Art. 111. As Comissões Temporárias poderão ser:

- I – Especiais;
- II – de Representação;
- III – de Investigação e Processante;
- IV – Parlamentares de Inquérito.

Subseção II

Das Comissões Especiais

Câmara Municipal de Altaneira

Art. 112. As Comissões Especiais são destinadas à elaboração a apreciação de estudos de problemas municipais e à tomada de posição da Câmara em assuntos de reconhecida relevância.

§ 1º As Comissões Especiais serão constituídas mediante apresentação de projetos de resolução, aprovado por maioria simples.

§ 2º O projeto de resolução que alude o parágrafo anterior, independente de parecer, terá uma única discussão e votação na ordem do dia da mesma reunião de sua apresentação.

§ 3º O projeto de resolução que propõe a constituição da Comissão Especial deverá indicar, necessariamente:

- a) a finalidade, devidamente fundamentada;
- b) o número de membros não superior a 4 (quatro);
- c) o prazo de funcionamento.

§ 4º Ao Presidente da Câmara caberá indicar os Vereadores que comporão a Comissão Especial.

§ 5º O primeiro ou o único signatário do projeto de resolução que propuser a criação da Comissão Especial será o Presidente.

§ 6º Concluídos seus trabalhos, a Comissão Especial elaborará parecer sobre a matéria, que será protocolizado na Secretaria da Câmara, para sua leitura em Plenário, na primeira reunião ordinária subsequente.

§ 7º A Secretaria da Câmara extrairá cópia do parecer para o Vereador que a solicitar.

§ 8º Se a Comissão Especial deixar de concluir seus trabalhos dentro do prazo estabelecido, ficará automaticamente extinta, salvo se o Plenário houver aprovado, em tempo hábil, prorrogação de seu prazo de funcionamento através de projeto de resolução.

§ 9º Não caberá constituição de Comissão Especial para tratar de assuntos de competências de qualquer das Comissões Permanentes.

Subseção III

Das Comissões de Representação

Câmara Municipal de Altaneira

Art. 113. As Comissões de Representação têm por finalidade representar a Câmara em atos externos, de caráter social ou cultural, inclusive participação em congressos.

§ 1º As Comissões de Representação serão constituídas:

I – mediante projeto de resolução, aprovado por maioria simples dos Vereadores e submetidos a discussão e votação única na ordem do dia da reunião seguinte à de sua apresentação, se acarretar despesas;

II – mediante simples requerimento, submetido a discussão e votação única na fase do expediente da mesma reunião de sua apresentação, quando não acarretar despesas.

§ 2º No caso do inciso I, do parágrafo anterior, será obrigatoriamente ouvida a Comissão Permanente, no prazo de 3 (três) dias, contados da apresentação do projeto respectivo.

§ 3º Qualquer que seja a forma de constituição da Comissão de Representação, o ato constitutivo deverá conter:

- a) a finalidade;
- b) o número de membros não superior a 4 (quatro);
- c) o prazo de duração.

§ 4º Os membros da comissão de representação serão nomeados pelo Presidente da Câmara.

§ 5º A comissão de representação será sempre presidida pelo único ou primeiro dos signatários da resolução que a criou, quando dela não faça parte o Presidente ou o Vice-Presidente da Câmara.

§ 6º Os membros da Comissão de Representação, constituída nos termos desta subseção, deverão apresentar ao Presidente da Câmara relatório das atividades desenvolvidas durante a representação, bem como a prestação de contas das despesas efetuadas, no prazo máximo de dez (10) dias após o seu término.

Subseção IV

Da Comissão de Investigação e Processante

Art. 114. A Comissão de Investigação e Processante será constituída com as seguintes finalidades:

Câmara Municipal de Altaneira

- I – apurar infrações político-administrativas do Prefeito;
- II – apurar faltas ético-parlamentares dos Vereadores;
- III – apurar faltas que acarretarem a destituição dos membros da Mesa Diretora.

Art. 115. Os trabalhos da Comissão de Investigação e Processante serão regidos pelo disposto neste Regimento, na Lei Orgânica Municipal e, verificada omissão, pela legislação estadual e federal aplicável.

Subseção V

Da Comissão Parlamentar de Inquérito

Art. 116. A Comissão Parlamentar de Inquérito será instalada na forma e com os poderes previstos neste Regimento e na Lei Orgânica Municipal.

§ 1º A denúncia sobre irregularidade e a indicação de provas a serem produzidas deverão constar do requerimento que solicitar a constituição da Comissão Parlamentar de Inquérito.

§ 2º O requerimento de constituição deverá conter, ainda:

- a) a finalidade para a qual se constituiu, devidamente fundamentada e justificada;
- b) o prazo de funcionamento, que não poderá ser superior a 90 (noventa) dias;
- c) a indicação, se for o caso, dos Vereadores que servirão como testemunhas.

Art. 117. Aprovado o requerimento nos termos do artigo anterior, a Comissão Parlamentar de Inquérito, que será composta de 03 (três) membros, será constituída por Resolução da Presidência da Câmara, que nomeará os membros desta Comissão após indicação dos líderes dos partidos.

§ 1º Considerar-se-ão impedidos de atuar nesta Comissão, os Vereadores que estiverem envolvidos no fato a ser apurado, bem como aqueles que tiverem interesse pessoal na apuração e, ainda, aqueles que forem indicados no requerimento de constituição para servir como testemunhas.

Câmara Municipal de Altaneira

§ 2º O primeiro signatário do requerimento que propôs a constituição da Comissão Parlamentar de Inquérito, fará parte, obrigatoriamente, de seus trabalhos, como um de seus membros.

Art. 119. Não se constituirá Comissão Parlamentar de Inquérito enquanto estiver em funcionamento na Câmara Municipal outra comissão apurando denúncias ou fatos idênticos.

Art. 120. Constituída a Comissão Parlamentar de Inquérito, seus membros elegerão na primeira reunião realizada, o Presidente, Vice-Presidente e o Relator.

Parágrafo único. Ao Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito é atribuída a competência de representar a comissão.

Art. 121. A Comissão Parlamentar de Inquérito reunir-se-á, preferencialmente, nas dependências da Câmara Municipal, cabendo ao seu Presidente determinar a data e horários das reuniões.

§ 1º É facultado ao Presidente da Comissão requisitar, se for o caso, funcionário da Câmara, para secretariar os trabalhos.

§ 2º Em caso excepcional e devidamente justificado, poderá o Presidente da Comissão requisitar ao Presidente da Câmara, o assessoramento dos trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito, por profissionais técnicos na matéria em exame, desde que a própria Câmara Municipal não disponha de tal funcionário em seu quadro.

Art. 122. As reuniões da Comissão Parlamentar de Inquérito somente serão realizadas com a presença da maioria de seus membros.

§ 1º As convocações para as reuniões da Comissão Parlamentar de Inquérito deverão ser recebidas pelos seus membros com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, salvo em caso de reunião extraordinária, desde que justificada a urgência da convocação.

§ 2º Seus membros, em caso de ausência, deverão justificar o motivo do não comparecimento ao Presidente da Comissão, na primeira reunião subsequente à ausência.

Câmara Municipal de Altaneira

Art. 123. No exercício de suas atribuições e no interesse da investigação, poderá, ainda, a Comissão Parlamentar de Inquérito, através de seu Presidente:

I – determinar as diligências que se fizerem necessárias aos trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito;

II – convocar e tomar depoimento de autoridades municipais, bem como de qualquer cidadão, intimar testemunhas e inquiri-las, sob compromisso;

III – requisitar dos responsáveis pelas repartições públicas municipais e entidades descentralizadas a exibição de documentos e a prestação dos esclarecimentos necessários ao desenvolvimento dos seus trabalhos.

IV – requerer a intimação judicial, ao juízo competente e nos termos da legislação pertinente, quando do não comparecimento do intimado perante a Comissão Parlamentar de Inquérito por 02 (duas) convocações consecutivas ou quando do descumprimento das providências que trata o inciso anterior, no prazo fixado pela comissão.

Art. 124. Todos os documentos encaminhados à Comissão Parlamentar de Inquérito, bem como convocações, atos da presidência da comissão e diligências, serão transcritos e autuados em processo próprio, em folhas numeradas, datadas e rubricadas pelo Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito, que será seu responsável, até o término dos seus trabalhos.

Parágrafo único. Dos depoimentos tomados de autoridades ou de testemunhas inquiridas, além da assinatura dos membros presentes ao ato, deverá conter, obrigatoriamente, a assinatura do depoente.

Art. 125. O desatendimento às disposições contidas nos artigos anteriores, no prazo estipulado, sem motivo justificado, faculta ao Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito solicitar a intervenção do poder judiciário, na forma da legislação pertinente.

Art. 126. Se a Comissão Parlamentar de Inquérito não concluir os seus trabalhos dentro do prazo regimental estabelecido, ficará automaticamente extinta, salvo se o plenário houver aprovado, por maioria absoluta e antes do término do prazo, a requerimento de membro da comissão, a prorrogação do prazo para seu funcionamento.

Câmara Municipal de Altaneira

§ 1º O requerimento que solicitar a prorrogação de prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito será apreciado na mesma reunião de sua apresentação.

§ 2º Somente será admitido um pedido de prorrogação na forma estabelecida deste artigo, não podendo o prazo de prorrogação ser superior aquele fixado originalmente para o funcionamento da Comissão Parlamentar de Inquérito.

Art. 127. A Comissão Parlamentar de Inquérito concluirá seus trabalhos através de relatório final, que deverá conter:

- a) a exposição dos fatos submetidos à apuração;
- b) a exposição e análise das provas colhidas;
- c) a conclusão sobre a comprovação ou não da existência dos fatos;
- d) a conclusão sobre a autoria dos fatos apurados, se existentes;
- e) sugestões das medidas a serem tomadas, devidamente fundamentadas e justificadas, indicando as autoridades, dentre elas, o Ministério Público e/ou pessoas que tiverem a devida competência para a adoção das providências sugeridas.

Art. 128. Elaborado o relatório, deverá este ser apreciado em reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito, previamente agendada.

§ 1º A simples aposição da assinatura, sem qualquer observação, implicará a concordância total do signatário com os termos e manifestações do relator.

§ 2º Poderá o membro da comissão, exarar voto em separado nos termos deste regimento interno.

Art. 129. Se o relatório a que se refere o artigo anterior não for acolhido pela maioria dos membros da Comissão Parlamentar de Inquérito, será considerado rejeitado, apreciando-se, em seguida, o voto divergente apresentado em separado.

Parágrafo único. O voto acolhido pela maioria dos membros da comissão será considerado o relatório final da Comissão Parlamentar de Inquérito.

Câmara Municipal de Altaneira

Art. 130. O relatório final, aprovado e assinado nos termos desta Subseção, será protocolizado na Secretaria Administrativa da Câmara Municipal, devendo o Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito comunicar, em plenário, a conclusão dos trabalhos da comissão.

Parágrafo único. O relatório final será lido pelo relator da comissão, durante o expediente da primeira reunião ordinária subsequente à sua apresentação, ressalvadas as hipóteses previstas neste regimento interno.

Art. 131. Deverão ser anexados ao processo da Comissão Parlamentar de Inquérito, cópias do relatório final e do voto ou votos em separado, bem como do ato da presidência da Comissão Parlamentar de Inquérito que registra o fim dos trabalhos da comissão.

Art. 132. A Secretaria Administrativa da Câmara Municipal fornecerá cópia do relatório final da Comissão Parlamentar de Inquérito à todos os Vereadores, independentemente de requerimento.

Art. 133. O relatório final deverá ser submetido à apreciação do Plenário, que decidirá por maioria absoluta, devendo o Presidente da Câmara, em caso de aprovação, dar-lhe encaminhamento de acordo com as recomendações nele propostas, através de Resolução, ou em caso de rejeição, determinar o seu arquivamento.

CAPÍTULO VI

DOS VEREADORES

Seção I

Dos Direitos e Deveres

Art. 134. Os vereadores são agentes políticos investidos de mandato legislativo municipal para uma legislatura de 4 (quatro) anos, eleitos pelo sistema partidário e de representação proporcional, por voto secreto.

Câmara Municipal de Altaneira

Art. 135. São direitos do vereador:

I - participar de todas as discussões e votar nas deliberações do plenário, salvo quando tiver interesse na matéria, o que comunicará ao Presidente;

II - votar na eleição da Mesa;

III - apresentar proposições e sugerir medidas que visem ao interesse coletivo, ressalvadas as matérias de iniciativa exclusiva do Executivo;

IV - concorrer aos cargos da Mesa e das comissões, salvo impedimento legal ou regimental;

V - usar da palavra em defesa das proposições apresentadas que visem ao interesse do Município ou em oposição às que julgar prejudiciais ao interesse público, sujeitando-se às limitações deste regimento;

VI - convocar reunião extraordinária da Câmara, na forma deste regimento;

VII - solicitar licença;

VIII - solicitar, mediante aprovação do plenário, informações ao Prefeito ou aos Secretários Municipais sobre assuntos relacionados a matérias em tramitação ou sobre fatos sujeitos à fiscalização da Câmara;

IX - solicitar às autoridades competentes, através de requerimentos e indicações, as providências necessárias para solucionar problemas da comunidade;

X - utilizar-se dos serviços da Secretaria da Câmara, para fins relacionados com o exercício do mandato.

Art. 136. Os vereadores gozam de inviolabilidade por suas opiniões, palavras e votos no exercício do mandato e na circunscrição do Município.

Art. 137. O Vereador não poderá presidir os trabalhos da Câmara ou de comissão, nem ser designado relator, quando se estiver discutindo ou votando assunto de seu interesse pessoal.

Art. 138. Os vereadores não são obrigados a testemunhar perante a Câmara sobre informações recebidas ou prestadas em razão do exercício do mandato, nem sobre pessoas que lhes confiarem, ou delas receberem informações.

Câmara Municipal de Altaneira

Art. 139. Os vereadores têm livre acesso às dependências da Câmara, podendo examinar quaisquer de seus documentos ou atos administrativos, inclusive documentos oriundos do Poder Executivo, respeitando o horário de expediente e as normas de organização interna do Legislativo.

Art. 140. São deveres e obrigações dos vereadores, entre outros:

I - quando investido no mandato, não incorrer em incompatibilidade prevista nas Constituições Federal e Estadual ou na Lei Orgânica do Município;

II - observar as determinações legais relativas ao exercício do mandato;

III - desempenhar fielmente o mandato político, atendendo ao interesse público e às diretrizes partidárias;

IV - exercer a contento o cargo que lhe seja conferido na Mesa ou em comissão, não podendo escusar-se ao seu desempenho, salvo renúncia justificada por escrito ao plenário;

V - comparecer pontualmente às sessões ordinárias e extraordinárias da Câmara, salvo por motivo de força maior, devidamente comprovado, e participar das votações, salvo quando se encontrar impedido;

VI - manter o decoro parlamentar;

VII - não residir fora do Município;

VIII - conhecer e observar o Regimento Interno;

IX - não se eximir de trabalho algum relativo ao desempenho do mandato;

X - dar, nos prazos regimentais, informações, pareceres ou votos de que foi incumbido, comparecendo e tomando parte nas reuniões das comissões a que pertencer;

XI - propor ou levar ao conhecimento da Câmara medidas que julgar convenientes ao Município e à segurança e bem-estar de seus habitantes, bem como impugnar as que lhe pareçam prejudiciais ao interesse público;

XII - tratar respeitosamente a Mesa e os demais membros da Câmara;

XIII - comparecer à sede da Câmara, e especialmente às reuniões, sempre trajado adequadamente;

XIV - promover a defesa dos interesses comunitários e municipais;

XV - defender a integralidade do patrimônio municipal;

Câmara Municipal de Altaneira

XVI - zelar pelo aprimoramento das instituições democráticas e representativas e, particularmente, pelas prerrogativas do Poder Legislativo;

XVII - exercer o mandato com dignidade e respeito à coisa pública e à vontade popular, mantendo o decoro parlamentar;

XVIII - denunciar publicamente as atitudes lesivas à afirmação da cidadania, e as que importem em desperdício do dinheiro público, privilégios injustificáveis ou corporativismo.

Art. 141. Constituem faltas contra a ética parlamentar do vereador no exercício de seu mandato:

I - quanto às normas de conduta nas sessões de trabalho da Câmara:

a) utilizar-se, em seus pronunciamentos, de palavras ou expressões incompatíveis com a dignidade do cargo;

b) desacatar ou praticar ofensas físicas ou morais, bem como dirigir palavras injuriosas aos seus pares, aos membros da Mesa Diretora, do plenário ou de comissões, ou a qualquer cidadão ou grupo de cidadãos que assistam a sessões de trabalho da Câmara;

c) perturbar a boa ordem dos trabalhos em plenário ou nas demais atividades da Câmara;

d) prejudicar ou dificultar o acesso dos cidadãos a informações de interesse público ou sobre os trabalhos da Câmara;

e) acusar vereador, no curso de uma discussão, ofendendo sua honorabilidade, com arguições inverídicas e improcedentes;

f) desrespeitar a propriedade intelectual das proposições;

g) atuar de forma negligente ou deixar de agir com diligência e probidade no desempenho das funções administrativas para as quais for designado, durante o mandato e em decorrência do mesmo;

II - quanto ao respeito à verdade:

a) fraudar votações;

b) deixar de zelar pela total transparência das eleições, votações e atividades da Câmara ou dos vereadores no exercício de seus mandatos;

c) deixar de comunicar e denunciar, na tribuna da Câmara ou por outras formas legais, todo e qualquer ato que configure ilícito civil, penal ou administrativo,

Câmara Municipal de Altaneira

ocorrido no âmbito da Administração Pública, bem como casos de inobservância deste regimento, de que vier a tomar conhecimento;

d) utilizar-se de subterfúgios para reter ou dissimular informações a que estiver legalmente obrigado, particularmente na declaração de bens e rendas;

III - quanto ao respeito aos recursos públicos:

a) deixar de zelar, com responsabilidade, pela proteção e defesa do patrimônio e dos recursos públicos;

b) utilizar infraestrutura, recursos, bens, funcionários ou serviços de qualquer natureza, da Câmara ou da Prefeitura Municipal, para benefício próprio ou outros fins privados, inclusive eleitorais;

c) pleitear ou usufruir favorecimentos ou vantagens pessoais ou eleitorais com recursos públicos;

d) manipular recursos do orçamento para beneficiar regiões de seu interesse, de forma injustificada, ou de obstruir maliciosamente proposições de iniciativa de outro poder;

e) criar ou autorizar encargos em termos que, pelo seu valor ou pelas características da empresa ou entidade beneficiada ou controlada, possam resultar em aplicação indevida de recursos públicos;

IV – quanto ao uso do poder inerente ao mandato:

a) promover favorecimento ou protecionismo na contratação de quaisquer serviços e obras pela Administração Pública com pessoas, empresas ou grupos econômicos;

b) influenciar decisões do Executivo, da Administração da Câmara ou outros setores da Administração Pública, para obter vantagens ilícitas ou imorais para si ou para pessoas de seu relacionamento pessoal ou político;

c) condicionar suas tomadas de posição ou seus votos, nas decisões tomadas pela Câmara, a contrapartidas pecuniárias ou de qualquer espécie, concedidas pelos interessados, direta ou indiretamente, na decisão;

d) induzir o Executivo, a Administração da Câmara ou outros setores da Administração Pública à contratação, para cargos não concursados, de pessoal sem condições profissionais para exercê-los ou com fins eleitorais;

e) utilizar-se de propaganda imoderada e abusiva do regular exercício das atividades para as quais foi eleito, antes, durante ou depois do processo eleitoral;

Câmara Municipal de Altaneira

f) receber vantagens indevidas ou imorais, tais como doações, benefícios ou cortesias de empresas, grupos econômicos ou autoridades públicas, ressalvados os brindes sem valor econômico.

Art. 142. As incompatibilidades do vereador são aquelas previstas na Constituição Federal e na Lei Orgânica Municipal.

Art. 143. Além das proibições constantes da Lei Orgânica Municipal, são também vedadas ao vereador as seguintes condutas:

I - atribuir dotação orçamentária, sob a forma de subvenções sociais, auxílios ou qualquer outra forma, a entidades ou instituições das quais participe o próprio vereador, seu cônjuge, companheiro(a) ou parente, de um ou de outro, até o segundo grau, bem como pessoa jurídica direta ou indiretamente por eles controlada, ou ainda que aplique os recursos recebidos em atividades que não correspondam rigorosamente às suas finalidades estatutárias;

II - dirigir empresas, órgãos e meios de comunicação, considerados como tal as pessoas jurídicas que indiquem em seu objeto social a execução de serviços de jornalismo, de radiodifusão sonora ou de sons e imagens;

III - cometer abuso do poder econômico ou político no processo eleitoral.

Seção II

Do subsídio

Art. 144. O Vereador fará *jus* a um subsídio mensal fixado ou alterado pela Câmara Municipal, através de Projeto de Lei aprovado em cada legislatura, antes da data da eleição, para vigorar na legislatura subsequente, observados os critérios definidos na Lei Orgânica do Município e os limites estabelecidos pela Constituição do Estado do Ceará e Constituição Federal.

§ 1º Caberá à Mesa Diretora propor, privativamente, projeto de lei dispendo sobre a fixação e o reajuste do subsídio dos Vereadores.

§ 2º No recesso, a remuneração dos Vereadores será integral.

§ 3º O subsídio do Presidente da Câmara pode ser fixado em valor diferenciado dos demais vereadores.

Câmara Municipal de Altaneira

Art. 145. Ao Vereador em viagem a serviço da Câmara para fora do Município é assegurado o ressarcimento dos gastos com locomoção, alojamento e alimentação, exigida a respectiva comprovação das despesas.

Art. 146. O Vereador poderá sofrer desconto equivalente a 1/30 (um trigésimo) sobre o valor bruto do seu subsídio por cada falta injustificada às reuniões ordinárias ou extraordinárias da Câmara Municipal.

Parágrafo único. O desconto a que se refere o parágrafo anterior dar-se-á após a instauração do procedimento administrativo necessário e será efetuado no mês seguinte ao da conclusão do procedimento, se for o caso.

Seção III Das Vagas

Art. 147. As vagas na Câmara dar-se-ão por extinção ou perda do mandato do Vereador.

§ 1º A extinção se verifica por morte, renúncia, falta de posse no prazo legal ou regimental perda ou suspensão dos direitos políticos, ou por qualquer outra causa legal hábil.

§ 2º A perda dar-se-á por deliberação do Plenário, na forma e nos casos previstos na legislação vigente.

§ 3º A extinção do mandato se torna efetiva declaração do ato ou fato extintivo pelo Presidente, que a fará contar da ata a perda do mandato se torna efetiva a partir do decreto legislativo, promulgado pelo Presidente e devidamente publicado.

§ 4º A renúncia do Vereador far-se-á por ofício à Câmara, reputando-se aberta a vaga a partir da sua protocolização.

Parágrafo único. Em qualquer caso de vaga, licença ou investidura no cargo de Secretário Municipal ou equivalente, o Presidente da Câmara convocará imediatamente o respectivo suplente.

Câmara Municipal de Altaneira

Seção IV

Da Ética e do Decoro Parlamentar

Subseção I

Das Medidas Disciplinares

Art. 148. O vereador que descumprir os deveres do mandato ou praticar ato que afete a dignidade da investidura, estará sujeito a processo e a penalidades previstas neste regimento.

Parágrafo único. As medidas disciplinares aplicáveis pelo cometimento de infrações previstas neste regimento são as seguintes, em ordem crescente de gravidade:

- I – advertência em Plenário;
- II – censura;
- III – suspensão temporária do exercício do mandato;
- IV – perda do mandato.

Art. 149. A denúncia de falta de decoro parlamentar de qualquer membro da Câmara Municipal poderá ser feita pela Mesa Diretora, de ofício, por vereador ou por qualquer cidadão, em representação fundamentada dirigida ao Presidente da Câmara.

§ 1º Toda e qualquer denúncia será apreciada por uma comissão especial, denominada Comissão de Ética e Decoro Parlamentar.

§ 2º Somente poderão ser recebidas denúncias que contenham a identificação e a qualificação do denunciante.

Art. 150. A advertência é medida disciplinar de competência do Presidente da Câmara e será aplicada ao vereador que praticar qualquer das faltas previstas neste Regimento.

Parágrafo único. A advertência será verbal e deverá ser proferida em reunião ordinária da Câmara, ficando registrada em ata e na ficha individual do vereador.

Câmara Municipal de Altaneira

Art. 151. A censura será escrita e será aplicada pelo Presidente da Câmara e será aplicada ao vereador que reincidir nas práticas a que se refere o artigo anterior.

Parágrafo único. A censura será feita por escrito, lida em reunião ordinária da Câmara, e será encaminhada ao partido político a que pertencer o vereador.

Art. 152. A suspensão do exercício no mandato importa na proibição de participação nas reuniões e demais atividades da Câmara pelo prazo máximo de 60 dias, bem como na suspensão da remuneração pelo mesmo período, e será aplicada ao vereador que praticar qualquer das faltas previstas neste Regimento.

Art. 153. Quando for aplicada penalidade de censura ou suspensão temporária do exercício do mandato, o vereador punido será também destituído dos cargos parlamentares e administrativos que ocupe na Mesa e nas comissões da Câmara.

Subseção II Da Corregedoria Legislativa

Art. 154. A Corregedoria Legislativa será formada por um corregedor legislativo e um corregedor substituto para exercer mandato de dois anos, vedada a recondução.

§ 1º O preenchimento das vagas da corregedoria legislativa dar-se-á por eleição, que será realizada na primeira sessão ordinária após a sessão de eleição ou renovação da Mesa Diretora, cabendo ao Presidente dar posse aos eleitos.

§ 2º A destituição dos membros da Corregedoria do Legislativo ocorrerá conforme os casos e o processo de destituição dos integrantes da Mesa Diretora.

§ 3º A Corregedoria Legislativa contará com apoio técnico-jurídico necessário ao seu pleno funcionamento, podendo solicitar o apoio administrativo necessário, o qual será submetido à discricionariedade da Mesa Diretora.

Câmara Municipal de Altaneira

Art. 155. Compete ao Corregedor Legislativo:

I – exercer o controle posterior interno do decoro, da ordem e da disciplina no âmbito da Câmara Municipal;

II – assessorar a Mesa Diretora nas questões referentes a segurança interna e externa e, quando solicitado, dar cumprimento às determinações da Mesa Diretora;

III – supervisionar, em colaboração com a Presidência, a vedação de se portar armas no recinto da Câmara Municipal, podendo para tanto solicitar ao Presidente da Casa requisição de policiais militares para revistar e desarmar quando necessário;

IV – encaminhar ao Ministério Público ou a autoridade judiciária competente as denúncias sobre a prática de crimes cometidos por Vereadores.

V – auxiliar a Comissão de Investigação e Processante na apuração das faltas ético-parlamentares dos Vereadores, das infrações político-administrativas do Prefeito e dos casos de destituição dos membros da Mesa Diretora.

Art. 156. Compete ao Corregedor Substituto substituir o Corregedor Legislativo em seus eventuais impedimentos e sucedê-lo no caso de vaga.

Parágrafo único. Na hipótese de vacância do cargo, incumbirá ao Presidente da Câmara proceder à indicação do novo corregedor substituto, que completará o mandato em curso.

Seção V

Das Faltas e das Licenças

Art. 157. Será atribuída falta ao Vereador que não comparecer às sessões do Plenário ou às reuniões ordinárias e extraordinárias da Comissão Permanente, salvo motivo justificado.

§ 1º - Para efeito de justificação das faltas, consideram-se motivos justos a doença, licença-gestante ou paternidade, desempenho de missão oficial da Câmara e outros a critério da Mesa.

Câmara Municipal de Altaneira

§ 2º - A justificação das faltas será feita por requerimento fundamentado ao Presidente da Câmara, que o julgará na forma deste Regimento Interno, de cuja decisão caberá recurso para o Plenário.

Parágrafo único. Os vereadores sofrerão as sanções previstas neste Regimento para o caso de faltas injustificadas.

Art. 158. O vereador poderá licenciar-se, mediante requerimento dirigido à Presidência e sujeito à deliberação do plenário, nos seguintes casos:

I - por motivo de doença, devidamente comprovada, mediante apresentação de atestado médico idôneo;

II - para tratar, sem remuneração, de interesse particular, por prazo determinado, nunca inferior a 30 (trinta) dias nem superior a 120 (cento e vinte) dias por sessão legislativa;

III - para desempenhar missões temporárias, de caráter cultural ou de interesse do Município;

IV - por adoção ou ocasião do nascimento do filho, conforme dispuser a lei;

V - para acompanhamento de tratamento de saúde de parentes consanguíneos ou afins até o 3º grau.

§ 1º As licenças de que tratam os incisos I e IV serão concedidas nos termos da legislação regulamentadora do regime de previdência aplicável.

§ 2º Independentemente de requerimento, considerar-se-á como licença o não comparecimento às reuniões, de vereador privado temporariamente de sua liberdade em virtude de processo criminal em curso.

§ 3º Excetuada a hipóteses prevista no inciso II deste artigo, o Vereador licenciado terá direito à percepção de sua remuneração.

§ 4º Os requerimentos de licença deverão ser apresentados e deliberados no expediente da reunião de sua apresentação, tendo preferência regimental sobre qualquer matéria que não possua prioridade legal.

§ 5º Encontrando-se o Vereador impossibilitado, física ou mentalmente, de subscrever requerimento de licença por motivo de saúde, a iniciativa caberá a qualquer membro da Mesa.

Câmara Municipal de Altaneira

Art. 159. O Vereador investido no cargo de Secretário Municipal ou equivalente, será considerado automaticamente licenciado, e receberá a remuneração do cargo que venha ocupar.

Seção VI

Da Suplência

Art. 160. A Mesa convocará o suplente de Vereador no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, nos casos de:

I - ocorrência de vaga;

II - investidura do titular nas funções de Secretário Municipal ou Diretor equivalente;

III - licença do titular por prazo superior a 30 (trinta) dias, vedada a soma de períodos para esse efeito, estendendo-se a convocação por todo o período de licença e de suas prorrogações.

§ 1º O suplente de Vereador convocado não poderá ser eleito para qualquer cargo da Mesa Diretora nem da Comissão Permanente, salvo em caso de substituição definitiva.

§ 2º O suplente de Vereador, quando no exercício do mandato, tem os mesmos direitos, prerrogativas, deveres e obrigações do titular e como tal deve ser considerado.

Art. 161. O suplente convocado deverá tomar posse no prazo de 15 (quinze) dias contados da data de recebimento da convocação, salvo justo motivo aceito pela Câmara, quando se prorrogará o prazo.

§ 1º Enquanto o suplente não tomar posse, calcular-se-á o quórum em função dos vereadores remanescentes.

§ 2º Se ocorrer vaga e não houver suplente, faltando mais de 15 (quinze) meses para o término do mandato, a Câmara Municipal representará à Justiça Eleitoral para a realização das eleições para preenchê-la.

CAPÍTULO VII

DAS LIDERANÇAS

Câmara Municipal de Altaneira

Art. 162. São considerados líderes os Vereadores escolhidos pelas representações partidárias para, em seu nome, expressarem em Plenário pontos de vista sobre assuntos em debate.

Art. 163. No início de cada sessão legislativa ordinária, os partidos comunicarão à Mesa Diretora a escolha de seus líderes e vice-líderes.

Parágrafo único. O líder do governo será indicado através de ofício enviado à Câmara pelo Chefe do Poder Executivo.

Art. 164. São atribuições do Líder:

I – fazer comunicação de caráter inadiável à Câmara Municipal, por 5 (cinco) minutos, vedados os apartes;

II – indicar o orador do partido nas solenidades;

III – fazer o encaminhamento de votação ou indicar Vereador para substituí-lo nesta função;

IV – indicar os membros de seu partido nas Comissões Permanente e Temporárias, dentro do prazo de 48 (quarenta e oito) horas da solicitação do Presidente da Câmara Municipal.

Art. 165. Os líderes podem fazer parte das Comissões Permanente e Temporárias, ocupando nestas qualquer cargo.

TÍTULO II

DA SESSÃO LEGISLATIVA

CAPÍTULO I

DA LEGISLATURA

Art. 166. A legislatura compreenderá quatro sessões legislativas.

Parágrafo único. A Câmara Municipal reunir-se-á anualmente, na sede do Município, de primeiro de fevereiro a trinta de junho e de primeiro de agosto a quinze de dezembro, independentemente de convocação, podendo as referidas datas ser antecipadas, quando recaírem em sábados domingo ou feriados

Câmara Municipal de Altaneira

CAPÍTULO II

DAS SESSÕES LEGISLATIVAS ORDINÁRIAS

Seção I

Das Disposições Preliminares

Art. 167. Sessão legislativa ordinária é a correspondente ao período normal de funcionamento da Câmara durante um ano civil.

Parágrafo único. A sessão legislativa ordinária não será interrompida sem a aprovação dos projetos de lei de diretrizes orçamentárias e do orçamento anual, apresentados antes do início do recesso parlamentar.

Art. 168. As reuniões das sessões legislativas ordinárias da Câmara são:

- I – preparatórias ou de instalação;
- III – ordinárias;
- IV – extraordinárias;
- V – solenes ou comemorativas;
- VI – Itinerantes;
- VII – em forma de audiência pública.

Art. 169. As reuniões, ressalvadas as de instalação da legislatura, as solenes e as comemorativas, somente poderão ser abertas com a presença de, no mínimo, 1/3 (um terço) dos membros da Câmara, constatada através de chamada nominal.

Art. 170. Em reunião cuja abertura e prosseguimento dependa de quórum, este poderá ser constatado através de verificação de presença feita de ofício pelo Presidente ou a pedido de qualquer Vereador.

§ 1º Ressalvada a verificação do *caput*, nova verificação somente será deferida após decorridos 15 (quinze) minutos do término da verificação anterior.

Câmara Municipal de Altaneira

§ 2º Ficará prejudicada a verificação de presença se, ao ser chamado, encontrar-se ausente o Vereador que a solicitou.

Seção II

Das Reuniões

Subseção I

Da Duração e Prorrogação

Art. 171. As reuniões da Câmara terão a duração de 4 (quatro) horas, podendo ser prorrogadas por decisão do Presidente ou a requerimento verbal de qualquer Vereador, aprovado pelo plenário.

Parágrafo Único. O requerimento de prorrogação não poderá ser objeto de discussão.

Art. 172. A prorrogação da reunião será por tempo determinado para que se ultime a discussão e votação das proposições em debate, desde que não superior a 4 (quatro) horas.

§ 1º Se forem apresentados dois ou mais requerimentos de prorrogação da reunião, serão votados na ordem cronológica de apresentação sendo que, aprovado qualquer deles, considerar-se-ão prejudicados os demais.

§ 2º Poderão ser solicitadas outras prorrogações, mas sempre por prazo igual ou inferior ao que já foi concedido.

§ 3º O requerimento de prorrogação restará prejudicado pela ausência de seu autor no momento da votação.

§ 4º Os requerimentos de prorrogação somente poderão ser apresentados à Mesa a partir de 10 (dez) minutos antes do término da ordem do dia, e, nas prorrogações concedidas, a partir de 5 (cinco) minutos antes de se esgotar o prazo prorrogado, alertado o Plenário pelo Presidente.

§ 5º Quando, dentro dos prazos estabelecidos no parágrafo anterior, o autor do requerimento de prorrogação solicitar sua retirada, poderá qualquer outro Vereador, falando pela ordem manter o pedido de prorrogação, assumindo, então, a autoria e dando-lhe plena validade regimental.

Câmara Municipal de Altaneira

§ 6º Nenhuma reunião poderá estender-se além das 24 (vinte e quatro) horas do dia em que foi iniciada, ressalvados os casos previstos neste Regimento.

§ 7º As disposições contidas nesta Subseção não se aplicam às reuniões solenes.

Subseção II

Da Suspensão e Encerramento

Art. 173. A reunião poderá ser suspensa:

I – para a preservação da ordem;

II – para permitir, quando for o caso, que a comissão possa apresentar parecer verbal ou escrito;

III – para recepcionar visitantes ilustres.

§ 1º A suspensão da reunião no caso do inciso II, não poderá exceder a 30 (trinta) minutos.

§ 2º O tempo de suspensão não será computado no tempo de duração da reunião.

Art. 174. A reunião será encerrada antes da hora regimental, de ofício pelo Presidente ou mediante requerimento sobre o qual deliberará o plenário, nos seguintes casos:

I – por falta de quórum regimental para o prosseguimento dos trabalhos;

II – em caráter excepcional, por motivo de luto nacional, pelo falecimento de autoridade ou a alta personalidade ou na ocorrência de calamidade pública, em qualquer fase dos trabalhos;

III – tumulto grave.

Subseção III

Da Publicidade

Câmara Municipal de Altaneira

Art. 175. Será dada ampla publicidade às reuniões da Câmara, facilitando-se o trabalho da imprensa e publicando-se, em qualquer meio, a pauta e o resumo dos trabalhos, inclusive no veículo de imprensa oficial do Município ou da Câmara, se existir.

Art. 176. As reuniões da Câmara, nos termos deste Regimento Interno, poderão ser transmitidas por emissora local de rádio ou televisão ou por qualquer outro meio áudio visual.

Subseção IV

Das Atas

Art. 177. De cada reunião da Câmara lavrar-se-á ata dos trabalhos, contendo resumidamente os assuntos tratados.

§ 1º As proposições e os documentos apresentados em sessão serão indicados na ata somente com a menção do número e do objeto a que se referirem, salvo requerimento de transcrição integral acatado pelo Presidente.

§ 2º A transcrição de declaração de voto, feita resumidamente, deve ser requerida ao Presidente;

§ 3º A transcrição integral de pronunciamento ou de declaração de voto em ata poderá ser requerida pelo Vereador, desde que este forneça a respectiva transcrição, feita preferencialmente pelo assessor parlamentar do requerente. A transcrição deverá ser apresentada de forma impressa ou em mídia digital removível, à Secretaria da Câmara, no prazo de 48 (quarenta e oito horas) antes da sessão subsequente.

§ 4º A ata da reunião anterior será lida e votada, sem discussão, na fase do expediente da reunião ordinária subsequente.

§ 5º Se não houver quórum para deliberação, os trabalhos terão prosseguimento e a votação da ata far-se-á em qualquer fase da reunião, à primeira constatação de existência de número regimental para deliberação.

§ 6º Se, por falta de quórum, o Plenário não deliberar sobre a ata até o encerramento da reunião, a votação será transferida para o expediente da reunião ordinária seguinte.

Câmara Municipal de Altaneira

Art. 178. A ata poderá ser impugnada, mediante requerimento aprovado pela maioria dos membros, quando for totalmente inválida ou por não descrever os fatos e situações realmente ocorridos.

Art. 179. Poderá ser requerida a retificação da ata, quando nela houver omissão ou equívoco parcial.

§ 1º Havendo impugnação para retificação, o Presidente submeterá a Plenário, e se aprovada a modificação, esta será inserida na ata.

§ 2º Cada Vereador poderá falar sobre a ata apenas uma vez por tempo nunca superior a 5 (cinco) minutos, sendo permitido apartes de até 2 (dois) minutos.

§ 3º Feita a impugnação ou solicitação de retificação da ata, o plenário deliberará a respeito.

§ 4º Aceita a impugnação, lavrar-se-á nova ata e, aprovada a retificação, será ela incluída na ata da reunião da sessão legislativa em que a sua votação.

§ 5º Votada e aprovada a ata, será assinada pelo Presidente e Secretário.

Art. 180. A ata da última reunião de cada legislatura será redigida e submetida à aprovação do Plenário, independente de quórum, antes de encerrada a sessão legislativa ordinária.

Art. 181. A Câmara Municipal poderá adotar o instrumento da "ATA ELETRÔNICA" para registrar as suas reuniões, o qual consiste na gravação do som e, se possível, das imagens das sessões e reuniões em meio digital, em arquivos de vídeo no equipamento "servidor", CD, DVD ou outro dispositivo audiovisual idôneo, servindo para comprovar os fatos ocorridos e as palavras proferidas durante as reuniões, para fins históricos e legais, equiparando-se a documento oficial para todos os fins.

Art. 182. A Câmara poderá fornecer cópias das atas escritas e eletrônicas, em conjunto ou separadamente, a qualquer Vereador ou demais interessados que o requeira e demonstre justo interesse, a critério do Presidente ou mediante requisição judicial.

§ 1º O fornecimento de cópias de gravações obedecerá às seguintes normas:

Câmara Municipal de Altaneira

I – Cada cópia será identificada, autenticada e numerada de acordo com a ordem cronológica;

II – Havendo condições técnicas, a Câmara fornecerá cópia apenas do trecho da gravação que contenha o pronunciamento ou fato objeto da justificativa do requerimento;

III – Havendo condições técnicas, as cópias fornecidas serão bloqueadas para edição e para extração de novas cópias;

IV – O requerente deverá sempre fornecer a mídia limpa para gravação, conforme orientações da Secretaria da Câmara.

§ 2º O prazo para fornecimento de cópias de atas e gravações será de 24 (vinte e quatro) horas após o protocolo do pedido.

Art. 183. Compete ao Assessor Administrativo a responsabilidade pela guarda e manutenção de pelo menos um arquivo em DVD, ou outro dispositivo audiovisual, de cada Ata Eletrônica das reuniões da Câmara.

Seção III

Das Reuniões Ordinárias

Subseção I

Das Disposições Preliminares

Art. 184. As reuniões ordinárias serão semanais e realizar-se-ão às sextas-feiras, com início às 9h (nove horas), na sede do Poder Legislativo.

Parágrafo único. A reunião ordinária da sessão legislativa ordinária poderá ter o seu horário transferido, desde que aprovado pela maioria absoluta dos membros da Câmara.

Art. 185. As reuniões ordinárias compõem-se de 03 (três) partes:

I – expediente do dia;

II – tema livre;

III – ordem do dia;

Câmara Municipal de Altaneira

Parágrafo único. Entre o final do expediente do dia e o início do tema livre, e entre o final deste e o início da ordem do dia, poderá haver um intervalo de 10 (dez) minutos, a critério do Presidente.

Subseção II

Do Início e de sua Realização

Art. 186. O Presidente declarará aberta a reunião, à hora prevista para o início dos trabalhos, após verificação do comparecimento de 1/3 (um terço) dos membros da Câmara, feita pelo Secretário através de chamada nominal, e proferindo as seguintes palavras: “SOB A PROTEÇÃO DE DEUS, DECLARO ABERTA A SESSÃO”.

§ 1º Não havendo número para a instalação, o Presidente aguardará 15 (quinze) minutos, após o qual declarará prejudicada a reunião, lavrando-se ata resumida do ocorrido, que independerá de aprovação e será assinada pelos Vereadores presentes.

§ 2º Instalada a reunião, mas não constatada a presença da maioria absoluta dos Vereadores, não poderá haver qualquer deliberação, passando-se imediatamente, após a leitura do expediente do dia, à fase destinada ao tema livre.

§ 3º As matérias constantes da ordem do dia e a ata da reunião anterior que não forem lidas ou votadas em virtude da ausência da maioria absoluta dos Vereadores, passarão para o expediente da reunião ordinária seguinte.

Art. 187. O Secretário por ocasião do expediente do dia, dará conta das proposições, ofícios, representações, memoriais, pareceres e outros documentos dirigidos à Câmara.

Art. 188. Após o término do expediente do dia dar-se-á início ao tema livre, espaço destinado para pronunciamento dos Vereadores e de populares acerca de assunto de caráter público, deste que inscritos previamente pelo Secretário da Mesa ou seu substituto.

Art. 189. Após o término do tema livre, dar-se-á início a discussão e votação de matérias constantes da pauta de deliberação referente à ordem do dia.

Câmara Municipal de Altaneira

Parágrafo único. A ordem do dia será organizada pelo Presidente da Câmara, colocando-se em primeiro lugar os projetos em regime de urgência, vetos ou projetos populares, seguidos dos projetos que se achem em regime de tramitação ordinária.

Art. 190. Nenhum projeto de lei, decreto legislativo ou resolução, irá ao plenário para apreciação sem antes receber parecer da assessoria jurídica e da comissão permanente a que for submetido, bem como não tendo sido lido em sessão anterior e dada ampla divulgação, ressalvadas as exceções expressamente previstas neste Regimento.

Art. 191. Antes da deliberação de matéria constante na ordem do dia, o seu proponente fará uso da palavra, em hábil quando fará a defesa da mesma.

Parágrafo único. Nas proposições de autoria do Poder Executivo, fará uso da palavra o Prefeito Municipal ou representante por ele designado, bem como o seu líder na Câmara.

Art. 192. Após a manifestação prevista no artigo anterior, o Presidente poderá facultar a palavra para que cada Vereador faça seu pronunciamento acerca da matéria, por até 15 (quinze) minutos, ocasião em que manifestará seu voto.

Subseção III

Do Expediente do Dia

Art. 193. Após a aprovação da ata, o Presidente determinará ao Secretário a leitura da matéria do expediente, obedecendo a seguinte ordem:

- I - Expedientes oriundos do Prefeito;
- II - Expedientes oriundos de diversos;
- III - Expedientes apresentados pelos Vereadores.

Art. 194. Na leitura das proposições, obedecer-se-á à seguinte ordem:

- I - Projetos de Lei,
- II - Projetos de Decreto Legislativo;

Câmara Municipal de Altaneira

- III - Projetos de resolução;
- IV - Requerimento;
- V - Indicações;
- VI - Pareceres de comissões;
- VII - Recurso;
- VIII - Outras matérias

§ 1º A Secretaria Administrativa deverá enviar aos Vereadores, no prazo de 5 (cinco) dias, cópias das proposições apresentadas no expediente, salvo pareceres, requerimentos, indicações e moções, cujas cópias deverão ser solicitadas pelo interessado.

§ 2º A ordem estabelecida neste artigo poderá ser alterada mediante requerimento verbal.

Subseção IV Do Tema Livre

Art. 195. Concluído o Expediente do Dia, o Presidente concederá a palavra a todos os Vereadores para pronunciamentos sobre assuntos de interesse público e abrirá espaço para a palavra dos cidadãos, os quais poderão falar sobre qualquer assunto de interesse da comunidade, inclusive fazer reivindicações, reclamações ou denúncias.

§ 1º A fala dos oradores dar-se-á por ordem de inscrição;

§ 2º É de 15 (quinze) minutos, prorrogáveis pelo Presidente por mais 5 (cinco) minutos, o tempo de que dispõe cada Vereador para pronunciar seu discurso.

§ 3º O Vereador que, inscrito para falar no expediente, não estiver presente na hora que lhe for dada a palavra perderá a vez e só poderá ser de novo inscrito em último lugar, na lista organizada.

§ 4º É vedada a cessão ou a reserva de tempo para orador nesta fase da reunião.

Subseção V

Câmara Municipal de Altaneira Da Ordem do Dia

Art. 196. Concluído o Tema Livre, a Ordem do dia é a fase da reunião onde serão discutidas e deliberadas as matérias previamente organizadas em pauta, somente podendo ser iniciada com a presença da maioria absoluta dos Vereadores.

Art. 197. A pauta da ordem do dia será organizada até 24 (vinte e quatro) horas antes da reunião, salvo motivo justo que impossibilite o ato, devendo a Secretaria, em igual prazo, dar ciência aos vereadores da pauta e de sua ordem.

Art. 198. Não será admitida a discussão e votação de projetos sem prévia manifestação da comissão, exceto nos caso expressamente previstos no Regimento Interno.

Art. 199. O Presidente anunciará o item da pauta que será discutido e votado pelo plenário, determinando ao Secretário que proceda à sua leitura.

Art. 200. As proposições constantes da ordem do dia poderão ser objeto de:

I – preferência para votação;

II – adiantamento;

III – retirada da pauta.

§1º Se houver uma ou mais proposições constituindo processos distintos, anexados à proposição que se encontra em pauta, a preferência para a votação de uma delas dar-se-á mediante requerimento verbal ou escrito de qualquer Vereador, com assentimento do plenário.

§ 2º O requerimento de preferência será votado sem discussão, não se admitindo encaminhamento de votação nem declaração de voto.

§ 3º Votada uma proposição, todas as demais que tratem do mesmo assunto, ainda que a ela não anexadas, serão consideradas prejudicadas e remetidas ao arquivo.

Câmara Municipal de Altaneira

Art. 201. A retirada de proposição constante da ordem do dia dar-se-á:

I – por solicitação de seu autor, quando o parecer da Comissão Permanente for concluído pela inconstitucionalidade ou ilegalidade;

Parágrafo único. Obedecido o disposto no presente artigo, as proposições de autoria da Mesa Diretora ou de Comissão permanente só poderão ser retiradas mediante requerimento subscrito pela maioria de seus membros.

Art. 202. Mediante requerimento subscrito por, no mínimo, 1/3 (um terço) dos Vereadores ou de ofício pela Mesa, poderá ser convocada reunião extraordinária para apreciação de remanescente de pauta.

Seção IV

Das Reuniões Extraordinárias

Art. 203. A Câmara poderá ser convocada extraordinariamente a qualquer tempo, para tratar de matéria urgente ou de interesse público relevante:

I – pelo Prefeito, quando este a entender necessária;

II – pelo Presidente da Câmara Municipal, para compromisso e posse do Prefeito, Vice-prefeito e Vereadores, inclusive os suplentes.

III – pelo Presidente da Câmara ou a requerimento da maioria absoluta dos membros da Casa, em caso de urgência ou interesse público relevante.

§ 1º Sempre que possível, a convocação far-se-á em reunião ordinária.

§ 2º Quando feita fora de reunião ordinária, a convocação será levada ao conhecimento dos Vereadores pelo Presidente, através de comunicação pessoal e escrita, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas.

§ 3º As reuniões extraordinárias poderão ser realizadas em qualquer dia e hora, inclusive aos sábados, domingos e feriados.

Art. 204. Na reunião extraordinária haverá expediente do dia e ordem do dia, ambos reservados à leitura e deliberação das matérias que tenham sido objeto de convocação, sendo facultativo ao Presidente a abertura do tema livre.

§ 1º A ordem do dia será obrigatoriamente destinada a matéria objeto da convocação.

Câmara Municipal de Altaneira

§ 2º Aberta a reunião extraordinária com a presença de 1/3 (um terço) dos membros da Câmara e não contando, após a tolerância de quinze minutos, com a maioria absoluta para discussão e votação das proposições, o Presidente encerrará os trabalhos, determinado a lavratura da respectiva ata, que será assinada por este e pelo Secretário e independerá de aprovação.

Seção V

Das Reuniões Solenes

Art. 205. As reuniões solenes, destinadas às solenidades cívicas e oficiais, serão convocadas pelo Presidente ou por deliberação da Câmara Municipal mediante requerimento aprovado por maioria simples.

§ 1º As reuniões solenes poderão ser realizadas fora do recinto da Câmara Municipal, independentemente de quórum para sua instalação e desenvolvimento.

§ 2º Não haverá expediente do dia, tema livre e ordem do dia nas reuniões solenes, sendo dispensadas a verificação de presença e a leitura da ata da reunião anterior.

§ 3º Nas reuniões solenes não haverá tempo determinado para seu encerramento.

§ 4º Será elaborado, previamente e com ampla divulgação, o programa da reunião solene, podendo inclusive, usar da palavra autoridades, homenageados e representantes de classes e de associações, sempre a critério da Presidência.

§ 5º Os fatos ocorridos na reunião solene serão registrados em ata, que independerá de deliberação e será assinada pelos presentes.

§ 6º Independe de convocação a sessão solene de instalação da legislatura e posse dos Vereadores, Prefeito e Vice-Prefeito.

CAPÍTULO III

DO RECESSO LEGISLATIVO

Câmara Municipal de Altaneira

Art. 206. Serão considerados como recesso Legislativo os períodos compreendidos entre 16 de dezembro a 31 de janeiro e de 1º (primeiro) a 31 de julho de cada ano.

Art. 207. O recesso da Câmara suspende todos os prazos previstos neste Regimento.

Parágrafo único. A suspensão disposta no *caput* deste artigo se aplica às proposições com prazos para apreciação previstos neste Regimento Interno e na Lei Orgânica.



TÍTULO III
DO PROCESSO LEGISLATIVO

CAPÍTULO I
DAS MODALIDADES DE PROPOSIÇÕES

Art. 208. Proposição é toda matéria sujeita à deliberação do Plenário, qualquer que seja o seu objeto.

Art. 209. São modalidades de proposição:

- I - Os projetos de lei;
- II - Os projetos de decreto legislativo;
- III - Os projetos de resolução;
- IV - Os projetos substitutivos;
- V - As emendas e subemendas;
- VI - Os pareceres da Comissão Permanente;
- VII - Os relatórios das Comissões especiais de qualquer natureza;
- VIII - As indicações;
- IX - Os requerimentos;
- X - Os recursos;

Câmara Municipal de Altaneira

- XI - As representações;
- XII – moção;
- XIII – veto à proposição de lei;
- XIV – proposta de emenda à Lei Orgânica.

Art. 210. São requisitos para elaboração das proposições aqueles definidos na Lei Complementar Federal a que se refere o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal.

CAPÍTULO II DA INICIATIVA

Art. 211. A iniciativa para apresentar proposições, inclusive os projetos de leis complementares, cabe:

- I – aos Vereadores;
- II – a Mesa Diretora;
- III – a Comissão Permanente;
- IV – ao Prefeito;
- V – aos cidadãos, na forma e nos casos previstos neste regimento interno e na Lei Orgânica Municipal.

Art. 212. São de iniciativa privativa do Prefeito Municipal os projetos de leis que disponham sobre:

- I – criação, alteração, extinção e definição das atribuições de cargos, funções ou empregos públicos do poder executivo e das autarquias e fundações públicas municipais;
- II – fixação do vencimento, salário ou gratificação, e seus aumentos, quanto aos cargos, empregos e funções previstos no inciso I deste parágrafo;
- III – revisão geral e anual dos vencimentos dos servidores públicos;
- IV – servidores públicos, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria;

Câmara Municipal de Altaneira

V – criação, extinção e atribuição dos órgãos do Poder Executivo, das autarquias e das fundações públicas municipais, ressalvada a edição de decreto para dispor sobre:

- a) organização e funcionamento da Administração direta municipal, quando não implicar aumento de despesa nem criação ou extinção de órgãos públicos;
- b) extinção de funções ou cargos públicos, quando vagos.

VI – Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual;

VII – autorização para a abertura de créditos especiais, suplementares e extraordinários.

Art. 213. Compete a Câmara Municipal a iniciativa exclusiva das leis que disponham sobre:

- I – fixação dos subsídios do Prefeito, Vice-Prefeito, Secretários Municipais, Procurador Geral do Município e Vereadores;
- II – fixação de remuneração dos cargos, empregos e funções de seus serviços;
- III – revisão dos subsídios do Prefeito, Vice-Prefeito, Secretários Municipais, Procurador Geral do Município e Vereadores.

Art. 214. O Prefeito poderá solicitar urgência nas matérias de sua iniciativa, na forma deste Regimento Interno e da Lei Orgânica Municipal.

Art. 215. A matéria constante de projeto de lei rejeitado somente poderá constituir objeto de novo projeto, na mesma sessão legislativa, mediante proposta de maioria absoluta dos membros da Câmara Municipal, nos termos do art. 57 da Lei Orgânica Municipal.

§ 1º A reapresentação de projeto de lei de iniciativa privativa do Prefeito Municipal, na mesma sessão legislativa, condicionar-se-á à aceitação prévia pela maioria absoluta da Câmara Municipal.

§ 2º A aceitação prévia para nova apreciação não vinculará, de modo algum, a votação para aprovação de projeto de lei.

CAPITULO III

Câmara Municipal de Altaneira DO RECEBIMENTO

Art. 216. As proposições serão dirigidas ao Presidente da Câmara Municipal.

Parágrafo único. A Mesa Diretora da Câmara Municipal, através da Presidência, encaminhará no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, todos os Requerimentos, Indicações e Moções aprovados pelo Plenário da Câmara Municipal, aos seus agentes, homenageados, Organizações e Instituições, dispondo de igual período para encaminhar cópia do expediente ao autor da matéria, com obrigatória leitura do encaminhamento na sessão ordinária subsequente.

Art. 217. Toda proposição protocolizada na Secretaria Administrativa será numerada em série específica e contínua que não sofrerá alteração nas legislaturas seguintes, devendo ainda ser datada e encaminhada à Presidência, no prazo máximo de 24 horas.

§ 1º Todas as proposições encaminhadas para deliberação do Poder Legislativo deverão ser protocolizadas com a comprovação de entrega do texto em mídia física ou digital.

§ 2º O horário de protocolização das proposições para serem lidas no expediente encerrar-se-á no momento em que o Presidente declarar o seu início.

Art. 218. O Presidente determinará o início da tramitação das proposições dentro de, no máximo, 02 (dois) dias após o recebimento.

Art. 219. As proposições deverão ser redigidas em termos concisos e claros, não podendo ser admitidas proposições:

- I – sobre assunto alheio à competência da Câmara;
- II – manifestamente inconstitucionais;
- III – antirregimentais;
- IV – que contenha expressões ofensivas a quem quer que seja.

Câmara Municipal de Altaneira

Art. 219. O Presidente ou a Mesa, conforme o caso, não aceitará proposição:

- I – que visa delegar a outro Poder atribuições exclusivas do Legislativo;
- II – que seja apresentado por Vereador licenciado ou afastado;
- III – que tenha sido rejeitada na mesma sessão legislativa, salvo se tiver sido subscrita pela maioria absoluta do legislativo;
- IV – que seja formalmente inadequada, por não observar os requisitos legais ou regimentais;
- V – quando a emenda ou subemenda for apresentada fora do prazo, não observar restrição constitucional ao poder de emendar, ou não tiver relação com a matéria da proposição principal;
- VI – quando a indicação versar sobre matéria que, em conformidade com este Regimento, deva ser objeto de requerimento;
- VII – quando a representação não se encontrar devidamente documentada ou arguir fatos irrelevantes ou impertinentes.

Art. 220. Exceção feita às emendas e às subemendas, as proposições deverão conter ementas indicativa do assunto a que se referem.

Art. 221. As proposições consistentes em Projeto de Lei, Decreto Legislativo, Resolução ou Projeto substitutivo deverão ser oferecidas articuladamente, acompanhadas da justificação por escrito.

Art. 222. Nenhuma proposição deverá incluir matéria estranha ao seu objeto.

Art. 223. Os projetos substitutivos da Comissão, os vetos, os pareceres, bem como os relatórios da Comissões Parlamentares de Inquérito, serão apresentados nos próprios processos com encaminhamento ao Presidente da Câmara.

Art. 224. As proposições poderão ser retiradas mediante requerimento de seus autores ao Presidente da Câmara, se ainda não encontrarem sob deliberação do Plenário ou ausência deste, em caso contrário.

Câmara Municipal de Altaneira

§ 1º Quando a proposição haja sido subscrita por mais de um autor, é condição de sua retirada que todos requeiram.

§ 2º Quando o autor for o Executivo, a retirada deverá ser comunicada através de ofício, não podendo ser recusada.

Art. 225. No início de cada legislatura, a Mesa ordenará o arquivamento de todas as proposições apresentadas na legislatura anterior que se achem sem parecer, exceto as proposições sujeitas a deliberação em prazo certo.

Parágrafo único. O autor de proposição arquivada na forma deste artigo poderá requerer o seu desarquivamento e tramitação.

CAPÍTULO IV DA TRAMITAÇÃO

Art. 226. Após o recebimento, o Presidente encaminhará as proposições à assessoria jurídica da Câmara Municipal para que, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, emita parecer sobre as condições técnicas das mesmas, sem, contudo, analisar o mérito da matéria.

§ 1º Nenhum projeto de lei, de decreto legislativo ou de resolução irá a Plenário para apreciação sem antes receber parecer da assessoria jurídica e da Comissão Permanente, e ainda, sem que tenha sido lido em sessão anterior e dada ampla divulgação, ressalvadas as hipóteses expressamente previstas neste Regimento.

§ 2º O disposto neste artigo não se aplica as proposições em forma de Requerimentos, Indicações e Moções.

Art. 227. Após o parecer da assessoria jurídica, na forma do artigo anterior, serão as proposições lidas em Plenário na primeira sessão subsequente, com a distribuição das respectivas cópias aos Vereadores, ocasião em que o Presidente determinará a abertura de vistas à Comissão Permanente para o devido parecer.

Art. 228. Seguir-se-ão ao disposto no artigo anterior os seguintes atos e prazos, que correrão concomitantemente:

Câmara Municipal de Altaneira

I – apresentação do parecer da Comissão Permanente, no prazo de 10 (dez) dias úteis acerca das proposições a elas distribuídas;

II – apresentação de emendas pelos Vereadores, na Secretaria da Câmara, no prazo de 06 (seis) dias úteis.

§ 1º Para as emendas apresentadas pelos Vereadores, a Comissão Permanente terá como prazo para apresentação do parecer o remanescente do estabelecimento no inciso I deste artigo.

§ 2º É vedada a apresentação de emendas após o prazo a que se refere o inciso II deste artigo.

Art. 229. Os atos e prazos previstos neste capítulo somente poderão ser aplicados para as proposições nas formas de projetos de leis, resoluções e decretos legislativos.

Art. 230. Havendo pedido de urgência para deliberação de determinada proposição deverá esta ser aprovada pelo voto da maioria absoluta da Câmara Municipal.

§1º Aprovada a urgência, a Câmara deverá manifestar-se em até quinze dias sobre a proposição, contados da data em que for feita a solicitação.

§2º Esgotado o prazo previsto no parágrafo anterior, sem deliberação pela Câmara, será a proposição incluída na Ordem do Dia, sobrestando-se as demais proposições para que se ultime a votação.

§3º O prazo do §1º não corre no período de recesso da Câmara, nem se aplica aos projetos de lei complementar.

Art. 231. As proposições nas formas de requerimento, indicação, recurso e representação deverão obrigatoriamente ser inseridas na ordem do dia das deliberações da Câmara, não podendo ultrapassar a terceira sessão a que se seguir o respectivo protocolo, ainda que ausente o autor da matéria.

Art. 232. Sempre que a pauta dos trabalhos incluir mais de uma proposição sobre o mesmo assunto, a discussão obedecerá à ordem cronológica de apresentação.

Câmara Municipal de Altaneira

Parágrafo único. O disposto neste artigo não se aplica a projeto substitutivo do mesmo autor da proposição ordinária, o qual preferirá esta.

Art. 233. As deliberações do Plenário serão tomadas por maioria simples, sempre que não exija a maioria absoluta ou a maioria de 2/3 (dois terços), conforme as determinações constitucionais legais ou regimentais aplicáveis, em cada caso.

Art. 234. Nas votações de proposição terão preferência as emendas e substitutivos oriundos da Comissão Permanente.

Art. 235. Antes de iniciar-se a votação, será assegurado a cada uma das bancadas partidárias, através de sua liderança, falar apenas uma vez, se requerido for, para fazer o encaminhamento de votação.

Art. 236. Uma vez iniciada a votação, somente se interromperá se for verificada a falta de número legal, caso em que os votos já colhidos serão considerados prejudicados.

Parágrafo único. Não será permitido ao Vereador abandonar o plenário no curso da votação, salvo se acometido de mal súbito, sendo considerado o voto que tenha proferido.

Art. 237. Enquanto o Presidente não haja proclamado o resultado da votação, o Vereador que já tenha votado poderá retificar o seu voto.

Art. 238. Proclamado o resultado da votação, poderá o Vereador impugná-lo perante o Plenário, quando daquela tenha participado Vereador impedido.

Parágrafo único. Na hipótese deste artigo, acolhida a impugnação, repetir-se-á a votação sem considerar-se o voto que motivou o incidente.

Art. 239. Concluída a votação do Projeto de Lei, com ou sem emendas aprovadas, ou de projeto de lei substitutivo, será a matéria encaminhada à Comissão Permanente para adequar o texto à correção vernacular.

Câmara Municipal de Altaneira

Parágrafo único. Cumprido o disposto no *caput* deste artigo a proposição será encaminhada ao Secretário para elaboração de respectivo autógrafo de lei.

Art. 240. O Presidente restituirá ao autor as proposições:

- I – manifestamente ilegais, inconstitucionais ou que contrariem este Regimento;
- II – que não atenderem aos requisitos exigidos das proposições constantes de lei complementar federal;
- III – que contenha expressões ofensivas a quem quer que seja.

§ 1º As razões da devolução ao autor de qualquer proposição nos termos deste artigo deverão ser devidamente fundamentadas pelo Presidente, por escrito.

§ 2º O autor da proposição, devolvida pelo Presidente, poderá recorrer desse ato ao Plenário, no prazo de 3 (três) dias úteis após a publicação, ouvida a Comissão Permanente.

§ 3º Provido o recurso previsto no parágrafo anterior a proposição voltará à Mesa para seguir o trâmite normal.

Art. 241. Consideram-se autores da proposição, para efeitos regimentais, todos os seus signatários.

Parágrafo único. As atribuições e prerrogativas regimentais do autor serão exercidas em Plenário por um só dos signatários da proposição, e a precedência será regulada segundo a ordem das assinaturas.

Art. 242. A proposição de autoria de Vereador licenciado, renunciante ou com mandato cassado, entregue à Mesa antes de efetividade a licença, a renúncia ou perda do mandato, mesmo que ainda não lida ou apreciada, terá tramitação regimental.

Parágrafo único. O suplente não poderá subscrever a proposição que se encontre nas condições previstas neste artigo, quando de autoria de Vereador que esteja substituindo.

Art. 243. As emendas serão numeradas devendo indicar o número de projeto a que estão vinculadas.

§ 1º Cada espécie de emenda receberá numeração própria e sequencial.

Câmara Municipal de Altaneira

§ 2º As emendas propostas pelas comissões seguiram com as siglas das comissões.

Art. 244. Antes da distribuição, o Presidente mandará a Secretaria Administrativa verificar se existe proposição em trâmite que trate de matéria análoga ou conexa.

Parágrafo único. Caso haja proposições análogas ou conexas, o Presidente ordenará a distribuição por dependência, determinando que sejam apensadas e remuneradas.

Seção I Da Apresentação

Art. 245. A apresentação da proposição será feita:

- I – em Plenário, na reunião prevista por este Regimento Interno;
- III – no momento em que for anunciada, para os requerimentos que digam respeito a:
 - a) retirada de proposição constante de ordem do dia com pareceres favoráveis, ainda que pendente de pronunciamento de outra comissão permanente;
 - b) discussão de uma proposição por partes;
 - c) dispensa, adiantamento ou encerramento de discussão;
 - d) adiamento de votação;
 - e) votação por determinado processo;
 - f) votação em bloco ou partes;
 - g) destaque de dispositivo ou emenda para aprovação, rejeição, votação em separado, constituição de proposição autônoma;
 - h) dispensa de publicação da redação final do projeto do Poder Executivo ou de cidadãos.

Art. 246. O Vereador poderá apresentar proposição individual ou conjuntamente.

Câmara Municipal de Altaneira

Art. 247. As proposições assinadas pela maioria absoluta dos membros da Câmara estarão automaticamente aprovadas, salvo as que dependerem de quórum de 2/3 para sua aprovação.

Seção II

Da Apreciação

Art. 248. Cada proposição terá curso próprio, salvo emenda.

Art. 249. O parecer contrário à emenda não obsta que a proposição principal siga sua tramitação regimental.

Art. 250. Findos os trabalhos da Comissão e entregue a proposição, deverá ser remetida ao Presidente para ser incluída na ordem do dia.

Seção III

Do Regime de Urgência

Subseção I

Das Disposições Gerais

Art. 251. A tramitação das proposições pode ocorrer em regime de urgência, quando se tratar de:

- I – projeto de iniciativa do Prefeito, com solicitação de urgência;
- II – matéria que envolva solução para atender calamidade pública;
- III – regulamentação de dispositivo da Lei Orgânica Municipal;
- IV – proposição que seja reconhecida, pelo Plenário, como urgente;
- V – autorização para o Prefeito e o Vice-Prefeito se ausentarem do município.

Câmara Municipal de Altaneira

Parágrafo único. Se a Câmara não deliberar a proposição que tramita em urgência no prazo máximo de 15 (quinze) dias, será incluída na ordem do dia, sobrestando-se a deliberação quanto aos demais assuntos, até que se ultime sua votação.

Subseção II

Da Tramitação Em Regime De Urgência

Art. 252. Tramitação em regime de urgência é a que dispensa as exigências regimentais, interstício ou formalidades para aprovação de proposição.

Parágrafo único. Não se dispensará:

- I – leitura no expediente;
- III – quórum para deliberação.

Art. 253. A apreciação da proposição pela Comissão Permanente e seu respectivo parecer, poderão ser dispensados, de ofício, pelo Presidente da Câmara mediante despacho nos autos, quando se tratar de proposição colocada em regime de urgência não apreciada no prazo determinado por este Regimento.

§ 1º Os membros da comissão poderão sofrer desconto equivalente a 1/30 (um trigésimo) sobre o valor bruto dos seus subsídios quando descumprirem, injustificadamente, seus deveres, sem prejuízo das demais penalidades previstas neste Regimento.

§ 2º O desconto a que se refere o parágrafo anterior dar-se-á após a instauração do procedimento administrativo necessário e será feito no mês seguinte ao da conclusão do procedimento, se for o caso.

Art. 254. O requerimento que solicitar a tramitação da proposição em regime de urgência será ser submetido à deliberação do Plenário, e poderá ser apresentado:

- I – pelo Presidente da Câmara, individual ou conjuntamente;
- II – pela Mesa Diretora, nas matérias que lhe são reservadas;
- III – por 1/3 dos Vereadores;

Câmara Municipal de Altaneira

IV – pela Comissão Permanente;

V – pelo Prefeito.

Seção VI

Dos Turnos

Art. 255. As proposições em tramitação são subordinadas, na sua apreciação, a turno único, excetuadas as propostas de emenda à Lei Orgânica Municipal e demais casos previstos neste Regimento Interno.

Art. 256. Excetuados os casos expressamente previstos neste Regimento e na Lei Orgânica, é de 1 (uma) reunião o interstício entre o primeiro e o segundo turno.

Parágrafo único O interstício para a proposta de emenda à Lei Orgânica Municipal será de 10 (dez) dias, sem admissão de pedido de dispensa.

Art. 257. A dispensa de interstício, para inclusão na ordem do dia, de proposição em tramitação sob regime de urgência, poderá ser concedida pelo Plenário a requerimento de um terço dos Vereadores, aprovado por maioria simples.

CAPITULO V

Da Redação Final

Art. 258. A Redação Final, observadas as exceções regimentais, será feita pela Comissão Permanente que apresentará o texto definitivo da proposição, com as alterações decorrentes das emendas aprovadas.

§ 1º Quando, na elaboração da Redação Final, for constatada incorreção ou impropriedade de linguagem ou outro erro acaso existente na matéria aprovada, poderá a Comissão corrigi-lo, desde que a correção não implique deturpação da vontade legislativa, devendo, nesta hipótese, mencionar expressamente em seu parecer a alteração feita, com justificativa.

Câmara Municipal de Altaneira

§ 2º Se, todavia, existir qualquer dúvida quanto à vontade legislativa, em decorrência de incoerência notória, contradição evidente ou manifesto absurdo existente na matéria aprovada, deverá a Comissão Permanente eximir-se de oferecer Redação Final, propondo em seu parecer a reabertura da discussão, quanto ao aspecto da incoerência, da contradição ou do absurdo, e concluindo pela apresentação das necessárias emendas corretivas, se for o caso e ouvindo, sempre que necessário for, o autor da proposição.

Art. 259. A Redação Final será anunciada pelo Presidente da Câmara e, não havendo impugnação ou emendas até o final da reunião ordinária em que for apresentada, considerar-se-á aprovada, sendo a matéria remetida à promulgação e sanção ou veto.

Art. 260. Aprovada a Redação Final da proposição, será esta enviada, por autógrafos, no prazo máximo de 02 (dois) dias, à promulgação ou veto pelo Prefeito.

Parágrafo único. Os autógrafos reproduzirão a Redação Final aprovada pelo Plenário.

CAPÍTULO VI DAS INDICAÇÕES

Art. 261. Indicação é a proposição escrita pela qual o Vereador sugere medidas de interesse público aos Poderes, órgãos ou autoridades competentes.

Parágrafo único. As Indicações independem de parecer e não admitem emendas.

Art. 262. Apresentada a Indicação, até a hora do término do Expediente do Dia, e após sua leitura, o Presidente a despachará, após a deliberação do Plenário.

Parágrafo único. Não haverá limite para a apresentação de Indicações pelos Vereadores.

Câmara Municipal de Altaneira

Art. 263. Uma vez recebida a Indicação aprovada em Plenário, o Prefeito Municipal dará ciência à Câmara Municipal, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, de sua conveniência ou não.

Parágrafo único. A reiterada e injustificada omissão do Prefeito Municipal em responder às Indicações à ele encaminhadas, caracteriza ato de improbidade administrativa, configurando conduta contrária ao princípio constitucional da publicidade e atentatória aos princípios da administração pública, à legalidade e à lealdade às instituições, nos termos do *caput* art. 11 da Lei Federal nº 8.429, de 02 de junho de 1992.

CAPÍTULO VII DOS REQUERIMENTOS

Seção I Das Disposições Gerais

Art. 264. Requerimento é a proposição dirigida por qualquer Vereador ou Comissão ao Presidente ou à Mesa Diretora, sobre matéria da competência da Câmara Municipal.

Art. 265. Os Requerimentos assim se classificam:

I – quanto à forma:

- a) verbais;
- b) escritos.

II – quanto à competência para decidi-los:

- a) sujeitos a despacho de plano do Presidente;
- b) sujeitos a deliberação do Plenário.

III – quanto à fase de formulação:

- a) específicos das fases de expediente;
- b) específicos da ordem do dia;
- c) comuns a qualquer fase da reunião.

Câmara Municipal de Altaneira

Parágrafo único. Os Requerimentos independem de parecer, exceto os que solicitem transcrição de documentos nos Anais da Câmara Municipal.

Art. 266. Não se admitirão emendas a requerimentos.

Seção II

Dos Requerimentos Sujeitos a Despacho de Plano pelo Presidente

Art. 267. Será despachado de plano pelo Presidente da Câmara Municipal o Requerimento que solicitar:

- I – retirada, pelo autor, de Requerimento verbal ou escrito;
- II – uso ou desistência da palavra;
- III – permissão para se ausentar da reunião;
- IV – leitura de qualquer matéria sujeita ao conhecimento do Plenário;
- V – reclamação por inobservância das normas deste Regimento Interno;
- VI – discussão de proposição por partes;
- VII – informações sobre ordem dos trabalhos, agenda e ordem do dia;
- VIII – prorrogação de prazo para o orador da tribuna;
- IX – preenchimento de vaga em Comissão;
- X – votação de emendas em bloco ou em grupos definidos;
- XI – destaque para votação em separado de emendas ou partes de emendas e de partes de vetos;
- XII – reabertura de discussão de proposição, encerrada em período legislativo anterior;
- XIII – esclarecimento sobre o ato da administração interna da Câmara Municipal;
- XIV – retificação de ata;
- XV – verificação de presença;
- XVI – verificação nominal de votação;

Câmara Municipal de Altaneira

XVII – requisição de documento ou publicação existente na Câmara Municipal, para subsídio de proposição em discussão;

XVIII – retirada, pelo autor, de proposição:

a) com parecer de admissibilidade;

b) sem parecer ou com parecer pela inconstitucionalidade, antirregimentalidade ou ilegalidade;

XIX – juntada ou desentranhamento de documentos;

XX – inclusão, na ordem do dia, de proposição com parecer em condições de nela figurar;

XXI – inscrição em ata de voto de pesar;

XXII – justificação de falta do Vereador às reuniões, inclusive de Comissões.

XXIII – encerramento de discussão de proposição;

XIV - Votação nominal de proposição

XXV– prorrogação da reunião;

XXVI – inversão da pauta;

XXVII – adiamento de discussão ou votação de proposições;

Parágrafo único. Os Requerimentos a que aludem este artigo poderão ser escritos ou verbais.

Art. 268. Indeferido o Requerimento e a pedido do Vereador, caberá recurso ao Plenário, sem discussão nem encaminhamento de votação, que deliberará pelo processo simbólico.

Seção III

Dos Requerimentos Sujeitos à Deliberação do Plenário

Art. 269. São escritos e dependerão de deliberação do Plenário os Requerimentos não especificados neste Regimento Interno e os que solicitem:

I – inclusão de projeto na pauta, em regime de urgência;

II – convocação de reunião extraordinária de sessão legislativa ordinária;

Câmara Municipal de Altaneira

III – informações oficiais;

V – inserção, nos Anais da Câmara, de informações e documentos;

VII – representação da Câmara Municipal por Comissão de Representação;

XII – suspensão de sessão para reunião de Comissão Permanente;

§ 1º Os Requerimentos mencionados neste artigo não admitem discussão e serão deliberados por processo simbólico.

§ 2º O encaminhamento de votação do Requerimento será realizado pelo seu autor ou Líderes na Câmara, assegurado 5 (cinco) minutos a cada um para pronunciamento.

§ 3º Os Requerimentos rejeitados pelo Plenário não poderão ser reapresentados na mesma sessão legislativa.

Art. 270. Os Requerimentos de informações somente versarão sobre atos da Mesa Diretora ou da Câmara Municipal, do Poder Executivo do Município e dos órgãos a ele subordinados, das autarquias, empresas e fundações municipais, das concessionárias, permissionárias ou pessoas jurídicas detentoras de autorização para prestarem serviço público municipal.

Parágrafo único. Os requerimentos de informações devem ser fundamentados e indicar o fim a que se destinam.

Art. 271. A Mesa Diretora recusará Requerimentos de informações formulados de modo inconveniente ou que contrariem este Regimento e à Lei Orgânica do Município.

Parágrafo único. Recusado o Requerimento, caberá recurso ao Plenário.

Art. 272. Os Requerimentos de informações serão aprovados, por processo simbólico, pelo Plenário.

CAPÍTULO VIII DAS MOÇÕES

Câmara Municipal de Altaneira

Art. 273. Moção é a proposição pela qual o Vereador expressa seu regozijo, congratulação, agradecimento, louvor, repúdio ou pesar.

Parágrafo único. Após aprovação pelo Plenário, a Moção será publicada em órgão oficial e registrada em livro próprio.

Art. 278. As Moções de regozijo, congratulação, agradecimento ou louvor deverão limitar-se aos acontecimentos de alto significado nacional, estadual ou municipal.

Art. 279. Só se admitirão Moções de Pesar, nos seguintes casos:

I – falecimento de quem tenha exercido cargo relevante na Administração e pessoas de relevância do Município;

II – manifestação em prol de luto estadual ou nacional, oficialmente declarado.

Parágrafo único. As Moções de Pesar deverão ser apresentadas na ordem do dia, sem encaminhamento de votação.

Art. 280. Quando seus autores pretenderem traduzir manifestações coletivas da Câmara Municipal, a Moção deverá ser assinada, no mínimo, pela maioria absoluta dos Vereadores.

Parágrafo único. A Moção assinada na forma do *caput* estará automaticamente aprovada.

CAPÍTULO IX DOS PROJETOS

Seção I

Das Espécies de Projetos e suas Formas

Art. 281. A Câmara Municipal exerce sua função legislativa por meio de:

I – projeto de resolução;

II – projeto de decreto legislativo;

Câmara Municipal de Altaneira

III – projeto de lei ordinária;

IV – projeto de lei complementar;

V – proposta de emenda à Lei Orgânica Municipal.

Art. 282. O projeto deverá ser apresentado em três vias, observadas as seguintes destinações:

I – uma via, subscrita pelo autor e demais signatários, se houver, destinada ao arquivo da Câmara;

II – uma via, subscrita pelo autor e demais signatários, se houver, que será remetida à Comissão Permanente para apreciá-lo;

III – uma via como contrafé.

Seção II

Da Destinação

Subseção I

Dos Projetos de Resolução e de Decreto Legislativo

Art. 283. Os projetos de Resolução destinam-se a regular matérias da administração interna da Câmara Municipal e de seu processo legislativo, nos termos deste Regimento Interno, tais como:

I – perda e cassação de mandato de Vereador;

II – qualquer matéria de natureza regimental;

III – todo e qualquer assunto de economia interna;

IV – concessão de licença a Vereador.

Subseção II

Dos Projetos de Decreto Legislativo

Câmara Municipal de Altaneira

Art. 284. Os Projetos de Decretos Legislativos destinam-se a regular as matérias de exclusiva competência da Câmara, sem a sanção do Prefeito e que tenha efeito externo, dentre elas:

- I – autorizar o Prefeito a ausentar-se do Município por mais de 10 (dez) dias;
- II – autorizar referendun e plebiscito;
- III – sustar atos normativos emanados do Poder Executivo, manifestamente inconstitucional;
- IV – aprovar as contas e pareceres emanados do Tribunal de Contas, bem como reprová-los;
- V – declarar a perda de mandato do Prefeito e Vice-Prefeito;
- VI – concessão de título de cidadão honorário.

Subseção III Dos Projetos de Lei Ordinária

Art. 285. Os Projetos de Lei destinam-se a regular toda matéria legislativa de competência da Câmara Municipal, sujeita à sanção do prefeito.

Art. 286. A iniciativa de Projetos de Lei Ordinária dar-se-á nos termos deste Regimento Interno e da Lei Orgânica Municipal.

Subseção IV Dos Projetos de Lei Complementar

Art. 287. Será objeto de Lei Complementar, dentre outras previstas em Lei:

- I – definição das atribuições do Vice-Prefeito;
- II – normas gerais em matéria tributária de âmbito local, observado o disposto na Constituição Federal;

Câmara Municipal de Altaneira

III – imposto sobre serviço de qualquer natureza, segundo os critérios determinados pela Constituição Federal e pela lei complementar federal;

IV – finanças públicas, nos casos previstos pela Constituição Federal;

V – fiscalização financeira da Administração Pública Municipal direta e indireta.

Parágrafo único. As Leis Complementares serão aprovadas por maioria absoluta dos membros da Câmara Municipal.

Art. 288. A iniciativa para a apresentação dos projetos de Lei Complementar é a disposta neste Regimento Interno e na Lei Orgânica Municipal.

Subseção V

Das Propostas de Emenda à Lei Orgânica do Município

Art. 289. A proposta de Emenda à Lei Orgânica Municipal observará, quanto aos legitimados e à tramitação, as normas previstas na Lei Orgânica Municipal.

CAPÍTULO X

DAS EMENDAS, SUBEMENDAS E SUBSTITUTIVOS

Art. 290. Emenda é a proposição apresentada como acessória, podendo ser aditiva, supressiva, modificativa, substitutiva e de redação.

§ 1º Emenda aditiva é aquela que acrescenta algo a proposição;

§ 2º Emenda supressiva é a proposição que manda erradicar qualquer parte da outra;

§ 3º Emenda modificativa é a que altera outra proposição;

§ 4º Emenda substitutiva é a proposição apresentada como substituição de outra;

§ 5º Emenda de Redação é aquela que visa sanar vício de linguagem, incorreção gramatical, erro de concordância e falhas de técnica legislativa.

Câmara Municipal de Altaneira

Art. 291. Subemenda é a proposição acessória a uma emenda.

§ 1º As espécies de subemendas são as mesmas da emenda.

§ 2º Não se admitirá subemenda supressiva à emenda supressiva.

§ 3º A subemenda segue a tramitação da emenda e está a ela atrelada.

Art. 292. As emendas e substitutivos são apresentados por Vereadores, Comissão Permanente e Mesa Diretora.

Parágrafo único. A Comissão Permanente somente poderá apresentar substitutivos à proposição principal que tiver relação com sua competência específica.

Art. 293. Substitutivo é o projeto de Lei, de resolução ou de decreto legislativo apresentado por Vereador ou Comissão para substituir outro já apresentado sobre o mesmo assunto.

Parágrafo único. Não é permitido substitutivo parcial ou mais de um substitutivo ao mesmo projeto.

Art. 294. Não serão aceitos, por impertinentes, substitutivos ou emendas que não tenham relação direta ou imediata com a matéria contida na proposição a que se refiram.

Parágrafo único. O recebimento de substitutivo ou emenda impertinente não implica necessariamente na obrigatoriedade de sua votação, podendo o Presidente considera-lo prejudicado antes de submetê-lo à votação.

Art. 295. As emendas serão apresentadas durante:

I – discussão em apreciação preliminar, turno único ou primeiro turno por qualquer Vereador ou comissão;

II – discussão em segundo turno por:

a) Comissão Permanente, se aprovado pela maioria de seus membros;

b) por requerimento de um terço dos Vereadores ou Líderes na Câmara.

Câmara Municipal de Altaneira

§ 1º Aos Vereadores é assegurado apresentar emendas diretamente à Comissão Permanente, a partir do recebimento da proposição principal até a discussão em Plenário.

§ 2º Somente haverá emenda na redação final para evitar erro de concordância, vício de linguagem, falha de técnica legislativa, observada as formalidades regimentais.

§ 3º As proposições discutidas e aprovadas no primeiro turno poderão ser emendadas em segunda discussão por iniciativa:

I – dos líderes na Câmara;

II – pela Comissão Permanente, desde que apresentadas ou requeridas pela maioria dos seus integrantes;

III – por um terço dos Vereadores;

IV – pela Mesa Diretora.

Art. 296. As emendas seguirão a tramitação das proposições as quais acompanham.

CAPÍTULO XI

DOS RECURSOS DAS DECISÕES DO PRESIDENTE

Art. 297. Da decisão ou omissão do Presidente em questão de ordem, representação ou proposição de qualquer Vereador cabe recurso ao Plenário, nos termos deste capítulo.

Parágrafo único. Até a deliberação do Plenário sobre o recurso, prevalece a decisão do Presidente.

Art. 298. O recurso formulado por escrito, poderá ser proposto dentro do prazo improrrogável de 2 (dois) dias úteis contados da decisão do Presidente.

§ 1º Apresentado o recurso, o Presidente deverá, dentro do prazo improrrogável de 2 (dois) dias úteis, dar-lhe provimento ou, caso contrário, informá-lo e, em seguida, encaminhá-lo à Comissão Permanente.

§ 2º A Comissão Permanente terá o prazo improrrogável de 2 (dois) dias úteis para emitir parecer sobre o recurso.

Câmara Municipal de Altaneira

§ 3º Emitido o parecer da Comissão Permanente, independentemente de sua publicação, será obrigatoriamente o recurso incluído na pauta da ordem do dia da reunião ordinária seguinte, para deliberação do Plenário.

§ 4º Aprovado o recurso, o Presidente deverá observar a decisão soberana do Plenário e cumpri-la fielmente, sob pena de sujeitar-se a processo de destituição do cargo.

§ 5º Rejeitado o recurso, a decisão do Presidente será integralmente mantida.

CAPÍTULO XII

DA SANÇÃO, DO VETO E DA PROMULGAÇÃO

Art. 299. O Projeto de lei aprovado pela Câmara Municipal será enviado, pelo seu Presidente, ao Prefeito, que aquiescendo, o sancionará.

§ 1º Se o Prefeito considerar o projeto, no todo ou em parte, inconstitucional ou contrário ao interesse público, vetá-lo-á total ou parcialmente, no prazo de 10 (dez) dias úteis contados da data do recebimento, e comunicará ao Presidente da Câmara Municipal os motivos do veto.

§ 2º Decorrido o prazo a que se refere o parágrafo anterior, o silêncio do Prefeito imporá sanção tácita.

§ 3º O veto parcial somente abrangerá texto integral de artigo, de parágrafo, de inciso ou de alínea.

§ 4º O veto será apreciado pela Câmara Municipal, dentro de 30 (trinta) dias contados do seu recebimento, só podendo ser rejeitado pelo voto da maioria absoluta dos Vereadores.

§ 5º Esgotado, sem deliberação, o prazo a que se refere o parágrafo anterior, o veto será colocado na ordem do dia da reunião imediata, sobrestadas as demais proposições, até sua votação final.

§ 6º Se o veto não for mantido, será o projeto de lei enviado ao Prefeito para promulgação.

Art. 300. O veto será distribuído à Comissão Permanente que terá o prazo improrrogável de 10 (dez) dias para emitir parecer sobre o veto.

Parágrafo único. Esgotado o prazo da Comissão, o veto será incluído, com ou sem parecer, na ordem do dia da primeira reunião ordinária que se realizar.

Câmara Municipal de Altaneira

Art. 301. Se o veto for total ou parcialmente rejeitado pela Câmara Municipal, será o projeto de lei enviado ao Prefeito para promulgação, e se a lei não for, dentro de 48 (quarenta e oito) horas, promulgada pelo Prefeito, o Presidente da Câmara Municipal o fará, e, se este não o fizer em igual prazo, caberá ao Vice-Presidente fazê-lo, sob pena de sofrerem, ambos, processo de destituição do cargo, nos termos deste Regimento Interno.

Art. 302. Os projetos de Decretos Legislativos e de Resolução depois de aprovados, serão promulgados e publicados pelo Presidente da Mesa Diretora, nos termos deste Regimento Interno.

TÍTULO V DAS DELIBERAÇÕES

CAPÍTULO I DAS DISCUSSÕES

Seção I Das Disposições Gerais

Art. 303. Discussão é a fase dos trabalhos destinados aos debates em Plenário de proposição que figura na ordem do dia, antes de se passar à deliberação sobre a mesma.

§ 1º A discussão se fará sobre o conjunto da proposição, emendas, substitutivos e pareceres.

§ 2º O Presidente, por deliberação do Plenário, poderá anunciar o debate por títulos, capítulos, seções e subseções.

§ 3º A discussão e deliberação da matéria constante na ordem do dia só poderá ser efetuada com a presença da maioria absoluta dos membros da Câmara.

Câmara Municipal de Altaneira

Art. 304. Os debates deverão realizar-se com dignidade e ordem, cumprindo aos Vereadores atender as determinações contidas neste Regimento Interno.

Art. 305. Para discutir qualquer matéria constante da ordem do dia, o Vereador deverá se inscrever previamente.

§ 1º As inscrições deverão ser feitas em Plenário, perante o Secretário, a partir do início da reunião.

§ 2º É facultado aos Vereadores inscritos para discutir a mesma proposição, a cessão total de tempo, mediante comunicação verbal, pelo Vereador cedente, no momento em que seja chamado para discutir a matéria.

Art. 306. Entre os Vereadores inscritos para discussão de qualquer matéria, a palavra será dada na seguinte ordem de preferência:

- I – ao autor da proposição;
- II – ao relator do parecer;
- III – ao autor do voto em separado;
- IV – ao autor da emenda;

Art. 307. O relator do parecer e o autor da proposição, além do tempo regimental que lhe são assegurados, poderão voltar à tribuna durante 10 (dez) minutos para explicações, desde que 1/3 (um terço) dos membros da Câmara Municipal assim o requeira, por escrito ou verbalmente.

§ 1º Em projeto de autoria da Mesa Diretora ou da Comissão, serão considerados autores, para efeito deste artigo, os respectivos Presidentes.

§ 2º Em projeto de autoria do Poder Executivo, será considerado autor, o Vereador que, nos termos legais e regimentais, gozar de prerrogativas de Líder do Governo.

Art. 308. O Vereador que estiver ausente ao ser chamado para falar poderá se reinscrever.

Art. 309. O Presidente dos trabalhos não interromperá o orador que estiver discutindo qualquer matéria, salvo para:

Câmara Municipal de Altaneira

- I – dar conhecimento ao plenário de requerimento de prorrogação da reunião e para submetê-lo à votação;
- II – fazer comunicação importante, urgente e inadiável à Câmara Municipal;
- III – recepcionar autoridade ou personalidade;
- IV – suspender ou encerrar a reunião em caso de tumulto grave no Plenário ou em outras dependências da Câmara Municipal;
- V – leitura de requerimento que solicitar a tramitação em regime de urgência de proposição, observadas as normas regimentais.

§ 1º O orador interrompido para votação de requerimento de prorrogação da reunião, mesmo que ausente à votação do requerimento, não perderá sua vez falar, desde que presente quando chamado a continuar seu discurso no curso da reunião ou ao se iniciar o período de prorrogação da reunião, pelo tempo remanescente de fala.

§ 2º Se ausente, quando chamado, o Vereador perderá o direito à parcela de tempo de que dispunha para discutir.

Art. 310. A proposição com discussão encerrada na legislatura anterior terá sua tramitação reaberta para receber novas emendas.

Seção II

Dos Apartes

Art. 311. Aparte é a interrupção consentida, breve e oportuna do orador, para indagação, esclarecimento ou contestação, não podendo ter duração superior a 3 (três) minutos, sendo consentidos somente 2 (dois) apartes por orador.

Art. 312. Não serão permitidos apartes:

- I – à palavra do Presidente, quando na direção dos trabalhos;
- II – paralelos ou cruzados;
- III – quando o orador esteja encaminhando a votação, declarando voto, falando sobre a ata, ou pela ordem;

Câmara Municipal de Altaneira

IV – a parecer verbal.

§ 1º Os apartes subordinar-se-ão às disposições relativas aos debates, em tudo o que lhe for aplicável.

§ 2º Não serão publicados os apartes proferidos em desacordo com os dispositivos regimentais e assim declarados pelo Presidente.

Seção III

Do Encerramento

Art. 313 O encerramento da discussão dar-se-á:

I – por inexistência de orador inscrito;

II – a requerimento subscrito, no mínimo, por um terço dos Vereadores, mediante deliberação do Plenário.

III – por decurso do prazo regimental.

CAPÍTULO II DA VOTAÇÃO

Seção I

Das Disposições Gerais

Art. 314. Votação é o ato complementar da discussão, através do qual o plenário manifesta sua vontade deliberativa.

Parágrafo único. Quando, no curso de uma votação, esgotar-se o tempo destinado à reunião, esta será dada por prorrogada até que se conclua, por inteiro, a votação da matéria, ressalvada a hipótese de falta de número para deliberação, caso em que a reunião poderá ser encerrada.

Art. 315. O Vereador presente à reunião não poderá escusar-se de votar.

Câmara Municipal de Altaneira

Art. 316. O Presidente da Câmara poderá oferecer proposições ao Plenário.

Art. 317. O Presidente da Câmara, ou seu substituto, só terá voto nos casos previsto na Lei Orgânica Municipal.

§ 1º Havendo empate, o Presidente da Câmara terá direito a novo voto.

§ 2º A presença do Presidente é computada para efeito de quórum no processo de votação.

§ 3º As normas constantes deste artigo serão aplicadas ao Vereador que substituir o Presidente na direção dos trabalhos.

Art. 318. O voto do Vereador, mesmo que contrário ao de sua liderança, será acolhido para todos os efeitos.

Art. 319. Terminada a apuração, o Presidente proclamará o resultado da votação, especificando os votos favoráveis, contrários, brancos e nulos.

Seção II

Do Encaminhamento de Votação

Art. 320. Antes de iniciar-se a votação, será assegurado a cada uma das bancadas partidárias, através de sua liderança, falar apenas uma vez para propor aos co-partidários a orientação quanto ao mérito da matéria.

Seção III

Do Adiantamento

Art. 321. Antes do início da votação de qualquer proposição o Vereador poderá requerer, verbalmente, o seu adiantamento, especificando a finalidade e o número de reuniões ordinárias alcançadas pelo adiantamento, que não poderá ultrapassar ao total de 3 (três) reuniões ordinárias.

§ 1º Só por maioria de votos se concederá o adiantamento da votação.

Câmara Municipal de Altaneira

§ 2º A proposição com tramitação em regime de urgência não admite adiantamento de votação.

§ 3º Apresentados 02 (dois) ou mais requerimentos de adiamento, será votado, de preferência, o que marcar menor prazo.

§ 4º O adiamento poderá ser motivado por pedido de vistas, caso em que, se houver mais de um, a vista será sucessiva para cada um dos requerentes e pelo prazo máximo de 02 (dois) dias para cada um deles.

§ 5º A aprovação de um requerimento de adiantamento prejudica os demais.

§ 6º Rejeitados todos os requerimentos formulados nos termos do § 3º deste artigo, não se admitirão novos pedidos de adiantamento com a mesma finalidade.

Seção IV

Dos Processos de Votação

Art. 322. São dois os processos de votação:

I – simbólico;

II – nominal.

Art. 323. O processo simbólico de votação consiste na simples contagem de votos favoráveis e contrários, que será efetuada pelo Presidente, convidando os Vereadores que estiverem de acordo a permanecerem em silêncio e os que forem contrários a se manifestarem, procedendo, em seguida, à necessária contagem e à proclamação do resultado.

Parágrafo único. Os Vereadores que quiserem se abster deverão manifestar-se pela ordem.

Art. 324. O processo nominal de votação consiste na contagem dos votos favoráveis e contrários, com a consignação expressa do nome e do voto de cada Vereador.

§ 1º Proceder-se-á, obrigatoriamente, à votação nominal nos casos expressamente previstos neste Regimento Interno.

Câmara Municipal de Altaneira

§ 2º O processo de votação nominal poderá ser realizado por deliberação do Plenário, mediante requerimento de Vereador.

Art. 325. Nos casos previstos neste Regimento Interno, ao submeter qualquer matéria a votação nominal, o Presidente convidará os Vereadores a responderem sim ou não, conforme sejam favoráveis ou contrários, à medida que forem sendo chamados.

§ 1º O Secretário, ao proceder à chamada, anotarás as respostas na respectiva lista, repetindo, em voz alta, o nome e o voto de cada Vereador.

§ 2º Terminada a chamada a que se refere o parágrafo anterior e caso não tenha sido alcançado quórum para deliberação, o Secretário procederá, ato contínuo, a segunda e última chamada dos Vereadores que ainda não tenham votado.

§ 3º Enquanto não for proclamado o resultado da votação, é facultado ao Vereador retardatário manifestar seu voto.

§ 4º O Vereador poderá retificar seu voto antes de proclamado o resultado, na forma regimental.

§ 5º Concluída a votação, o Presidente proclamará o resultado, anunciando o número de Vereadores que votaram sim e o número dos que votaram não.

Art. 326. As dúvidas quanto ao resultado proclamado só poderão ser suscitadas e deverão ser esclarecidas antes de anunciada a discussão ou votação de nova matéria, ou, se for o caso, antes de se passar à nova fase da reunião ordinária ou de encerrar-se a ordem do dia.

Seção V Da Verificação Nominal

Art. 327. Se algum Vereador tiver dúvida quanto ao resultado da votação simbólica proclamada pelo Presidente, poderá requerer verificação nominal de votação.

§ 1º O requerimento de verificação nominal de votação será de imediato e necessariamente atendido pelo Presidente.

Câmara Municipal de Altaneira

§ 2º Ficará prejudicado o requerimento de verificação nominal de votação, caso não se encontre presente no momento em que for chamado pela primeira vez o Vereador que a requereu.

3º Prejudicado o requerimento de verificação nominal de votação pela ausência de seu autor ou por pedido de retirada, faculta-se a qualquer outro Vereador reformulá-lo.

§4º Finda a verificação de votação nominal, só será permitida nova verificação mediante requerimento de 1/3 (um terço) dos Vereadores ou de Líder na Câmara.

§ 5º O Presidente da Câmara poderá determinar, de ofício, a votação nominal.

Seção VI Da Declaração do Voto

Art. 328. O Vereador poderá, ao votar, fazer declaração de voto, que consiste em indicar as razões pelas quais adota determinada posição em relação ao mérito da matéria votada.

Art. 329. A declaração de voto a qualquer matéria far-se-á de uma só vez, depois de concluída a votação de todas as peças do projeto, ou no decorrer da votação destas.

§ 1º Quando não houver quórum para a votação ser consumada, não haverá declaração de voto.

§ 2º Em declaração de voto, cada Vereador dispõe de 10 (dez) minutos, permitido apartes de até 3 (três) minutos.

CAPÍTULO III DO TEMPO DE USO DA PALAVRA

Art. 330. Durante as reuniões o Vereador somente poderá usar da palavra para:

I – versar assunto de sua livre escolha no período destinado ao Tema Livre;

Câmara Municipal de Altaneira

II – discutir matéria e debatê-la;

III – apartear;

IV – declarar voto;

V – apresentar ou reiterar requerimento;

VI – levantar questões de ordem.

Art. 331. O uso da palavra será regulado pelas normas abaixo:

I – qualquer Vereador poderá falar de pé ou sentado;

II – o orador deverá falar da tribuna, exceto nos casos em que o Presidente permita a contrário;

III – a nenhum Vereador será permitido falar sem pedir a palavra e sem que o Presidente a conceda;

IV – com exceção do aparte, nenhum Vereador poderá interromper o orador que estiver na Tribuna, assim considerado o Vereador ao qual o Presidente já tenha concedido a palavra;

V – o Vereador que pretender falar sem que lhe tenha sido concedida a palavra ou permanecer na Tribuna além do tempo que lhe tenha concedido, será advertido pelo Presidente;

VI – se, apesar da advertência, o Vereador insistir em falar, o Presidente dará seu discurso por terminado;

VII – persistindo a insistência do Vereador em falar e em perturbar a ordem ou o andamento regimental da reunião, o Presidente convidá-lo-á a retirar-se do recinto.

VIII – referindo-se em discurso a outro Vereador, o orador deverá preceder seu nome do tratamento “Senhor” ou “Vereador”;

X – dirigindo-se a qualquer de seus pares, o Vereador dar-lhe-á o tratamento “Excelência”, “Nobre Colega” ou “Nobre Vereador”,

XI – nenhum Vereador poderá referir-se a seus pares e, de modo geral, a qualquer representante do Poder Público, de forma descortês ou injuriosa.

Art. 332. O tempo de que dispõe o Vereador para fazer uso da palavra será de:

Câmara Municipal de Altaneira

I - 03 (três) minutos para apresentar requerimento de retificação ou impugnação de ata, falar pela ordem, apartear e justificar requerimento de urgência especial;

II - 05 (cinco) minutos para encaminhar votação, justificar voto ou emenda e proferir explicação pessoal;

III - 10 (dez) minutos para discutir requerimento, indicação, redação final, artigo isolado de proposição e veto;

IV - 10 (dez) minutos para discutir projeto de decreto legislativo ou de resolução, processo de cassação do Vereador e parecer pela inconstitucionalidade ou ilegalidade do projeto;

V - 15 (quinze) minutos para falar no Tema Livre e para discutir projeto de lei, proposta orçamentária, diretrizes orçamentárias, plano plurianual, prestação de contas e destituição de membro da Mesa.

§ 1º Será permitida a sessão de tempo de um para outro orador, ressalvado a previsão do § 4º do art. 195 deste Regimento.

§ 2º O tempo que dispõe o Vereador será controlado pelo Secretário, para conhecimento do Presidente e se houver interrupção de seu discurso, exceto por aparte concedido, o prazo respectivo não será computado no tempo que lhe cabe.

CAPÍTULO IV

DAS QUESTÕES DE ORDEM E DOS PRECEDENTES REGIMENTAIS

Seção I

Das Questões de Ordem

Art. 333. Questão de Ordem é toda manifestação do Vereador em Plenário, feita em qualquer fase da reunião, para reclamar contra o não cumprimento da formalidade regimental ou para suscitar dúvidas quanto à interpretação deste Regimento Interno.

Câmara Municipal de Altaneira

§ 1º O Vereador deverá pedir a palavra “pela ordem” e formular a questão com clareza, indicando as disposições regimentais que pretende sejam elucidadas ou aplicadas.

§ 2º Cabe ao Presidente da Câmara resolver, soberanamente, a questão de ordem ou submetê-la ao Plenário, quando este Regimento Interno for omissivo.

§ 3º Cabe ao Vereador recurso da decisão do Presidente nos termos deste regimento interno.

Seção II

Dos Precedentes Regimentais

Art. 334. Os casos não previstos neste Regimento Interno serão submetidos ao Plenário e as soluções constituirão Precedentes Regimentais, mediante Requerimento aprovado pela maioria dos Vereadores.

Art. 335. As interpretações do Regimento Interno serão feitas pelo Presidente da Câmara em assunto controvertido e somente constituirão Precedentes Regimentais a requerimento de qualquer Vereador, aprovado pela maioria dos membros da Câmara.

Parágrafo único. O Presidente poderá determinar a assessoria jurídica da Câmara que emita parecer, oral ou escrito, sobre assunto controvertido ou dúvida suscitada.

Art. 336. Os Precedentes Regimentais serão anotados em Livro Próprio, para orientação de casos análogos.

TÍTULO V

DA PARTICIPAÇÃO POPULAR

CAPÍTULO I

DA INICIATIVA POPULAR NOS PROJETOS DE LEI

Câmara Municipal de Altaneira

Art. 337. A iniciativa popular pode ser exercida pela apresentação à Câmara Municipal, de projeto de lei subscrito por, no mínimo, 5% (cinco por cento) do eleitorado do município, acompanhado de lista organizada por entidade associativa legalmente constituída, que se responsabilizará pela idoneidade das assinaturas.

§ 1º O projeto de lei de iniciativa popular deverá circunscrever-se a um só assunto.

§ 2º Na discussão do projeto de iniciativa popular, é assegurada a sua defesa, em Comissão e em Plenário, por um ou mais dos signatários, preferencialmente, pelos três primeiros subscritores do projeto.

§ 3º O disposto no *caput* deste artigo e no seu § 2º aplicar-se-á à iniciativa popular de emenda à projeto de lei em tramitação na Câmara, respeitada a vedação à criação de despesa nas proposições de iniciativa exclusiva definidas neste Regimento Interno e na Lei Orgânica Municipal.

§ 4º Não serão suscetíveis de iniciativa popular as matérias de competência exclusiva definidas neste Regimento Interno e na Lei Orgânica Municipal.

§ 5º A Câmara Municipal, verificando o cumprimento das disposições regimentais deste artigo, dará seguimento ao projeto de iniciativa popular, em conformidade com as normas sobre elaboração legislativa previstas neste Regimento Interno.

CAPÍTULO II DA AUDIÊNCIA PÚBLICA

Art. 338. As Comissões Permanente e Temporárias podem realizar audiências públicas com entidades civis ou filantrópicas sem fins lucrativos, para instruir matéria legislativa em trâmite ou tratar de assuntos de interesse público relevante, observada a competência específica de cada Comissão, por requerimento de qualquer de seus membros ao Presidente da Câmara.

Parágrafo único. As entidades a que se refere o *caput* deste artigo podem, através de Requerimento dirigido ao Presidente da Câmara, solicitar a realização de audiência pública.

Câmara Municipal de Altaneira

Art. 339. Despachado o Requerimento de audiência pública, o Presidente da Comissão Permanente selecionará, para serem ouvidos, os representantes das entidades dispostas no artigo anterior, e expedirá os respectivos convites.

§ 1º O convidado deverá limitar-se ao tema ou questão em debate, e disporá de 20 (vinte) minutos, prorrogáveis a juízo da Comissão, sem apartes, para pronunciamento.

§ 2º Caso o convidado se desvie do assunto ou perturbe a ordem dos trabalhos, caberá ao Presidente da Comissão adverti-lo, cassar a palavra ou determinar sua retirada do recinto, nos termos deste Regimento Interno.

§ 3º O convidado poderá valer-se de assessores credenciados, desde que previamente autorizado pelo Presidente da Câmara.

Art. 340. Os pronunciamentos da audiência pública serão lavrados em ata, que será arquivada juntamente com os documentos à ela pertinentes.

CAPÍTULO III

DAS PETIÇÕES, RECLAMAÇÕES E REPRESENTAÇÕES

Art. 341. As petições, reclamações e representações de qualquer munícipe ou de entidade local regularmente constituída a mais de 1 (um) ano, contra ato ou omissão das autoridades e entidades públicas ou imputadas à membros da Câmara, serão recebidas e examinadas, conforme o caso, desde que:

I – encaminhadas por escrito ou por meio eletrônico, devidamente identificadas em formulário próprio, com identificação do autor, vedado o anonimato; e

II – o assunto envolva matéria de competência da Câmara.

CAPÍTULO IV

DA OUVIDORIA PARLAMENTAR

Art. 342. A Ouvidoria Parlamentar é composta de um Ouvidor Geral e um Ouvidor Substituto designados pela Mesa Diretora dentre os membros da Câmara, após aprovação do Plenário, para um período de dois anos vedada a recondução no período subsequente.

Câmara Municipal de Altaneira

Art. 343. Compete à Ouvidoria Parlamentar:

I – receber, examinar e encaminhar aos órgãos competentes as reclamações ou representações de pessoas físicas ou jurídicas sobre:

- a) violação ou qualquer forma de discriminação atentatória dos direitos e das liberdades fundamentais;
- b) ilegalidade ou abuso de poder;
- c) mau funcionamento dos serviços legislativos e administrativos da Câmara; e
- d) assuntos recebidos pelo sistema de atendimento à população.

II – propor medidas para sanar as violações, as ilegalidades e os abusos constatados;

III – propor medidas necessárias à regularidade dos trabalhos legislativos e administrativos, bem como, ao aperfeiçoamento da organização da Câmara;

IV – sugerir, quando cabível, a abertura de sindicância ou inquérito destinado a apurar irregularidades de que tenha conhecimento;

V – encaminhar ao Tribunal de Contas do Estado ou órgão equivalente, à Polícia Federal, ao Ministério Público ou a outro órgão competente as denúncias recebidas que necessitam maiores esclarecimentos; e

VI – responder aos cidadãos e às entidades quanto às providências tomadas pela Câmara sobre os procedimentos legislativos e administrativos de seu interesse.

Art. 344. O Ouvidor Geral, no exercício de suas funções, poderá:

I – solicitar informações ou cópia de documentos a qualquer órgão ou servidor da Câmara;

II – ter vista no recinto da Casa de proposições legislativas, atos e contratos administrativos e quaisquer outros documentos que se façam necessários; e

III – requerer diligências e investigações, quando cabíveis.

Parágrafo único. A demora injustificada na resposta às solicitações feitas ou na adoção das providências requeridas pelo Ouvidor Geral poderá ensejar a responsabilização da autoridade ou do servidor.

Câmara Municipal de Altaneira

Art. 345. O Relator apresentará à Mesa relatório circunstanciado, do qual se dará ciência aos interessados.

Art. 346. Toda iniciativa provocada ou implementada pela Ouvidoria Parlamentar terá ampla divulgação pelos órgãos de comunicação ou de imprensa da Casa.

Art. 347. A Mesa Diretora da Câmara assegurará à Ouvidoria Parlamentar o apoio físico, técnico e administrativo necessário ao desempenho de suas atividades.

CAPÍTULO V DO PLEBISCITO E DO REFERENDO

Art. 348. As questões de relevante interesse do Município ou Distrito poderão ser submetidas a plebiscito ou referendo, mediante decreto legislativo, de acordo com o disposto na Lei Orgânica Municipal.

Parágrafo único. A tramitação dos projetos de plebiscito e referendo obedecerá às normas regimentais previstas neste Regimento Interno.

TÍTULO VI DA ELABORAÇÃO LEGISLATIVA ESPECIAL

CAPÍTULO I DO ORÇAMENTO

Seção I

Da Proposta do Plano Plurianual, da Lei de Diretrizes Orçamentárias e da Lei Orçamentária Anual

Câmara Municipal de Altaneira

Art. 349. A proposta de Plano Plurianual destina-se a estabelecer as diretrizes, objetivos e metas da Administração Pública municipais para as despesas de capitais e outras dela decorrentes e as relativas aos programas de duração continuada, nos termos deste Regimento Interno.

Art. 350. O projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias compreenderá as metas e prioridades da Administração Pública Municipal, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente, e orientará a elaboração da Lei Orçamentária Anual, dispondo acerca das alterações na legislação tributária.

Art. 351. A Lei Orçamentária Anual compreenderá:

I – orçamento fiscal referente aos fundos, órgãos e entidades da Administração direta e indireta, inclusive fundações instituídas ou mantidas pelo Município;

II – orçamento de investimentos das empresas em que o Município, direta ou indiretamente, detiver a maioria do capital social com direito a voto;

Art. 352. O projeto de lei orçamentária anual será acompanhado de demonstrativos dos efeitos decorrentes de isenções, anistia, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira tributária e creditícia.

Art. 353. A lei orçamentária anual não conterá dispositivos estranhos à previsão da receita e a fixação de despesas, não se incluindo nessa proibição a autorização para abertura de créditos suplementares e contratação de operação de créditos, ainda que por antecipação da receita, nos termos da lei.

Seção II

Da Tramitação

Subseção I

Das Disposições Gerais

Câmara Municipal de Altaneira

Art. 354. As propostas de Plano Plurianual, de Lei Diretrizes Orçamentárias e de Orçamento Anual serão enviadas pelo Prefeito à Câmara Municipal, de acordo como o exigido em Lei complementar federal.

§ 1º O Prefeito Municipal poderá enviar mensagem à Câmara Municipal para propor modificação nos projetos a que se refere este artigo enquanto não iniciada a votação na Comissão Permanente, da parte cuja alteração é proposta.

§ 2º Em nenhuma fase da tramitação dos projetos de Lei Orçamentária se concederá vista a Vereador.

§ 3º As emendas ao projeto de lei do orçamento anual ou aos projetos que o modifiquem somente podem ser aprovadas casos:

I – sejam compatíveis com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias;

II – indiquem os recursos necessários, aceitos apenas os provenientes de anulação de despesa, excluídas as que incidam sobre:

a) dotação para o pessoal e seus encargos;

b) serviço de dívida;

II – relacionadas:

a) com correção de erros e omissões;

b) com dispositivos do texto do projeto de lei.

§ 4º As emendas ao projeto de lei de diretrizes orçamentárias não poderão ser aprovadas quando incompatíveis com o plano plurianual.

5º Aplicam-se aos projetos mencionados neste artigo, no que não contrariar o disposto nesta Seção, as demais normas relativas ao processo legislativo.

§ 6º A reestimativa de receita por parte da Câmara Municipal só será admitida se comprovado erro ou omissão de ordem técnica ou legal no projeto.

§ 7º Nenhuma despesa será ordenada ou satisfeita sem que exista recurso orçamentário disponível.

§ 8º Os recursos que, em decorrência de veto, emenda ou rejeição parcial do projeto de lei orçamentária anual, ficarem sem despesas correspondentes poderão ser utilizados, conforme o caso, mediante créditos especiais ou suplementares, com prévia e específica autorização legislativa.

Câmara Municipal de Altaneira

Art. 355. Recebida do Prefeito a proposta de Plano Plurianual, da Lei Diretrizes Orçamentárias e de Orçamento Anual, O Presidente a encaminhará à Comissão Permanente para emissão de parecer que deverá ser apresentado no prazo máximo de 20 (vinte) dias, findo os quais, com ou sem parecer, a matéria será incluída como item único da ordem do dia da primeira sessão subsequente.

Parágrafo único. No prazo a que se refere o caput deste artigo, todos os Vereadores poderão apresentar emendas à proposta, nos casos em que sejam permitidas.

Art. 356. Na primeira discussão, poderão os Vereadores manifestar-se, no prazo regimental, sobre o projeto e as emendas, assegurando-se preferência ao relator do parecer da Comissão Permanente e aos autores das emendas no uso da palavra.

Art. 357. Se forem aprovadas as emendas, dentro de 3 (três) dias a matéria retornará à Comissão Permanente para incorporá-las ao texto, para o que disporá do prazo de 5 (cinco) dias.

Parágrafo único. Devolvido o processo pela Comissão ou avocado pelo Presidente, se esgotado aquele prazo, será reincluído na pauta da sessão subsequente para segunda discussão e aprovação do texto definitivo, dispensada a fase de redação final.

Seção III

Das Vedações

Art. 358. São Vedados:

I – o início de programas, projetos e atividades não incluídos na Lei Orçamentária Anual;

II – a realização de despesas ou assunção de obrigações diretas que excedam os créditos orçamentários ou adicionais;

III – a realização de operações de crédito que excedam o montante das despesas de capital, ressalvadas as autorizadas mediante créditos suplementares ou especiais com fim preciso, aprovados pela Câmara Municipal, por maioria absoluta;

Câmara Municipal de Altaneira

IV – a vinculação de receitas de imposto a órgão, fundo ou despesa, ressalvadas aquelas admitidas pela parte final, do inciso IV, do art.167 da Constituição Federal;

V – a abertura de crédito suplementar ou especial sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes;

VI – a transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro, sem prévia autorização legislativa;

VII – a concessão ou utilização de créditos ilimitados;

VIII – a utilização, sem autorização legislativa específica, de recursos do orçamento fiscal e da seguridade social para suprir necessidade ou cobrir déficit de empresas, fundações e fundos;

IX – a instituição de fundos de qualquer natureza, sem prévia autorização legislativa.

§ 1º Nenhum investimento, cuja execução ultrapasse o exercício financeiro, poderá ser iniciado sem prévia inclusão no Plano Plurianual ou sem lei que a autorize.

§ 2º Os créditos extraordinários e especiais terão vigência no exercício financeiro em que forem autorizados, salvo se o ato de autorização for promulgado nos últimos 4 (quatro) meses daquele exercício, caso em que, reabertos nos limites de seu saldo, serão incorporados ao orçamento do exercício financeiro subsequente.

§ 3º A abertura de crédito extraordinário será admitida por decreto, *ad referendum* da Câmara Municipal, para atender as despesas imprevisíveis e urgentes, decorrentes de calamidade pública.

Art. 359. Os recursos correspondentes às dotações orçamentárias, compreendidos os créditos suplementares e especiais destinados à Câmara Municipal, ser-lhe-ão entregues até o dia 20 (vinte) de cada mês.

Parágrafo único. O repasse será feito de acordo com os valores e periodicidade determinados na Constituição Federal e na Lei Orçamentária.

Art. 360. As despesas com pessoal ativo e inativo do município não poderá exceder os limites estabelecidos em lei complementar federal.

Câmara Municipal de Altaneira

§ 1º A concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração, a criação de cargos ou alterações de estrutura de carreiras, bem como a admissão de pessoal, a qualquer título, pelos órgãos ou entidades da administração direta ou indireta, inclusive das fundações mantidas pelo Poder Público só poderão ser feitas:

I – se houver prévia dotação orçamentária suficiente para atender às projeções de despesa pessoal e aos acréscimos dela decorrentes;

II – se houver autorização específica na Lei de Diretrizes Orçamentárias, ressalvadas as empresas públicas e sociedades de economia mista.

§ 2º Para cumprimento dos limites estabelecidos na lei complementar federal, o município adotará as medidas nela previstas e também previstas na Constituição Federal.

Art. 361. Na elaboração do orçamento serão incluídos os valores destinados ao pagamento de precatórios, consoante o disposto na Constituição Federal.

Art. 362. A Prefeitura Municipal e a Câmara Municipal divulgarão a execução orçamentária nos termos previstos na lei complementar federal referente à gestão fiscal.

CAPITULO II DOS CÓDIGOS

Art. 363. Código é uma reunião de disposições legais sobre a mesma matéria, de modo orgânico e sistemático, visando estabelecer os princípios gerais do sistema adotado e prover completamente a matéria tratada.

Art. 364. O Projeto de Código, depois de lido no Expediente do Dia, será encaminhado pelo Presidente da Câmara para Comissão Especial, criada para examinar e exarar parecer sobre a matéria.

§ 1º As emendas serão apresentadas à Comissão durante o prazo de 20 (vinte) dias úteis, contados da instalação desta.

§ 2º Encerrado o prazo para apresentação de emendas, o relator dará parecer no prazo de 10 (dez) dias uteis.

Câmara Municipal de Altaneira

§ 3º A Comissão discutirá por 5 (cinco) dias o parecer exarado pelo relator, observado o seguinte:

I – as emendas com parecer contrário serão votadas em bloco, salvo os destaques requeridos por membro da Comissão ou Líder da Câmara;

II – sobre cada emenda posta em destaque poderá falar o autor do projeto, o relator e os demais membros da comissão, por prazo improrrogável de 5 (cinco) minutos;

III – o Relator poderá oferecer, juntamente com os membros da Comissão, emendas ao projeto de código;

IV – concluída a votação do projeto e da emenda, o Presidente da Comissão terá 5 (cinco) dias para apresentar o relatório do voto vencido.

Art. 365. Após a conclusão dos trabalhos da Comissão Especial, o projeto de Código, depois de lido no expediente, será submetido à apreciação do Plenário, em dois turnos, obedecidos o interstício regimental.

§ 1º Na discussão do projeto de código, poderão usar da palavra os líderes e Vereadores inscritos e o Relator da Comissão, com, respectivamente, 15 (quinze) minutos e 20 (vinte) minutos para pronunciamentos.

§ 2º Ao atingir este estágio o projeto seguirá a tramitação ordinária das proposições.

Art. 366. Não se aplicará o regime tratado neste Capítulo aos projetos que cuidem de alterações parciais de Códigos.

CAPÍTULO III

DA CONCESSÃO DE MEDALHAS, TROFÉUS E DIPLOMAS

Seção I

Das Disposições Gerais

Art. 367. A proposição, que tenha por objetivo prestar qualquer tipo de homenagem por meio da concessão de medalhas, troféus e diplomas, poderá indicar pessoas físicas ou jurídicas, residentes ou não no Município.

Câmara Municipal de Altaneira

§ 1º Poderão ser homenageados 2 (duas) pessoas, no máximo, por proposição.

§ 2º Não poderão ser concedidos, ao mesmo tempo, medalhas, troféus e diplomas.

§ 3º A proposição a que se refere este artigo deverá ser acompanhada de biografia circunstanciada da pessoa que se deseja homenagear.

Art. 368. As homenagens para concessão das medalhas, troféus e diplomas deverão ocorrer uma única vez por sessão legislativa ordinária.

Art. 369. A entrega das medalhas, troféus e diplomas será feita pelo Vereador autor da proposição que ensejou a homenagem.

CAPÍTULO IV DO REGIMENTO INTERNO

Seção I

Da Alteração ou Reforma do Regimento Interno

Art. 370. O Regimento Interno da Câmara Municipal poderá ser alterado ou reformado através de projeto de resolução.

§ 1º A apreciação do projeto de resolução que altera ou reforma o Regimento Interno obedecerá as normas vigentes do processo legislativo referente à esta espécie de proposição.

§ 2º Ao final de cada sessão legislativa ordinária, a Mesa fará a consolidação de todas as alterações procedidas no Regimento Interno e dos precedentes regimentais aprovados, republicando em seguida.

TÍTULO VII

DO PROCESSO DE PERDA DE MANDATO DE VEREADOR

Câmara Municipal de Altaneira

Art. 371. A Câmara processará o Vereador pela prática de infração político-administrativa definida na legislação incidente, observadas as normas adjetivas, inclusive quórum, estabelecidas nessa mesma legislação.

§ 1º Em qualquer caso, assegurar-se-á ao acusado, ampla defesa.

§ 2º O Julgamento far-se-á em reunião ou reuniões extraordinárias para esse fim convocadas.

§ 3º Quando a deliberação for no sentido de culpabilidade do acusado, expedir-se-á decreto legislativo de perda do mandato, do qual se dará notícia à Justiça Eleitoral.

TÍTULO VIII DO PODER EXECUTIVO

CAPÍTULO I DOS CRIMES DE RESPONSABILIDADE DO PREFEITO

Art. 372. Os crimes de responsabilidade e o respectivo processo de julgamento do Prefeito serão definidos na Constituição Federal e na legislação federal aplicável.

CAPÍTULO II DAS VEDAÇÕES AO PREFEITO

Art. 373. É vedado ao Prefeito atentar contra as vedações definidas na Lei Orgânica Municipal.

CAPÍTULO III DAS INFRAÇÕES POLÍTICO-ADMINISTRATIVAS E O PROCESSO POLÍTICO DE CASSAÇÃO DO MANDATO DO PREFEITO

Câmara Municipal de Altaneira

Art. 374. As infrações político-administrativas e o respectivo processo de cassação do mandato do Prefeito pela Câmara Municipal, será promovido conforme determinada a Lei Orgânica Municipal.

CAPÍTULO IV

DA SUSPENSÃO E DA PERDA DO MANDATO DO PREFEITO

Art. 375. A suspensão do mandato do Prefeito por infração político-administrativa operar-se-á segundo o disposto na Lei Orgânica Municipal.

Art. 376. A perda do mandato do Prefeito ocorrerá pela extinção ou cassação do seu mandato.

Parágrafo único. Os casos de extinção e perda do mandato são aqueles definidos na Lei Orgânica Municipal.

CAPÍTULO V

DA LICENÇA DO PREFEITO E DO VICE-PREFEITO

Art. 377. A licença do Prefeito e do Vice-Prefeito será concedida pela Câmara, nos casos previstos na Lei Orgânica Municipal, e obedecerá a seguinte tramitação:

I – recebido o pedido na Secretaria Administrativa, o Presidente convocará, em 24 (vinte quatro) horas, reunião da Mesa para transformar o pedido do Prefeito em projeto de decreto legislativo, nos termos da solicitação;

II – elaborado o projeto de decreto legislativo pela Mesa, o Presidente convocará, se necessário, reunião extraordinária da sessão legislativa ordinária para que o pedido seja imediatamente deliberado;

III – o decreto legislativo concessivo de licença ao Prefeito, será discutido e votado em turno único, tendo preferência regimental sobre aquelas matérias que não tiverem urgência;

IV – o decreto legislativo concessivo de licença ao Prefeito será considerado aprovado se obtiver o voto da maioria dos membros da Câmara.



Câmara Municipal de Altaneira

CAPÍTULO VI

DO SUBSÍDIO DO PREFEITO, DO VICE-PREFEITO E DOS SECRETÁRIOS MUNICIPAIS

Art. 378. O Prefeito, o Vice-Prefeito e os Secretários Municipais farão *jus* a subsídio que será fixado por lei, em conformidade com os dispostos na Constituição Federal, na Constituição Estadual e na Lei Orgânica Municipal.

Art. 379. Os subsídios do Prefeito, do Vice-Prefeito, dos Vereadores e dos Secretários Municipais, serão fixados em parcela única, por lei de iniciativa da Câmara Municipal, em cada legislatura para a subsequente, até trinta dias antes das eleições municipais, observado o disposto nas Constituições Federal e Estadual e na Lei Orgânica.

§ 1º A não fixação dos subsídios até o prazo previsto no “caput” deste artigo implicará na prorrogação automática da lei então em vigor.

§ 2º Os agentes políticos municipais, regularmente licenciados, terão direito a perceber seu subsídio quando:

I - impossibilitado do exercício do cargo por motivo de doença devidamente comprovada;

II - em licença-gestante, segundo os mesmos critérios e condições estabelecidas para as funcionárias públicas municipais;

III - a serviço ou em missão de representação do Município.

§ 3º Os subsídios a que se refere o presente artigo, poderão ser reajustados quando da revisão geral anual, na mesma data e sem distinção do índice aplicado aos servidores públicos do Município.

§ 4º O subsídio do Presidente da Câmara pode ser fixado em valor diferenciado dos demais vereadores.

TÍTULO IX

DOS PROCEDIMENTOS DE CONTROLE

CAPÍTULO I

DAS CONTAS MUNICIPAIS

Câmara Municipal de Altaneira

Art. 380. O Prefeito apresentará, até o dia 30 (trinta) de março do exercício seguinte, a prestação de contas do município.

Parágrafo único. As contas da Câmara Municipal serão enviadas ao Executivo, pela Mesa, no prazo legal, para que possam ser integradas à prestação de contas municipais.

Art. 381. Depois da apresentação das contas municipais, o Presidente da Câmara as colocará, pelo prazo de 60 (sessenta) dias, à disposição de qualquer cidadão, para exame e apreciação, o qual poderá questionar-lhes a legitimidade, na forma da lei.

§1º Caberá à Comissão Permanente designar Plantão para, em horário a ser por ela estabelecido, prestar informações aos interessados, à vista das contas municipais.

§ 2º A Comissão Permanente receberá eventuais petições apresentadas durante o período de exposição pública das contas e, encerrado este, as encaminhará com expediente formal ao Presidente da Câmara Municipal.

§ 3º A Comissão Permanente dará recibo das petições acolhidas e informará os peticionários das providências encaminhadas e seus resultados.

§ 4º Até (quarenta e oito) horas antes da exposição das contas municipais, o Presidente da Câmara Municipal fará publicar na imprensa edital em que notificará os cidadãos do local, do horário e da dependência em que elas poderão ser vistas.

§ 5º Do edital constará menção sucinta destas disposições e seus objetivos.

Art. 382. Terminado o prazo de 60 (sessenta) dias previsto no artigo anterior, as contas do município e as questões suscitadas pelos cidadãos serão enviadas ao Tribunal de Contas do Estado ou órgão equivalente, para emissão de parecer prévio.

CAPÍTULO II

DO JULGAMENTO DAS CONTAS MUNICIPAIS

Câmara Municipal de Altaneira

Art. 383. O julgamento das contas municipais, pela Câmara Municipal, será feito dentro de 60 (sessenta) dias após a data do recebimento do parecer prévio do Tribunal de Contas do Estado ou órgão equivalente, observadas as seguintes regras:

I – a reunião ordinária para a deliberação do projeto de decreto legislativo, elaborado a partir do parecer da Comissão Permanente à respeito do parecer do Tribunal de Contas do Estado ou órgão equivalente, será pública e o seu quórum será de 2/3 (dois terços) dos membros da Câmara Municipal;

II – o prazo para discussão do decreto legislativo será de 15 (quinze) minutos para cada Vereador, permitida, quando for o caso, a manifestação do Prefeito, ou do seu representante, que será convidado a comparecer à reunião, nos termos deste Regimento Interno;

III – terminada a discussão, o Presidente da Câmara Municipal deverá iniciar o processo de votação, convocando cada Vereador para que emita seu voto.

IV – a apuração dos votos será realizada pelo Secretário da Mesa Diretora, cabendo ao Presidente da Câmara Municipal proferir o resultado da votação.

V – somente por decisão de 2/3 (dois terços) dos membros da Câmara Municipal poderá ser rejeitado o Parecer Prévio do Tribunal de Contas do Estado ou órgão equivalente;

Art. 384. Recebido o parecer prévio do Tribunal de Contas do Estado ou órgão equivalente, o Presidente da Câmara Municipal, imediatamente, o despachará:

I – à publicação em órgão oficial do município ou, não havendo este, em órgão da imprensa local e por afixação em local próprio e de acesso público, na sede da Câmara e da Prefeitura Municipal;

II – ao responsável pelas Contas para, querendo, apresentar a sua defesa técnica, no prazo máximo de 10 (dez) dias, contados da data de recebimento;

III – à Comissão Permanente que emitirá parecer dentro de 20 (vinte) dias.

Art. 385. Visando a garantia da ampla defesa e do contraditório, a notificação expedida ao responsável pelas Contas, Prefeito ou ex-Prefeito, será acompanhada de cópia do Parecer Prévio e do Relatório recebidos do Tribunal de Contas do Estado ou órgão equivalente.

Câmara Municipal de Altaneira

§ 1º A notificação deverá ser feita de ofício, com a assinatura de recebimento, ou via Correio com o respectivo Aviso de Recebimento – AR ou outro meio eletrônico que assegure e comprove o recebimento da notificação.

§ 2º Durante o prazo que o processo estiver na Comissão, o responsável pelas Contas ou seu representante legal, o contador ou advogado poderá ter acesso a quaisquer documentos relativos ao processo de prestação de contas, bem como assistir as reuniões e manifestar suas opiniões desde que seja perguntado.

Art. 386. Decorrido o prazo de que trata o inciso II do Art. 384 deste Regimento sem que o responsável pelas Contas tenha apresentado a justificativa ou defesa, a Comissão Permanente emitirá o Parecer, certificando o fato e fazendo-o constar expressamente no parecer.

Art. 387. A Comissão Permanente poderá realizar quantas audiências julgar necessárias para esclarecimento de quaisquer dúvidas oriundas do processo e dar maior transparência a este.

Art. 388. O parecer da Comissão concluirá, sempre, por projeto de Decreto Legislativo, que tramitará em regime de urgência, propondo a aprovação ou rejeição do parecer do Tribunal de Contas do Estado ou órgão equivalente, observada a defesa técnica do Prefeito.

§ 1º Elaborado o projeto de Decreto Legislativo pela Comissão Permanente no prazo estabelecido neste Regimento, o Presidente da Câmara Municipal mandará entregar cópias do projeto de Decreto Legislativo, do Parecer do Tribunal de Contas do Estado ou órgão equivalente ou e, quando for o caso, da defesa técnica do Prefeito para os Vereadores, que poderão solicitar, por escrito, informações à Comissão Permanente sobre os respectivos documentos e itens determinados da prestação de contas.

§ 2º Para responder aos pedidos de informação, a Comissão poderá realizar quaisquer diligências e vistorias externas, bem como, mediante entendimento prévio com o Prefeito, examinar quaisquer documentos existentes na Prefeitura.

§ 3º As respostas aos pedidos de informações serão fornecidas no prazo de até 48 (quarenta e oito horas).

Câmara Municipal de Altaneira

Art. 389. Após o decurso dos prazos de que trata o artigo anterior, o Presidente da Câmara Municipal incluirá o projeto de Decreto Legislativo na ordem do dia da reunião ordinária imediata, ou extraordinária convocada para discussão e votação únicas, assegurado aos Vereadores debater a matéria.

Parágrafo único. Não se admitirão emendas ao projeto de decreto legislativo.

Art. 390. O Presidente da Câmara Municipal promulgará o Decreto Legislativo que for aprovado pelo Plenário, rejeitando ou aprovando as contas municipais.

Parágrafo único. Somente por decisão de 2/3 (dois terços) dos membros da Câmara, deixará de prevalecer o Parecer Prévio do Tribunal de Contas.

Art. 391. A Mesa comunicará o resultado da votação ao Tribunal de Contas do Estado ou órgão equivalente e ao Ministério Público, no prazo de 10 (dez) dias, para que sejam tomadas as providências cabíveis.

CAPÍTULO III

DO PEDIDO DE INFORMAÇÕES AO PREFEITO MUNICIPAL

Art. 392. O Prefeito Municipal deve prestar as informações requisitadas pela Câmara Municipal para garantir a fiscalização do Executivo, prevista nos art. 29, XI c/c 31, parágrafo 1º, da Constituição Federal.

Art. 393. No exercício do controle externo, a Câmara poderá formular pedido de informações ao Prefeito, por escrito, caso em que o ofício do Presidente da Câmara será redigido contendo os quesitos necessários à elucidação dos fatos.

Parágrafo único. O Prefeito deverá responder as informações, observado o prazo indicado na Lei Orgânica do Município ou, se esta for omissa, o prazo de 15 (quinze) dias, prorrogável por outro tanto, por solicitação daquele.

CAPÍTULO IV

DA CONVOCAÇÃO DOS SECRETÁRIOS MUNICIPAIS

Câmara Municipal de Altaneira

Art. 394. A Câmara poderá convocar os Secretários Municipais ou ocupantes de cargos da mesma natureza, para prestarem informações sobre a Administração Municipal, sempre que a medida se faça necessária para assegurar a fiscalização apta do Legislativo sobre o Executivo.

Art. 395. A convocação deverá ser requerida, por escrito, por qualquer Vereador ou Comissão, devendo ser discutida e aprovada pelo Plenário.

Parágrafo único. O requerimento deverá indicar, explicitamente, o motivo da convocação e as questões que serão propostas ao convocado.

Art. 396. Aprovado o requerimento, a convocação se efetivará mediante ofício assinado pelo Presidente, em nome da Câmara, indicando dia e hora para o comparecimento e dando ao convocado ciência do motivo de sua convocação.

§ 1º O convocado informará a Câmara Municipal, 2 (dois) dias antes da data marcada para a reunião, confirmação de comparecimento ou justificativa plausível para o não comparecimento.

§ 2º A falta de comparecimento do Secretário Municipal ou Diretor equivalente, sem justificativa razoável, será considerado desacato à Câmara Municipal e, se o Secretário Municipal ou Diretor equivalente for Vereador licenciado, o não comparecimento nas condições mencionadas caracterizará procedimento incompatível com a dignidade da Câmara, para instauração do respectivo processo para cassação do mandato.

Art. 397. Aberta a reunião, o Presidente da Câmara exporá ao Secretário Municipal, que se assentará à sua direita, os motivos da convocação e, em seguida, concederá a palavra aos oradores inscritos para as indagações que desejarem formular, assegurada a preferência ao Vereador proponente da convocação ou ao Presidente da Comissão que a solicitou.

§ 1º O Secretário Municipal poderá incumbir assessores que o acompanhem na ocasião de responder às indagações, devendo, neste caso, o tempo de uso da palavra ser comum a todos.

§ 2º O Secretário Municipal, ou o assessor, falará por 30 (trinta) minutos.

§ 3º Encerrada a exposição do Secretário Municipal, ou assessor, os Vereadores inscritos o interpelarão por 10 (dez) minutos, e o autor do requerimento por 15 (quinze) minutos.

Câmara Municipal de Altaneira

§ 4º Para responder às interpelações que lhe forem dirigidas, o Secretário Municipal, ou assessor, disporá do mesmo tempo que o dos Vereadores que às formulou.

§ 5º Quando nada mais houver a indagar ou a responder, ou quando escoado o tempo regimental, o Presidente encerrará a sessão, agradecendo ao Secretário Municipal, em nome da Câmara, o comparecimento.

TÍTULO X

DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS E FINAIS

Art. 398. Todos os projetos de resolução que disponham sobre alteração do Regimento Interno, ainda em tramitação nesta data, serão considerados prejudicados e remetidos ao arquivo.

§ 1º Todas as proposições apresentadas em obediência às disposições regimentais anteriores seguirão sua tramitação com as normas dispostas neste Regimento.

§ 2º As dúvidas que eventualmente surjam à tramitação a ser dada a qualquer proposição serão submetidas ao Presidente da Câmara e as soluções constituirão precedentes regimentais mediante requerimento aprovado pela maioria absoluta dos membros da Câmara.

Art. 399. Os prazos previstos neste Regimento Interno não correrão durante os períodos de recesso da Câmara.

§ 1º Excetuam-se do disposto neste artigo, as matérias com prazo determinado definidas neste Regimento Interno.

§ 2º Quando não se mencionarem expressamente dias úteis, o prazo será contado em dias corridos, excluindo-se o dia de seu começo e incluindo-se o do vencimento.

§ 3º Os prazos cujo termo inicial ou final coincida com sábado, domingo ou feriado têm seu começo ou término prorrogado para o primeiro dia útil.

Art. 400. Não haverá expediente do Legislativo nos dias de feriado nacional, estadual ou municipal e de ponto facultativo decretado pelo Município.

Câmara Municipal de Altaneira

Art. 401. Caberá ao Presidente da Mesa promover a adequação das resoluções, decretos legislativos e leis vigentes que tenham por objetivo prestar homenagens, através da concessão de medalhas, troféus e diplomas, às disposições deste Regimento Interno.

Art. 402. Este Regimento entrará em vigor em 30 (trinta) dias após a data da sua promulgação.

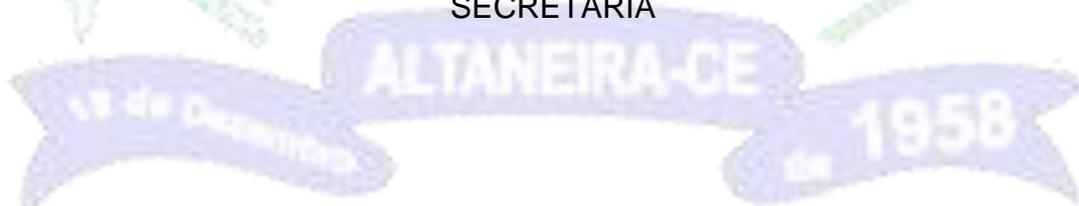
Art. 403. Ficam revogados todos os precedentes regimentais anteriormente firmados e a Resolução nº 004/2011.

Paço da Câmara Municipal de Altaneira, 29 de agosto de 2024.

FRANCISCO CLAUDOVINO NOGUEIRA SOARES
PRESIDENTE

DRA. RAFAELA GONÇALVES
VICE-PRESIDENTE

ROBERCI VANIA OLIVEIRA
SECRETÁRIA





Câmara Municipal de Altaneira

JUSTIFICATIVA

Nobres Vereadores,

Versa o presente parecer sobre o projeto de Resolução de autoria da Mesa Diretora, tendo por objeto a reforma do Regimento Interno da Câmara Municipal e dá outras providencias.

Esclarecemos que o regimento interno vigente necessita ser atualizado adaptando-se as recentes alterações da Lei Orgânica Municipal.

Cabe destacar que o Regimento Interno é uma norma na forma de Resolução, que disciplina o funcionamento e as atribuições da Câmara Municipal, contemplando suas funções legislativas, fiscalizadoras, julgadoras e administrativas, devendo ser editada de acordo com a Lei Orgânica do município, a Constituição Estadual, e a Constituição Federal, dependendo sempre da deliberação do Plenário para sua aprovação. Esta norma deve prever os procedimentos para a Câmara Municipal exercer suas funções fundamentais.

O projeto de Resolução em análise contempla estas normas obrigatórias, tratando, por exemplo, da instituição, sua sede, legislatura, órgãos da Câmara Municipal, dos vereadores, das reuniões, do voto, audiências públicas, a iniciativa e trâmites das proposições, regras para deliberação, dispondo também sobre orçamento, tomada de contas, infrações político-administrativas, concessão de títulos honorários e homenagens, a iniciativa popular de lei e outras matérias essenciais.

Esperamos, pois, que a presente propositura mereça a aprovação dos nobres pares, pelo que antecipamos agradecimentos, subscrevendo-nos.

Câmara Municipal de Altaneira, em 29 de agosto de 2024.

FRANCISCO CLAUDOVINO NOGUEIRA SOARES

PRESIDENTE



ESTADO DO CEARÁ
PODER LEGISLATIVO

Câmara Municipal de Altaneira

DRA. RAFAELA GONÇALVES

VICE-PRESIDENTE

ROBERCI VANIA OLIVEIRA

SECRETÁRIA





SECRETARIA DE FINANÇAS

Ofício N° 149/2024/SEAD

Altaneira, 29 de Agosto de 2024.

Exmo. Sr.

FRANCISCO CLAUDOVINO NOGUEIRA SOARES

Presidente da Câmara Municipal de Altaneira.

Altaneira – Ceará.

Câmara Municipal de Altaneira
SERVIÇOS DE PROTOCOLO URBANO
REGISTRADO SOB N° 118/2024

Data: 29 / 08 / 2024


Serviço Responsável

Senhor Presidente,

Venho por meio deste, encaminhar a esta Augusta Casa Legislativa a documentação da prestação de contas referente ao mês de **JULHO DE 2024** das secretarias de Finanças, Educação, Saúde, Assistência Social, Secretaria de Cultura, Esportes e Turismo, Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente, Secretaria de Infraestrutura e Secretaria de Governo, acompanhados documentos abaixo relacionados:

Termo de Conferência de caixa;
Relatório de Saldos das Contas Financeiros;
Balancetes das Receitas do Mês;
Balancetes analíticos das despesas e financeiro;
Movimentação orçamentária de receita e despesa;
Relatório de Controle de movimentação financeira da

despesa;

Notas fiscais nos termos da instrução Normativa nº 01/2000

TCE.

Sem mais para o momento reitero votos de estima e consideração.

Atenciosamente,


EDISLANIA SIMIÃO DA SILVA RODRIGUES

Secretária de Administração e Finanças

PORT. 188/2024



EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA CAMARA MUNICIPAL DE ALTANEIRA:

REQUERIMENTO Nº 039 /2024

Câmara Municipal de Altaneira
SERVIÇOS DE PROTOCOLO UNICO
REGISTRADO SOB Nº 120/2024

Data: 29 / 08 / 2024


Servido Responsável

Ariovaldo Soares Teles, vereador que este subscreve, no uso de suas atribuições legais, Art. 38, XXI, c/c Art. 46, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal c/c Arts. 98 e 99 e seus incisos, da Resolução nº 04/2011 – Regimento Interno; requer a V. Exa., ouvido o Plenário, seja encaminhado Ofício ao Sr. **Yuri Castro de Oliveira**, Diretor Presidente da Companhia de Gestão de Recursos Hídricos – COGERH CEARA; com cópias ao Sr. **Emidio Clebson Batista**, Gerente Regional COGERH Crato, nos endereços abaixo identificados, e ainda cópia ao Senhor Prefeito Municipal, Francisco Dariomar Rodrigues Soares; ao Senhor Antonio Cesa Cristovão, Secretário Municipal do Meio Ambiente, usando este, com as motivações que a seguir expõe, para ao final requerer, o que se segue:

Em visita recente que fizemos ao Açude Valério, popularmente conhecido por Pajeú, responsável pelo abastecimento de água da cidade de Altaneira, pudemos constatar, conforme fotografia anexada, que o mesmo se encontra, totalmente coberto por uma “planta aquática” que vem já há algum tempo ali se desenvolvendo de forma muito desordenada e já cobre totalmente o espelho de água do referido açude;

A COGERH, exerce o papel de gestora dos recursos hídricos do Estado do Ceará quanto de fornecer água bruta. Também realiza o monitoramento qualitativo que tem como objetivo produzir informações que orientem os usuários na adequabilidade da água bruta aos múltiplos usos, promover a conservação da qualidade da água e prover informações que tornem

E-mail: ariovaldosoares@altaneira.ce.leg.br



possível prever a qualidade da água e subsidiar novos empreendimentos e usuários.

Nesse sentido, nos parece razoável que a companhia, cuja natureza jurídica é uma sociedade de economia mista, criada por Lei do Governo do Estado do Ceará, privada e de capital fechado, mas de controle do Governo Cearense, tem a incumbência conforme dito anteriormente de cuidar, fiscalizar e orientar quanto a utilização do açude ora em destaque.

Feitas essas considerações, se requer de todas as autoridades elencadas na parte inicial, manifestação por escrito, sobre a situação ora relatada, informando se citada planta aquática, traz dano ou prejuízo ao açude, em pequeno, médio ou longo prazo; se afeta no presente ou afetara no futuro as águas do Açude Pajeu; se não comprometera em algum momento o abastecimento de água para a nossa cidade e para os sítios da zona rural, que também são abastecidos pelas águas do açude.

Termos em que,
Pede deferimento.

Sala das Sessões, 28 de agosto de 2024.



Ariovaldo Soares
Vereador/PDT

Diretor Presidente da COGERH

Yuri Castro de Oliveira

Companhia de Gestão dos Recursos Hídricos

Rua Aduardo Batista, 1550 - Parque Iracema, Fortaleza/CE - CEP: 60.824.140

Gerência Regional da Bacia do Salgado

Endereço: Rua Cícero Araripe, 25

Bairro: Pimenta

Município: Crato/CE

CEP: 63.105-150

Tel: (85) 3513-9053

Gerente: Emidio Clebson Batista

E-mail: emidio.clebson@cogerh.com.br

E-mail: ariovaldosoares@altaneira.ce.leg.br

Rua Pe. Luiz Antonio, 389, Centro - CNPJ 12.466.553/0001-13

